



TCE RJ TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria-Geral de Planejamento

ESTUDO SOCIOECONÔMICO 2004

ARRAIAL DO CABO

OUTUBRO 2004

ARRAIAL DO CABO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORPO DELIBERATIVO

Presidente - Conselheiro JOSÉ GOMES GRACIOSA
Vice-Presidente - Conselheiro MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR
Conselheiro SERGIO F. QUINTELLA
Conselheiro ALUISIO GAMA DE SOUZA
Conselheiro JOSÉ LEITE NADER
Conselheiro JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO
Conselheiro JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR

Ministério Público

Procuradora Vera de Souza Leite (Representante do Procurador-Geral de Justiça)
Procurador Júlio Lambertson Rabello
Procurador Horácio Machado Medeiros
Procuradora Delja Marucia Palhares Ruthênio de Paiva
Procurador Carlos Antônio da Silva Navega
Procurador Cezar Romero de Oliveira Soares
Procurador Levi de Azevedo Quaresma
Procurador Renato França

Secretaria-Geral de Planejamento

Secretário-Geral: Horácio de Almeida Amaral

Secretaria-Geral de Controle Externo

Secretária-Geral: Maria Luiza Bulcão Burrowes

Secretaria-Geral de Administração

Secretário-Geral: Carlos César Sally Ferreira

Secretaria-Geral das Sessões

Secretário-Geral: Mauro Henrique da Silva

Instituto Serzedello Corrêa

Diretor-Geral: Hormindo Bicudo Neto

Procuradoria-Geral do TCE-RJ

Procurador-Geral: Sylvio Mario de Lossio Brasil

Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração
Praça da República, 70/2º andar
20211-351 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (21) 3231 5359 / (21) 3231 5283
www.tce.rj.gov.br
ccs@tce.rj.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apresenta a quarta edição dos “Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses”, abrangendo o período de 1998 a 2003. Nosso objetivo é apresentar o desempenho de diversas áreas sociais e de governo em cada município fluminense. O administrador tem aqui maiores subsídios para que sejam tomadas melhores decisões no atendimento às necessidades da população. Servem, também, como referência para políticos, técnicos, pesquisadores, estudantes e todos os que tenham interesse em conhecer um município específico, uma determinada região de nosso Estado, ou todo o seu conjunto.

Em relação à economia nacional, o ano de 2003 foi marcado por estagnação, caracterizado por crescimento localizado no setor exportador, na agroindústria e nas instituições financeiras, contra redução das demais atividades. O PIB nacional recuou 0,2%, enquanto a economia do estado do Rio de Janeiro teve queda maior, de 1,4%. Para efeito de melhor compreensão do desempenho da economia fluminense no ano passado, verificou-se que somente a indústria extrativa mineral e a administração pública tiveram crescimento. Todos os demais setores decaíram. A agropecuária, pouco representativa no PIB fluminense, recuou 1,4%. Os quatro subsetores que formam a indústria e correspondem a, aproximadamente, 48% do PIB estadual tiveram desempenho ruim, mesmo considerando a atividade de petróleo e gás. A indústria extrativa mineral cresceu apenas 0,7%, a menor desde 1995. A indústria de transformação caiu cerca de 3%; a construção civil teve desempenho negativo de 8,6%; e os serviços industriais de utilidade pública decaíram 2,3%. O comércio varejista teve volume de vendas reduzido em quase 7% em 2003; comunicações caíram 3,5% e transportes, 6,2%. O setor de serviços, que representa 25% do PIB estadual, também sofreu retração estimada em 0,5%. A administração pública, por sua vez, corresponde a 20% do produto estadual, e teve crescimento estimado em 1,3%.

As conseqüências da conjuntura econômica nacional e local contribuíram para um fraco desempenho das economias municipais, com redução do volume de investimentos e fragilização da saúde financeira pública de avassaladora maioria dos municípios fluminenses. A total dependência de transferências da União e do Estado é realidade em mais de 95% dos municípios fluminenses e as conseqüências da política macroeconômica austera de 2003 propiciaram redução real desses repasses.

Os *royalties*, por sua vez, são uma oportunidade para que os municípios mais aquinhoados promovam investimentos que tragam dinamismo à economia local. Mesmo aqueles demais municípios fora do polígono do petróleo também estão sendo beneficiados pelo repasse legal que o Estado executa sobre os seus *royalties*. Em muitos deles, tais cifras são representativas e devem ser utilizadas em políticas públicas de longo prazo visando à sustentabilidade no futuro, e não para simples elevação de despesas de custeio.

Existe hoje, no Brasil, um consenso em relação à necessidade de a administração pública melhorar substancialmente seu gerenciamento. As diferenças sociais do país exigem dos governos um nível de resultados bem superior ao apresentado atualmente. A administração pública pode e deve se inspirar no modelo de gestão privada, sem nunca perder a perspectiva quanto à realização de sua função social, que deve ser alcançada

ARRAIAL DO CABO

com melhor qualidade na prestação de serviços e também com maior efetividade. Não se pode, contudo, ignorar a relevância das questões relacionadas a economicidade, eficiência, eficácia e ética na política.

O governo do século XXI deve ser centrado no cidadão, e a arquitetura sugerida que se alinha com essa visão é uma única estrutura na ponta, fazendo a interface do cidadão com os governos. A transparência e a responsabilidade fiscal são, hoje, pauta diária de todos os gestores. Os legisladores criaram mecanismos de controle de receitas, despesas e endividamento, estabeleceram a gestão fiscal pautada no aumento da arrecadação, no controle dos gastos, no uso adequado dos recursos e na prestação de contas feita em linguagem acessível a qualquer cidadão.

O planejamento passa a ser um processo permanente, obedecendo a princípios técnicos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social e à contínua melhora das condições de vida da população, gerando transformações positivas. Programas passaram a ser a unidade básica de organização do PPA e o módulo de integração do Plano com o orçamento. Os programas, por sua vez, devem referir-se à solução de problemas precisamente identificados, com seus produtos estabelecidos, e metas e custos quantificados. Sua execução deve ser monitorada e seus resultados avaliados mediante indicadores especificamente construídos, uma vez que só é possível avaliar o que se pode medir.

A profissionalização dos servidores públicos, portanto, deve substituir a tradicional relação de tutela pela avaliação de desempenho. A capacitação e conscientização continuada do pessoal existente e a contratação de novos quadros deve propiciar as mudanças necessárias à cultura organizacional e poderá, ainda, garantir a continuidade administrativa às alternâncias políticas que ocorrem a cada novo mandato. Tais mudanças estão ocorrendo desde a União, passando pelos Estados, alcançando os municípios maiores, e chegando aos menores. É questão de tempo, pois tal avanço é inexorável.

Continuamos com o firme propósito de evidenciar a necessidade de se estabelecer um conjunto de indicadores sobre as diversas áreas sociais e de governo, de modo a orientar prioridades, objetivos e programas no PPA, na LDO, na LOA e nas suas alterações posteriores através dos créditos adicionais, ajustando-se os instrumentos de ação para alcançar melhores resultados junto à população.

A presente coleção de noventa e um estudos de cada município jurisdicionado a este Tribunal de Contas foi elaborada pelo Núcleo de Estudos Socioeconômicos desta Secretaria-Geral, coordenado por Marcelo Franca de Faria Mello, cuja equipe é formada por Elisabeth Maria Cianella Lopes e Rosa Maria Chaise. Colaboraram Luana Figueiredo Ferreira Lós de Sousa, Marcelo Garcia Valpassos e Ricardo José De Podestá.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

Outubro 2004

SUMÁRIO

I. Histórico	6
II. Caracterização do Município	8
Aspectos Turísticos	12
Aspectos Ambientais	15
Uso do Solo	15
Saneamento Básico e Resíduos Sólidos	19
III. Indicadores Sociais	23
Desenvolvimento Humano	25
Educação	28
Exclusão Digital	45
Saúde	48
Mercado de Trabalho no Estado	57
Mercado de Trabalho na Região Metropolitana	58
Informalidade	60
Educação, Trabalho e Renda	61
Necessidades Habitacionais e sua Evolução entre 1991 e 2000	63
IV. Potencialidades dos Municípios	67
V. Indicadores Econômicos	72
VI. Indicadores Financeiros	85
VII. Conclusão	100
Referências Bibliográficas	102

ARRAIAL DO CABO

I - HISTÓRICO¹

A história de Arraial do Cabo encontra-se vinculada à de Cabo Frio, do qual era sede distrital até recentemente. Sua formação começou há um milhão de anos, quando, pela ação dos ventos e de correntes marítimas, foram incorporadas ao continente três antigas ilhas, hoje Morros do Mirante, do Forno e Pontal do Atalaia.

Seus primeiros habitantes chegaram há cerca de cinco mil anos. Eram nômades, viviam em grupos no alto dos morros e desciam apenas para buscar alimentos, basicamente peixes e moluscos.

Tribos tupi habitavam toda a área correspondente ao Estado do Rio de Janeiro e, nas terras onde surgiria Arraial, eram representados pelos tamoios. Estes, mais avançados que os nômades, viviam em aldeias, caçavam, plantavam mandioca, faziam peças de cerâmica e enfeitavam-se com penas. Destaca-se, ainda, na cultura tupinambá, a confecção de peças de cerâmica. Segundo estudos arqueológicos, havia cerca de 50 aldeias tupinambás na região, estimando-se uma população que poderia variar de 25 a 75 mil habitantes antes da conquista européia.

Arraial do Cabo está assentado sobre sítios arqueológicos de extrema valia para o estudo da história da região, tendo fornecido diversas peças para o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Isto pode ser comprovado a partir de restos arqueológicos catalogados em toda a região, que é composta de diversos sambaquis (sítios arqueológicos com esqueletos e artefatos).

Arraial do Cabo foi ponto de desembarque da expedição de Américo Vespúcio, que construiu sua casa de barro e pedra no Bairro da Rama, hoje conhecido como Praia dos Anjos. Neste local foi criada a primeira feitoria do Brasil, que foi ocupada, inicialmente, por cerca de 24 homens, com o objetivo de guarnecer o litoral.

Seu território também foi palco de disputas entre portugueses, indígenas e franceses, sendo estes últimos expulsos definitivamente em 1615, por Constantino Menelau.

Houve grande aumento populacional na região com a chegada de imigrantes portugueses e, em 1615, foi fundada a cidade de Santa Helena. A partir de 1616 a cidade passou a chamar-se Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, tendo sido ponto importante para o desenvolvimento e conquista do território fluminense.

Embora a colonização e o desenvolvimento da região tenham tomado velocidade com a fundação da cidade de Cabo Frio, Arraial do Cabo viveu durante muito tempo esquecido e isolado. Não havia acesso a outros povoados. Era pela praia que seus moradores iam e vinham, a pé ou a cavalo, para trocar, vender e comprar mercadorias. A pesca também foi de grande importância nesse período.

Monumentos e peças históricas até hoje lembram importantes passagens do início da colonização de Arraial, como a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, construída em 1506 na Praia dos Anjos, e o Monumento a Américo Vespúcio, no Largo do Descobrimento.

1 - Fontes: Estudos para o Planejamento Municipal – SECPLAN/FIDERJ – 1978; Abreu, A. “Municípios e Topônimos Fluminenses – Histórico e Memória”. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994, e sítios www.arraialdocabo-rj.com.br e www.turisrio.rj.gov.br/minisite/destino.asp.

ARRAIAL DO CABO

Economicamente, Arraial do Cabo passou por todas as fases de colonização rural, que não lograram êxito, até que por volta do século XVIII a pesca de arrasto foi estabelecida na região.

O núcleo urbano da região prosperou lentamente até fins do século XIX, baseando-se a economia na agricultura com mão-de-obra escrava, realizada em grandes latifúndios. A abolição da escravatura ocasionou o colapso econômico revertido bem mais tarde, com o desenvolvimento da indústria do sal, da pesca e do turismo, e sobretudo a implantação da rodovia e da estrada de ferro.

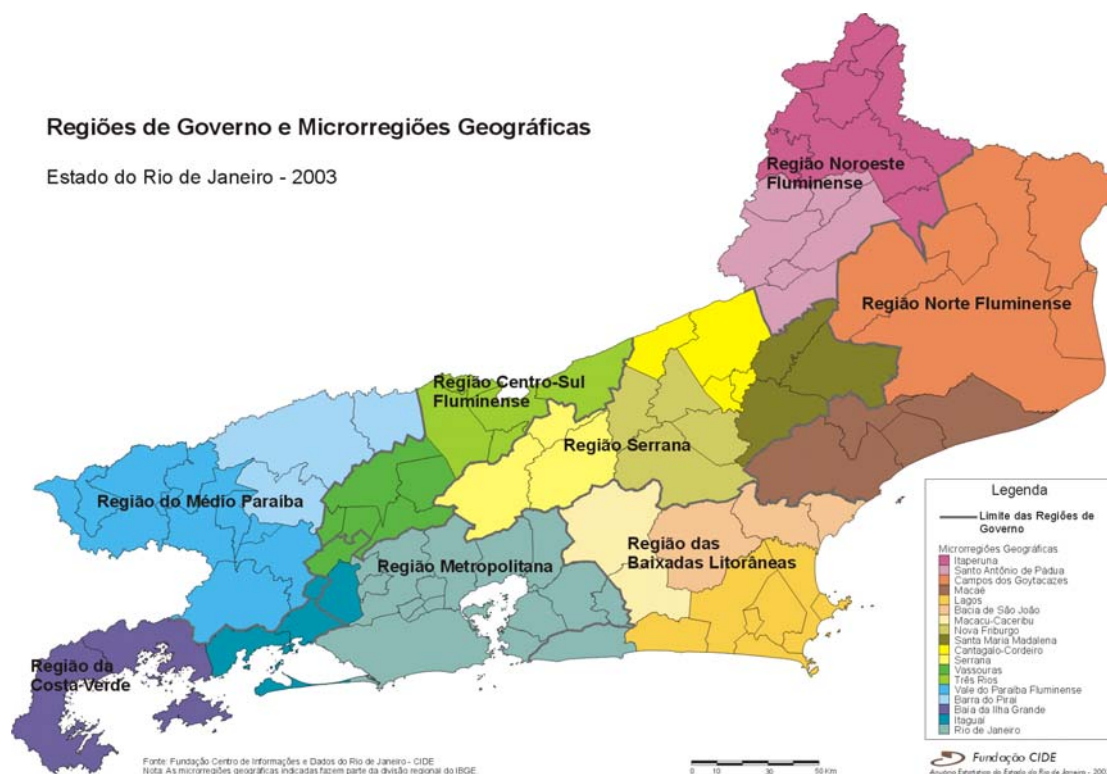
O núcleo de Arraial do Cabo situa-se próximo de Cabo Frio, em área de topografia plana, com pequenas elevações, tendo sido seu crescimento fortemente impulsionado pela presença da Fábrica Nacional de Álcalis, pelo turismo e veraneio, sendo considerado um dos melhores locais do país para a prática do mergulho.

Com o advento da Lei Estadual n.º 839, de 13 de maio de 1985, foi criado o Município de Arraial do Cabo, com instalação em 01 de janeiro de 1986.

ARRAIAL DO CABO

II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Arraial do Cabo pertence à Região das Baixadas Litorâneas, que também abrange os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.



O município tem uma área total² de 157,6 quilômetros quadrados, correspondentes a 2,9% da área da Região das Baixadas Litorâneas.

O principal acesso à cidade é feito pela variante da RJ-102, que permite a ligação com a RJ-106, em Cabo Frio. Outra opção é a estrada RJ-132/RJ-102 que circunda a Lagoa de Araruama, percorrendo a restinga de Massambaba até Arraial do Cabo, asfaltada em 2002.

2 - IBGE/CIDE - 2002.

ARRAIAL DO CABO



De acordo com o censo de 2000, Arraial do Cabo tinha uma população de 23.877 habitantes, correspondentes a 3,7% do contingente da Região das Baixadas Litorâneas, com uma proporção de 100,6 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 158 habitantes por km², contra 111 habitantes por km² de sua região. Sua população estimada em 2003³ é de 25.113 pessoas.

O município apresentou⁴ uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 2,06% ao ano, contra 4,13% na região e 1,30% no Estado. Sua taxa de urbanização corresponde a 100% da população, enquanto que, na Região das Baixadas Litorâneas, tal taxa corresponde a 85,5%.

Arraial do Cabo tem um contingente de 19.333 eleitores⁵, aproximadamente 77% da população. O município tem um número total de 12.572 domicílios⁶, com uma taxa de ocupação de 56%. Dos 5.535 domicílios não ocupados, 78% têm uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local.

A distribuição da população na região do município e no Estado, de acordo com o Censo 2000, dava-se conforme gráficos a seguir:

3 - IBGE.

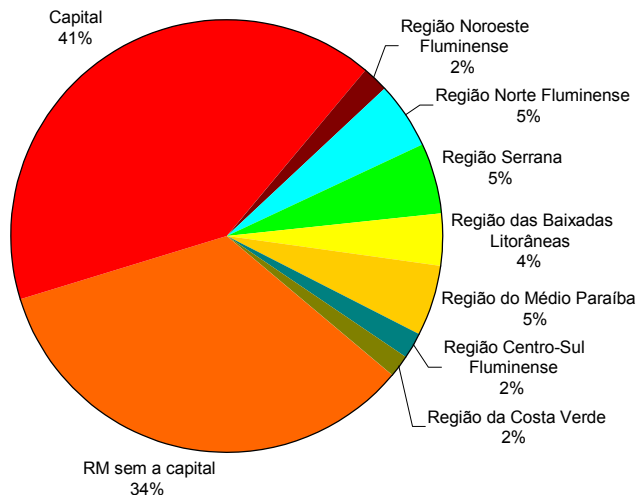
4 - Fundação CIDE.

5 - TSE- Dados de junho 2004.

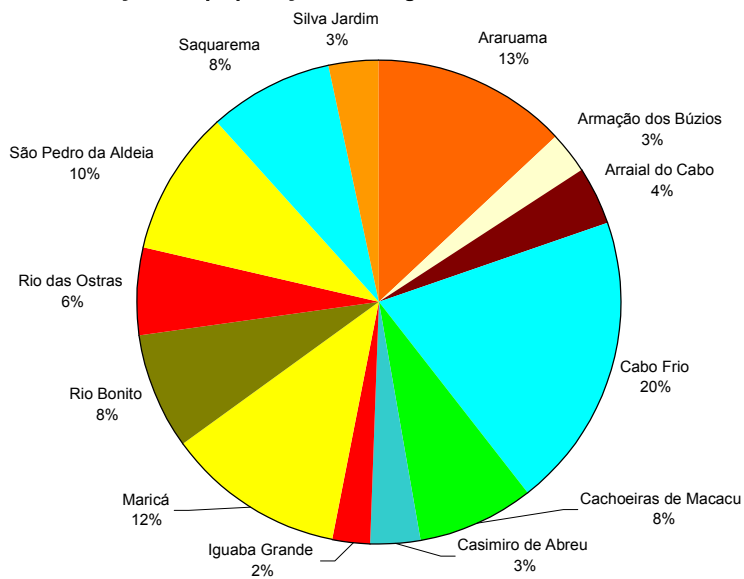
6 - IBGE – Censo 2000.

ARRAIAL DO CABO

Distribuição da população

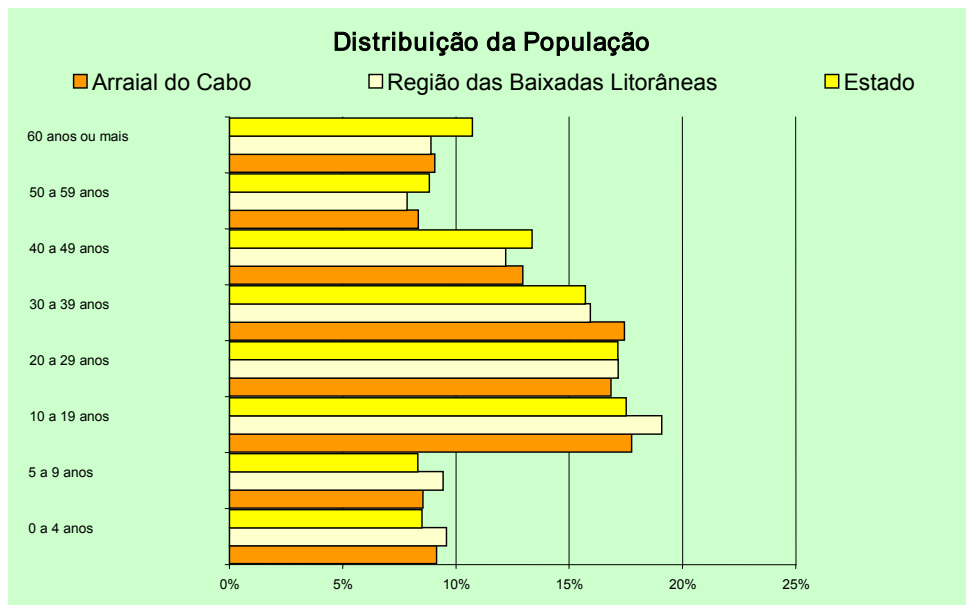


Distribuição da população na Região das Baixadas Litorâneas



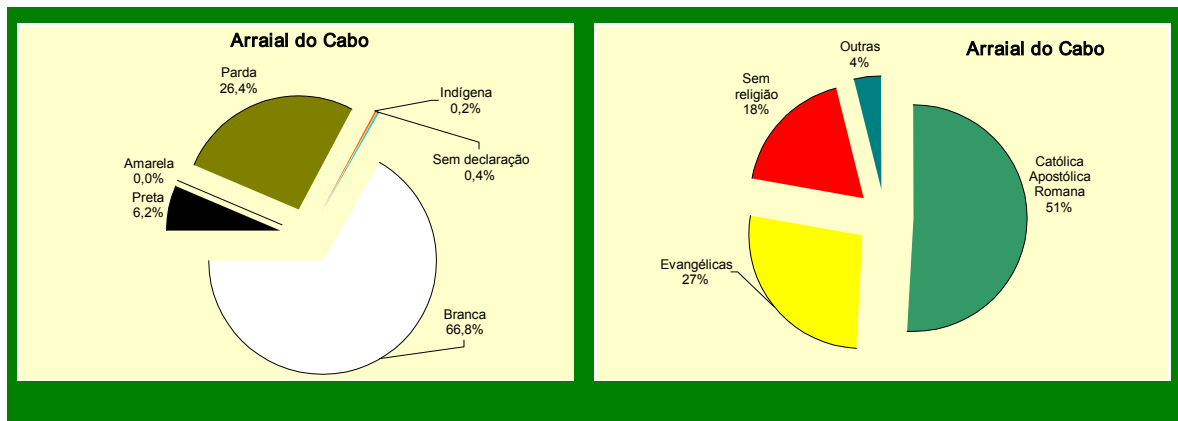
A população residente no único distrito-sede, por grupos de idade, é apresentada no quadro a seguir, em comparação com a região do município e o Estado:

ARRAIAL DO CABO



Ao examinarmos o gráfico, percebemos que a faixa etária predominante encontra-se entre os 10 e 39 anos, e que idosos representam 9% da população do município, contra 18% de crianças entre 0 e 9 anos.

Apresentamos, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município, assim como por religião:



Percebe-se que há uma predominância de pessoas que se declaram brancas, representando 66,8% da população, contra 32,6% de afrodescendentes e que o número de católicos, 51%, é superior a soma dos praticantes de outras religiões.

Arraial do Cabo possui 1 agência de correios⁷, 3 agências bancárias⁸, 27 estabelecimentos hoteleiros⁹. Quanto aos equipamentos culturais¹⁰, o município não dispõe de cinema nem de teatro mas, tem 1 museu e 1 biblioteca.

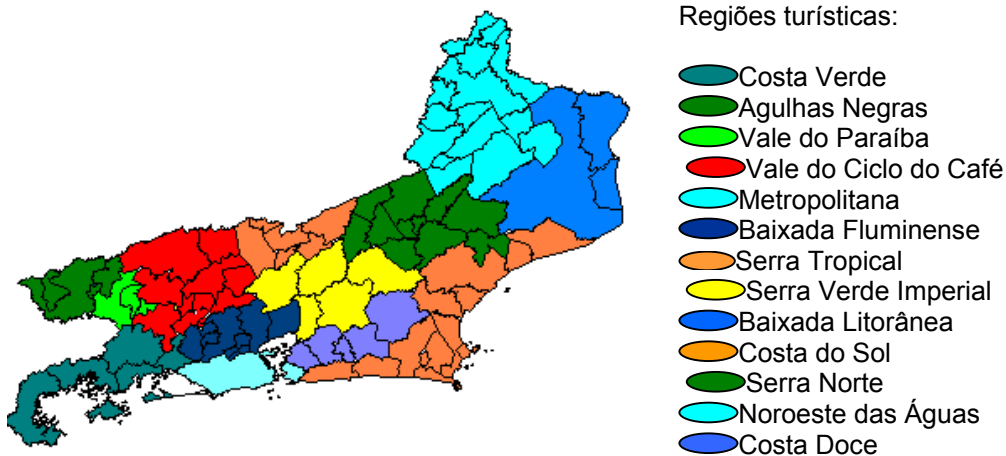
7 - ECT - 2003.

ARRAIAL DO CABO

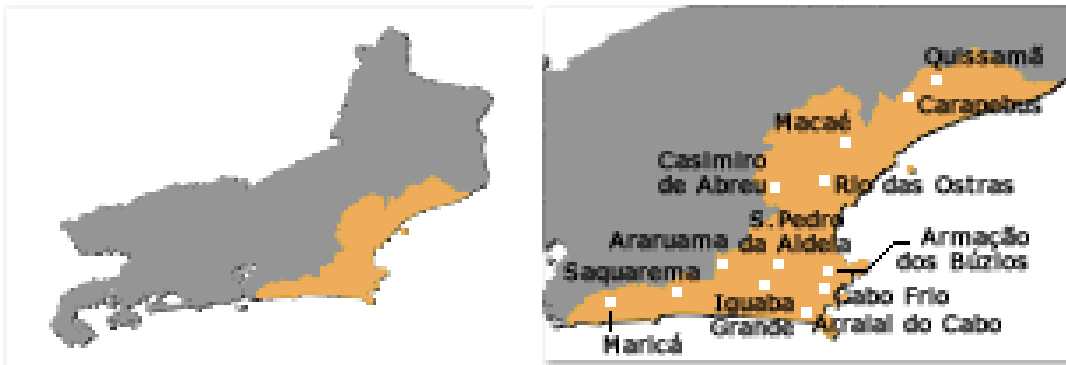
• Aspectos Turísticos ¹¹

O turismo proporciona diversos benefícios para a comunidade, tais como geração de empregos, produção de bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população. Incentiva, também, a compreensão dos impactos sobre o meio ambiente. Assegura uma distribuição equilibrada de custos e benefícios, estimulando a diversificação da economia local. Traz melhoria nos sistemas de transporte, nas comunicações e em outros aspectos infra-estruturais. Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a auto-estima da comunidade local e trazendo uma maior compreensão das pessoas de diversas origens.

A Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a Turisrio, apresenta os potenciais turísticos do Estado divididos em treze regiões distintas, conforme suas características individuais.



Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Carapebus; Casimiro de Abreu, com destaque para Barra de São João; Iguaba Grande; Macaé; Maricá; Quissamã; Rio das Ostras; São Pedro da Aldeia e Saquarema pertencem à **região turística Costa do Sol**.



8 - BACEN - 2003.

9 - MTE-RAIS - 2002.

10 - SEBRAE - 2000.

11 - Para maiores informações, consulte o *site* www.turisrio.rj.gov.br.

ARRAIAL DO CABO

Graças a um fenômeno conhecido como ressurgência¹², o mar em Arraial do Cabo é limpo, frio e muito rico em vida marinha. A pesca é praticada em toda a costa do município e nas ilhas, apresentando grande diversidade de espécies de peixes e crustáceos. Além disso, no fundo do mar da região repousam galeões, caravelas e fragatas portuguesas, inglesas, francesas e holandesas, que afundaram ali durante os embates entre a Coroa Portuguesa e corsários em busca do domínio da extração de pau-brasil, no século XVI. Tais atrativos tornam a cidade um dos melhores locais do país para a prática do mergulho.

A parte leste de Arraial do Cabo é formada pela Restinga de Massambaba que, com quase 50 km de praias desde Saquarema, estende-se por cerca de 25 km dentro do município, desde a localidade de Pernambuco, divisa com Araruama, até a Ponta da Cabeça, na Praia Grande. A extensa e estreita faixa de areia localiza-se entre o Oceano Atlântico e a Lagoa de Araruama. Ali estão concentradas muitas das salinas com seus bucólicos moinhos de vento.

Região com baixo índice pluviométrico, a restinga se debruça sobre a Lagoa de Araruama, com área total de 220 km², cujo espelho d'água alcança também os municípios de Araruama, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema. Seu solo é de formação calcária, com abundante presença de material conchífero. A atividade pesqueira é intensa, sendo praticada artesanalmente pelos pescadores. Encontra-se variada fauna marinha, destacando-se espécies como o camarão rosa, tainha, sardinha, carapicu, carapeba e urbana, entre outras. Suas praias, com águas mornas, propícias a banhos e esportes náuticos, apresentam alto grau de salinidade.

A parte oeste do município e o centro da cidade formam uma península, consolidada pelo Morro do Atalaia. Um pequeno canal, o do Boqueirão, separa o continente da grande Ilha de Cabo Frio, mais conhecida como Ilha do Farol.

Atrações Naturais

- Praia do Pontal, entre o Morro do Miranda e a Praia do Foguete (já em Cabo Frio), está a 4 km do centro de Arraial do Cabo, tem extensão de 700m.
- Prainha, a 800m do centro de Arraial do Cabo, tem extensão de 1.000m. À direita, através de trilha, alcança-se a Praia da Graçainha, com 15m de extensão, cuja faixa de areia só aparece na maré baixa. Próximo à Prainha está o Saco do Cherne.
- Praia do Forno, localizada do lado esquerdo do Porto do Forno e da Praia dos Anjos, a 1,5km do centro de Arraial do Cabo, tem 500m de extensão e está localizada em uma enseada onde há formações rochosas. Lá se encontram as ruínas da Fortaleza do Marisco, também conhecida como Luneta do Sururu ou Visão da Serpente. A área tem grande quantidade de corais. Bem próximo, existe uma pequena lagoa de água doce, onde se encontram diversas espécies de quelônios, principalmente tartarugas.

12 - A Ressurgência é o nome dado ao fenômeno provocado por uma corrente de água fria, oriunda das Malvinas, que se desloca em um nível profundo e que, ao chegar à costa de Arraial do Cabo, aflora devido a seu aquecimento, resultante dos raios solares e do encontro com outra corrente de água originária do norte. A corrente vinda do sul é rica em nutrientes, fazendo parte da cadeia alimentar de animais microscópicos que, por sua vez, alimentam outros maiores.

ARRAIAL DO CABO

- Praia dos Anjos, no centro da cidade, tem 1.100m de extensão e apresenta águas transparentes e mornas, com areias claras e finas. Há alguns trechos com águas mais escuras, nos locais próximos à saída do Canal de Arraial. Do local avista-se as ilhas do Cabo Frio, dos Porcos e os morros do Pontal do Atalaia e do Forno. Em frente à Enseada dos Anjos estão os "Baixios", bancos de areia sobre o qual a água do mar atinge pouca altura e se estende por aproximadamente 1 km de extensão e 200m de largura.

- Morro do Pontal do Atalaia, a 2km do Centro, dele avista-se a cidade, as ilhas em torno, como a Ilha do Francês, as belas praias da região e ainda, do alto, a extensa Restinga de Massambaba e a Lagoa de Araruama.

- Prainhas do Pontal do Atalaia, no lado oeste, estão a 3 km do centro. Com extensão total de 1.200 m, formam duas praias separadas por rochas, com estreitas faixas de areia.

- Ilha do Cabo Frio / do Farol, a 2,5 milhas náuticas da Praia dos Anjos. Com 4.800m de extensão e picos que atingem até 390m de altura, possui grande área coberta por mata atlântica fechada. Há apenas uma praia, e atrativos como a Gruta Azul; a Gruta do Oratório; o Farol Novo, na Ponta do Focinho; o Saco do Inglês; e as Ruínas do Antigo Farol, construído por ordem de D. Pedro II, em 1887, na parte mais elevada da ilha. No Morro do Gurú, com 210m de altura situa-se a Estação de Aquicultura do Instituto de Pesquisa da Marinha.

- Gruta Azul, situa-se na parte oeste da ilha, tendo como extremos a Ponta do Focinho e a do Boqueirão. Suas paredes internas, em tons dourados e prateados, tornam-se azuis conforme o grau de intensidade solar. Somente na maré baixa é possível entrar de barco no interior da gruta. Com uma abertura de aproximadamente 3m de largura, tem um salão natural de 30m de extensão e 15 m de altura, na maré baixa.

- Gruta do Oratório, na Ponta do Oratório, entre a Ponta do Leste e a Ponta do Focinho. A gruta possui uma abertura de 5m de largura e 10m de altura com cavidade de 3m. No fundo há uma formação rochosa que lembra imagem de santa.

- Grotta da Aparição, uma grande fenda rochosa, com 40m de altura, está localizada numa ponta da ilha. São duas rochas que têm entre si uma abertura de aproximadamente 5m e chegam até quase o nível do mar. A origem do seu nome surgiu com a lenda de que lá foi encontrada a imagem de Nossa Senhora da Aparecida.

- Praia Brava, localizada no lado leste do Morro do Atalaia, entre a Ilha dos Franceses e o Canal do Boqueirão, tem acesso pelo alto do Morro do Atalaia.

- Praia Grande, a 1,5 km do centro, representa a ponta oeste da grande praia da Restinga de Massambaba. O mar azul chega à praia em camadas sucessivas de ondas. Possui dunas de areia muito branca, cobertas de vegetação rasteira.

- Praia de Massambaba, continuação da Praia Grande em direção a Araruama.

- Praias lagunares, entre salinas e moinhos de vento, ficam nos distritos de Monte Alto e Figueiras.

- Sítios Arqueológicos, áreas que, por motivos científicos, representam importantes testemunhos da atividade humana (da pré-história à época atual) e servem para pesquisas arqueológicas:

ARRAIAL DO CABO

- Boca do Boqueirão.
- da Ponta da Cabeça (Morro do Vidigal).
- da Restinga da Massambaba.
- Gruta da Pedra, na Praia dos Anjos.
- Morro do Vigia.
- Sambaqui da Ilha do Farol.

Atrações Culturais

- Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Praia dos Anjos, considerada uma das primeiras edificações do país, foi erguida em 1506.

- Museu Oceanográfico do Instituto de Estudos do Mar – IEAPM, na Praia dos Anjos, tem acervo distribuído em seis salas, onde estão expostos peixes e crustáceos em aquários, exemplares de animais marinhos, empalhados ou conservados em formol e o esqueleto de uma baleia orca. Há ainda equipamentos oceanográficos, trabalhos sobre a flora e a fauna marinha da região e exposição do estudo do fenômeno da ressurgência que ocorre em Arraial do Cabo.

- Centro Cultural Manoel Camargo, localizado na Praia Grande, é uma instituição que abriga e incentiva as atividades culturais da região. É constituído de:

- Museu Regional Castorina Rodrigues Martins, abriga acervo composto principalmente de obras de artistas do município, onde se destacam as miniaturas de barcos, peças de navio naufragados, além de trabalhos artesanais feitos em renda.

- Sala de Exposições Amena Mayal, com acervo de pinturas e esculturas.

- Anfiteatro e Biblioteca Municipal Victorino Carriço, com um acervo em torno de 30.000 volumes, entre livros, fitas de vídeo e coleções didáticas.

- Estátua da Sereia Lorelei, instalada no anexo do Museu Oceanográfico, a estátua é uma réplica do original dinamarquês esculpido pelo artista Edward Erikssen, símbolo de Copenhague, capital daquele país.

- Marco de Américo Vespúcio, situado à esquerda da praia dos Anjos, foi construído em 1968, tem uma Cruz de Malta esculpida e a data do desembarque da expedição do navegador no litoral brasileiro - 1503. Junto ao marco localiza-se também o Poço D'água, fonte responsável, no passado, pelo abastecimento do núcleo de pescadores.

- **Aspectos Ambientais**

- **Uso do Solo**

Em maio de 2003, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE publicou o IQM – Verde II, seqüência do primeiro estudo, lançado em julho de 2001. Ambos comparam as áreas cobertas pelos remanescentes da cobertura vegetal com as ocupadas pelos diversos tipos de uso do solo, criando, desta forma, o Índice de Qualidade

ARRAIAL DO CABO

de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (IQUS). O monitoramento dos diferentes ambientes fitoecológicos pode servir de guia para o estabelecimento de políticas públicas confiáveis. As informações do mapeamento digital têm base em dados coletados em 1994 (primeiro IQM) e em 2001 (segundo estudo).

No Estado do Rio de Janeiro o mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal teve a seguinte evolução:

Uso do solo	Área em km ² (1994)	%	Área em km ² (2001)	%
Pastagens	19.556	44,5	21.669	49,4
Florestas ombrófilas densas (formações florestais)	7.291	16,6	4.211	9,6
Capoeiras (vegetação secundária ¹³)	6.814	15,5	8.071	18,5
Área agrícola	4.135	9,4	4.167	9,5
Restingas, manguezais, praias e várzeas (formações pioneiras)	1.900	4,3	1.579	3,6
Área urbana	1.846	4,2	2.763	6,3
Corpos d'água	995	2,3	921	2,1
Não sensoriado	586	1,3	0	0,0
Área degradada	506	1,2	132	0,3
Afloramento rochoso e campos de altitude	241	0,5	175	0,4
Outros	39	0,1	132	0,3
Total	43.910	100	43.864	100

São relevantes as mudanças ocorridas em um período de apenas sete anos, durante os quais, campos e pastagens cresceram 11%, sem que isso signifique aumento da produção pecuária. As formações florestais foram reduzidas em 42% de sua área original, enquanto a vegetação secundária crescia 19%. Não houve expressividade no aumento de um ponto percentual em área agrícola. As formações pioneiras foram reduzidas em 16% e áreas urbanas aumentaram seu tamanho em 50%.

Em uma primeira análise do conjunto do Estado no ano de 2001, podemos destacar que:

- Quarenta e oito municípios fluminenses tinham mais de 50% de sua área ocupada por campo/pastagem, destacando-se os municípios de Italva, São José de Ubá, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, Itaocara, Itaperuna e Aperibé, com média de 90%.
- Cinquenta e três municípios tinham menos de 1% de sua área coberto por florestas. Em todo o Estado, só restam 19% de áreas com florestas primárias ou secundárias antigas em estágio avançado, restingas arbóreas e savana estépica. Se for considerada a área de floresta secundária de inicial a médio estágio de regeneração

13 De acordo com a Resolução CONAMA nº 010, de 01/10/93, a vegetação secundária é resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação natural por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária.

ARRAIAL DO CABO

natural, a cobertura arbórea atinge 28% do território, ou seja, 12.400 quilômetros quadrados. Cabe ressaltar que 64% das florestas do Rio estão localizados em unidades de conservação da União e do Estado.

- Com relação a vegetação secundária, vinte e dois municípios têm mais de 30% de seu território com esse tipo de cobertura do solo. Cordeiro, Teresópolis e Engenheiro Paulo de Frontin atingiram a média de 50%.

- A agricultura não é desenvolvida em trinta municípios, e outros vinte e sete têm menos de 1% de área plantada. Nessa atividade, destacam-se as proporções de área plantada pela área total dos municípios de São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cabo Frio e Quissamã.

- As formações pioneiras são destaque em São João da Barra, com 80% de seu território ocupado por restingas, manguezais, praias e várzeas. Cinquenta e nove municípios não têm formações pioneiras remanescentes.

- Municípios com complexos lagunares das Regiões Norte e das Baixadas Litorâneas são os que detêm maiores áreas de corpos d'água.

- O município da capital apresentou estabilidade em formações florestais, tomando 8% do seu território, e em formações pioneiras, que ocupam outros 8%. A área de campo/pastagem reduziu-se à metade dos 11% medidos em 1994, assim como a área agrícola caiu de 3,4 para 2,7% em 2001. As áreas degradadas cresceram de 5,0 para 5,6%. Foi expressivo o aumento da mancha urbana carioca, que evoluiu de 37,9 para 56,7%. Em termos percentuais, a capital é superada em área urbana somente por São João de Meriti, Belford Roxo, São Gonçalo e Niterói; entretanto, os 680 km² da urbe carioca equivalem ao dobro da soma desse tipo de uso do solo nestes quatro municípios, ou a 25% das áreas urbanas totais do Estado.

- Cardoso Moreira e São Fidélis, da Região Norte, e todos os municípios da Região Noroeste têm um ciclo de seca maior que oito meses por ano e apresentam expressivos níveis de desmatamento, o que contribui para a extinção de nascentes de pequenos rios e riachos, observando-se aumento de freqüência de vales com leitos secos.

Os municípios do Estado do Rio de Janeiro foram classificados segundo os Índices de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal – IQUS abaixo:

IQUS	Características
Rodeio	Maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais e de áreas agrícolas
Rural	Maior percentual de formações originais e de áreas agrícolas; presença de áreas urbanas, degradadas e de vegetação secundária; quase nenhuma influência de pastagens
Nativo	Maiores áreas de formações originais e de pastagens; presença de vegetação secundária e áreas agrícolas; pouca influência das áreas urbanas e degradadas
Verde	Grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagem ou degradadas
Metrópole	Maior percentual de áreas urbanas

ARRAIAL DO CABO

Arraial do Cabo, com base no levantamento de 1994, tinha sua área distribuída da seguinte maneira: 35% de formações pioneiras, 4% de pastagens e 57% de corpos d'água. O município se encaixava no cluster F1 - NATIVO II, agrupamento com os últimos grandes estoques de formações originais (florestas densas e de vegetação de restinga).

Já em 2001, ocorreu forte redução de formações pioneiras para 12% da área municipal e equivalência em área de campo/pastagem nos 4%. Houve grande crescimento urbano, de 1,6 para 10,0% do território. O segundo estudo classificou-o como pertencente ao cluster D2 - NATIVO/METRÓPOLE, caracterizado por domínio de formações originais, com média de 44%, e de áreas urbanas, ocupando uma média de 38% do território. Dentre as localidades deste agrupamento, constam além de Arraial do Cabo, único município da Região das Baixadas Litorâneas, há quatro outros situados na Região Metropolitana.

O IQM Verde identifica, ainda, os Corredores Prioritários para a Interligação de Fragmentos Florestais (**CPIF**), ou Corredores Ecológicos, como foram denominados mais recentemente, para escolha de áreas de reflorestamento. Devido às atividades do homem, a tendência dos ecossistemas florestais contínuos, como as florestas da costa atlântica brasileira, é de fragmentação. O processo de fragmentação florestal rompe com os mecanismos naturais de auto-regulação de abundância e raridade de espécies e leva à insularização de populações de plantas e animais. Num ambiente ilhado, ocorre maior pressão sobre os recursos existentes, afetando a capacidade de suporte dos ambientes impactados, aumentando-se o risco de extinção de espécimes da flora e da fauna.

A reversão da fragmentação apóia-se, fundamentalmente, no reflorestamento dos segmentos que unam as bordas dos fragmentos de floresta, vegetação secundária e savana estépica. Esses eixos conectores são denominados corredores. Além de viabilizar a troca genética entre populações, eles possibilitam a integração dos fragmentos numa mancha contínua, alavancando a capacidade de suporte da biodiversidade regional.

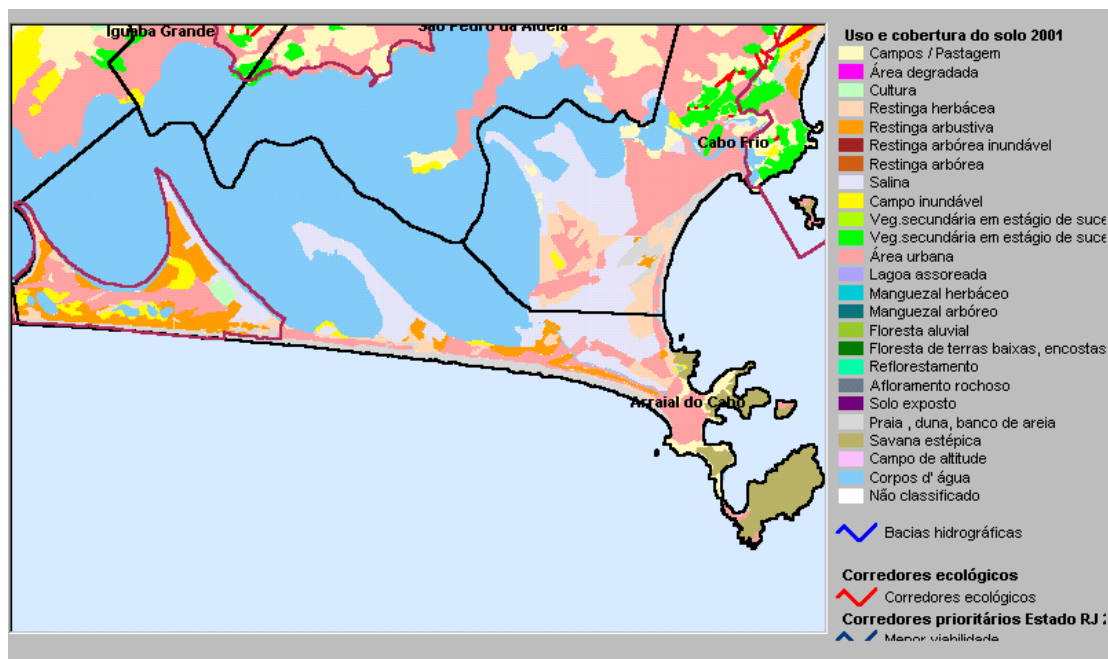
O modelo de geração de corredores prioritários para a interligação de fragmentos florestais – **CPIF** possibilitou, no primeiro estudo, a identificação de 21.271 corredores em todo o Estado, totalizando 3.286 km².

O IQM Verde II evoluiu na metodologia e verificou que diversos fragmentos florestais foram reduzidos ou novamente fragmentados, tendo sido considerados como barreiras para implantação dos corredores ecológicos as áreas urbanas, as represas, as lagoas e os grandes cursos d'água. Outro fator considerado foi sua extensão máxima de dois mil metros. Como ocorreram significativas alterações de uso do solo, foram identificados apenas 13.114 corredores com viabilidade físico-ambiental e econômica. Eles teriam uma extensão média de 837 metros e uma largura de 100 metros para cada lado do corredor, totalizando uma área de 2.094 km², o que corresponde a 4,8% do território fluminense.

Arraial do Cabo não apresenta áreas para reflorestamento, por não haver formação de corredores, ou pela inexistência de corredores inferiores a dois mil metros de comprimento.

A figura a seguir, gerada a partir do programa do CD-ROM do IQM-Verde II, apresenta os tipos de uso do solo no território municipal.

ARRAIAL DO CABO



O IQM Verde II prossegue com a análise de custo de implantação desses corredores; com a comparação do tipo de uso e cobertura do solo de fotos realizadas entre 1956 e 1975 e a última coletânea de 2001; com uma outra análise por bacia hidrográfica e complexo lagunar; com estudos sobre as variações climáticas nas últimas três décadas, manejo de florestas, avaliação de estoque de carbono e outros, configurando-se instrumento essencial para melhor conhecimento do elemento terra e sua utilização em nosso Estado, e das ações possíveis para sua recuperação e preservação a curto, médio e longo prazos.

• **Saneamento Básico e Resíduos Sólidos**

A água é um valioso elemento promotor do desenvolvimento e do progresso. Ela se presta a múltiplas utilizações da maior importância econômica e social: abastecimento das populações e das indústrias; irrigação das culturas, meio de transporte; produção de energia; fator de alimentação, com o desenvolvimento da pesca; ambiente para o esporte, o turismo e o lazer. Também é um recurso finito. Para que o mundo continue tendo água potável, é necessário que os mananciais sejam preservados. Isso depende tanto da ação individual quanto da ação do governo, com a criação de leis e programas.

De acordo com a Agência Nacional de Água, em 2002, a agricultura foi responsável por 59% do consumo de água no país; a indústria, por 19%; e o abastecimento responde por 22%. A mesma fonte aponta que 80% dos municípios brasileiros têm rede de abastecimento de água, contra apenas 46% que possuem rede de coleta de esgotos, dos quais somente 15% são tratados.

A Organização Mundial de Saúde - OMS - define o saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem, ou podem exercer, efeitos nocivos sobre a saúde, incluídas as medidas que visam a prevenir e controlar doenças, sejam elas transmissíveis ou não. A mesma OMS apurou, recentemente, que 65% dos

ARRAIAL DO CABO

leitos dos hospitais do país são ocupados por pacientes com problemas de saúde relacionados à falta de saneamento. Sistemas de abastecimento de água, de esgotos sanitários, de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos urbanos, especiais e das áreas rurais estão, por conseguinte, diretamente ligados à qualidade de vida da população.

A estreita relação da saúde com a provisão de medidas sanitárias é bastante conhecida, principalmente no que se refere à água de abastecimento doméstico e ao destino de dejetos. Cerca de 80% das doenças de países em desenvolvimento como o Brasil são provenientes da água de qualidade ruim. As enfermidades mais comuns que podem ser transmitidas pela água são: febre tifóide, disenteria, cólera, diarreia, hepatite, leptospirose e giardíase.

O tratamento do esgoto sanitário constitui uma das mais importantes medidas preventivas de enfermidades. Apesar das empresas de saneamento básico exercerem atividades consideradas nobres, elas são responsáveis por impactos ambientais significativos, sentidos não só nas obras de implantação de tais sistemas, mas, principalmente, na operação destes.

Até pouco tempo atrás, programas de saneamento privilegiavam somente ações nos campos de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários. O esgoto era conduzido a um corpo d'água e, neste, lançado *in natura*. É muito comum ver-se a utilização de galerias pluviais como pontos de descarga de esgotos. Usual, ainda, é a falta de manutenção de elevatórias de esgoto que, quando paralisadas, simplesmente desviam os dejetos para a rede pluvial. Verifica-se, atualmente, problemas graves e generalizados de poluição em rios, lagoas e mares, gerados por esgotos domésticos e industriais. Quanto mais poluída for a água bruta captada para tratamento, mais caro este se tornará, podendo sua utilização tornar-se inviável técnica e economicamente.

A solução para os esgotos sanitários de comunidades menores, quando não há rede coletora de esgotos, é a utilização de fossas sépticas, cuja obrigatoriedade deve ser exigida pela Administração local. Já os esgotos domésticos coletados precisam ser tratados para estabilização de sua matéria orgânica, tornando-a estável e inócua, sendo obrigação das concessionárias ou do poder público o seu tratamento.

O ano de 2003 foi marcado por um dos maiores acidentes ambientais do país. Em 29 de março do ano passado, rejeitos químicos vazaram de um reservatório da Indústria Cataguazes de Papel e Florestal Cataguazes, em Minas Gerais, para o Rio Pomba, afluente do Rio Paraíba na Região Noroeste Fluminense. Somados, foram 180 quilômetros de trecho fluvial fluminense atingidos. Construído há mais de 15 anos, o reservatório rompeu-se, lançando 1,2 bilhão de litros d'água contaminada naquele rio com alta toxicidade de produtos, como cloro ativo e soda cáustica. Miracema, Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara, Cambuci, São Fidélis, Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana foram severamente prejudicados em seu abastecimento. Suas atividades econômicas, dependentes do uso da água de ambos os rios, foram interrompidas por dias ou semanas, com prejuízos para a subsistência de muitos que sobrevivem da agricultura, da pecuária, da indústria, da pesca e do turismo. Centenas de poços artesianos foram implementados para fornecer água para a população afetada. Na foz do Rio Paraíba do Sul, o vento e as correntes marinhas levaram boa parte da mancha tóxica para o manguezal de Gargaú e lagoas de São Francisco do Itabapoana,

ARRAIAL DO CABO

comprometendo-os por prazo indeterminado, chegando ao balneário campista Farol de São Tomé, quilômetros a sul da foz do rio, e a Marataízes, a norte, no Espírito Santo.

A fauna e a flora da bacia do Rio Paraíba do Sul, naquele trecho, poderão ficar comprometidas pela contaminação química por pelo menos cinco anos. Projetos como o Piabanha, lançado em 1998, que trabalha com as comunidades ribeirinhas no repovoamento dos rios Pomba e Paraíba do Sul com milhões de alevinos de piabanhas, surubins do Paraíba, pirapitingas e curimatãs foram seriamente afetados, tendo sido dizimados 2,5 milhões de peixes anilhados. A única área não afetada foi o trecho do Rio Paraíba a montante da confluência dos dois rios, entre Carmo e Itaocara.

Dados da COPPE/UFRJ de 2002 apontam que, na bacia do Rio Paraíba do Sul, 55% da população não é atendida por rede coletora de esgotos. Daqueles que têm rede, 92% do esgoto coletado não são tratados. O Rio de Janeiro é vítima de descaso histórico em relação à bacia do Rio Paraíba do Sul. No trecho do rio em São Paulo, ocorre poluição orgânica de esgotos das cidades de Jacareí, São José dos Campos e Taubaté. No Vale do Paraíba paulista, há concentração de atividades industriais que contribuem para o lançamento de resíduos químicos tóxicos. No trecho de Resende, Itatiaia, Porto Real, Barra Mansa e Volta Redonda prosseguem os despejos de produtos tóxicos de siderúrgicas e indústrias químicas, além da poluição orgânica decorrente da falta de tratamento de esgoto sanitário. Seguindo o curso do Paraíba, Pinheiral, Barra do Piraí, Vassouras, Paraíba do Sul e Três Rios não têm tratamento de seus dejetos. O Rio Paraíba traz despejos de indústrias químicas, de laticínios e tecelagens de Juiz de Fora, além de resíduos orgânicos também de Comendador Levy Gasparian; o Rio Piabanha vem carregado de resíduos orgânicos de Petrópolis e Areal; Teresópolis e Nova Friburgo também contribuem com a poluição orgânica e industrial nos rios Paquequer, Bengala, Dois Rios e Grande. O próprio Rio Pomba traz dejetos de Pádua, Aperibé e Itaocara. Já de volta ao Rio Paraíba, Cambuci e São Fidélis tampouco tratam seus esgotos. O afluente Rio Muriaé já chega ao Paraíba, no município de Campos, com poluição da Zona da Mata Mineira; do Rio Carangola, que banha Porciúncula e Natividade e recebe seus esgotos, somando-os aos de Itaperuna, Italva e Cardoso Moreira já no leito do Rio Muriaé. Próximo de sua foz, o Paraíba recebe resíduos orgânicos e da agroindústria da cana-de-açúcar, em Campos, e esgotos domésticos e urbanos de São João da Barra.

Dois terços da vazão do Rio Paraíba, na altura de Barra do Piraí, são desviados através de dutos para a represa da Light, em Piraí, cuja água segue pelo Rio Guandu para a estação de tratamento da CEDAE que abastece a maior parte da Região Metropolitana. A própria bacia do Guandu, em seu trecho de Japeri, Queimados e Nova Iguaçu, recebe forte carga de resíduos químicos e industriais que encarecem sobremaneira e comprometem a qualidade continuada da água tratada servida à população.

As causas estruturais persistem na degradação do meio ambiente e se traduzem em irresponsabilidade, impunidade, fiscalização precária, processos de licenciamento imprevidentes, burla da legislação, sonegação de informações sobre riscos, permissividade ambiental de agências públicas etc. A contaminação não deve ser considerada como um mal necessário do desenvolvimento nos dias atuais. Alega-se continuamente que empregos precisam ser criados e receitas públicas geradas através

ARRAIAL DO CABO

da implantação ou da continuidade de empreendimentos poluidores, com complacência, tolerância ou indulgência de autoridades, e apoio das populações ignorantes de suas conseqüências. É tempo de investimentos maciços na profilaxia e no tratamento dos efluentes urbanos e industriais.

Dados apurados no ano 2000 ¹⁴ apresentam o seguinte panorama do município:

- No tocante ao abastecimento de água, Arraial do Cabo tem 68,4% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 26,1% com acesso à água através de poço ou nascente e 5,5% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 4 320 metros cúbicos por dia, dos quais a totalidade passa por tratamento convencional.

- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 63,5% dos domicílios do município; outros 26,5% têm fossa séptica, 9,6% utilizam fossa rudimentar, e 0,2% estão ligados a uma vala. O esgoto coletado passa por algum tipo de tratamento e é lançado em corpo receptor não identificado.

- Arraial do Cabo tem 97,9% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 0,3% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 1,5% o queimam. O total de resíduos sólidos coletados somava 108 toneladas por dia, cujo destino era vazadouro a céu aberto (lixão).

Faz-se urgente que a gestão dos recursos hídricos se efetue de forma mais competente e eficaz do que vem sendo feita até hoje. É necessário administrar a abertura e bombeamento de poços, monitorar o rebaixamento do lençol freático, o aterramento de brejais, lagoas e lotes ou a obstrução parcial da drenagem superficial e sub-superficial, bem como a abertura e limpeza de fossas, a contaminação do freático, as zonas de despejo de esgoto e lixo etc. A realização de investimentos e ações de desenvolvimento tecnológico, resultará na implantação de projetos mais eficientes e menos impactantes na qualidade dos corpos hídricos, e na reutilização dos subprodutos dos tratamentos de água, esgoto e lixo.

14 - Fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU do Ministério das Cidades– dados coletados nos dias 3 e 4 de junho de 2003 referentes ao ano 2000 e IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. As diferenças para alcançar os 100% dos domicílios não foram identificadas na fonte de dados.

III - INDICADORES SOCIAIS

A Exclusão Social se manifesta sob várias formas, especialmente nos países em desenvolvimento. Além da pobreza, da fome e dos altos índices de analfabetismo, outras maneiras de exclusão ganham destaque, associadas à continuada desigualdade de renda, à precarização do mercado de trabalho (desemprego e informalidade), à expansão da violência urbana e ao aumento de epidemias, como a intensa desnutrição e o avanço da Aids. Paralelamente, emerge uma novíssima forma de exclusão, relacionada à falta de acesso a informações fornecidas por um novo padrão tecnológico – a exclusão digital.

Cada vez mais, tornam-se imprescindíveis estudos e correlações com o maior número e diversidade de indicadores para análise das condições econômicas, sociais e políticas dos países. Assim, é pertinente dizer que uma só variável é insuficiente para explicar a complexidade do fenômeno da exclusão social.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) indicador criado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud/ONU) constitui-se na composição de três índices - expectativa de vida ao nascer, alfabetização e taxa de matrícula bruta e, finalmente, renda *per capita* - que reflete dimensões básicas da vida humana. Traz, como grande contribuição, a possibilidade de comparação entre os diversos países, segundo as condições econômicas, políticas e sociais dos seus habitantes. A idéia é de que, para se verificar o avanço de determinado território, não se deve considerar somente as características econômicas e políticas, mas também as características sociais e culturais vivenciadas por sua população.

De acordo com os dados mais recentes do Pnud¹⁵ o Brasil permanece, praticamente, na mesma posição do *ranking* do IDH desde 2000, ocupando o 72º lugar entre os 177 países analisados.

A tabela a seguir apresenta a posição geral no IDH e a diferença entre os indicadores:

Indicador	Pontuação	Posição no <i>ranking</i> dos 177 países
Educação	0,88	62º
Longevidade	0,72	111º
Renda	0,73	63º
IDH	0,77	72º

Foi na Educação que atingimos o melhor desempenho com uma marca superior à média latino-americana e, proporcionalmente, mais próxima dos valores dos países desenvolvidos. No conjunto dos 177 países, o Brasil ocupa a 62º posição.

15 - Dados divulgados em julho de 2004 usando estatísticas de 2002.

ARRAIAL DO CABO

Mesmo assim, o avanço é insuficiente. O país continua levando uma década para que seus estudantes tenham 1 ano a mais de escolaridade. O tempo médio de estudo do brasileiro é de 6,2 anos, ou seja, nem o ensino fundamental completo, o que daria 8 anos de estudo.

A questão é que o IDH está medindo a taxa de alfabetização e o número de alunos matriculados, em todos os níveis, priorizando o aspecto quantitativo. Entretanto, seria fundamental saber quantos alunos concluíram os respectivos cursos, e com que qualidade de ensino.

Na Saúde, ao contrário da Educação, os dados brasileiros não são favoráveis. A esperança de vida aumentou, mas continuou ruim. Passou de 66 anos, em 1995, para 68 anos em 2002. O Brasil tem o 111º lugar entre os países, em termos de expectativa de vida ao nascer, posição muito pior que a sua classificação geral no IDH, 72º lugar, e que é absolutamente incompatível com um país que tem a 15ª economia do mundo.

Mas, sem dúvida, o grande problema brasileiro continua sendo a sua renda *per capita*. Primeiro, ela ainda é muito baixa: somos o 63º colocado no *ranking* da renda entre todos os países analisados: US\$ 7.700 ao ano, inferior a Argentina, Chile, Uruguai e México. Segundo, o número de pobres permanece muito elevado: 22,4% dos brasileiros estão vivendo abaixo de uma linha de pobreza, definida pelo Pnud como sendo de até US\$ 2 por dia, em torno de R\$ 180 ao mês, ou 70% do atual valor do salário mínimo. A desigualdade brasileira se revela fortemente na distribuição de renda, onde os 10% mais pobres têm apenas 0,5% da renda nacional, enquanto que os 10% mais ricos têm 47% da renda¹⁶.

Neste contexto, é importante ressaltar a existência do Atlas da Exclusão Social,¹⁷ que disponibiliza informações e análises sobre o fenômeno da exclusão social no país usando três indicadores: Vida Digna, dimensão que verifica o bem-estar material da população de determinado lugar, resultante de índices de pobreza, desemprego e desigualdade; Conhecimento, voltado à avaliação do acúmulo cultural de cada população composto por índices de alfabetização e de escolarização superior; e, Vulnerabilidade, preocupada em mostrar o risco a que está exposta uma parcela da população devido a situações de violência, analisando os índices de homicídios e a presença da população infantil.

A partir das análises do Atlas, conclui-se que:

- De cada 100 brasileiros, cerca de 24 vivem até com 2 dólares/dia, ou seja, são miseráveis ou pobres; em cada 100 pessoas economicamente ativas, 10 pessoas estão procurando trabalho. Em relação ao total de desempregados do mundo, de cada 100 deles, 5 estão em solo brasileiro.
- Brasil, quinto país mais populoso do mundo, é um dos mais desiguais. Nele, em média, para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8 dólares, ou seja, os mais ricos obtêm uma renda quase 66 vezes maior do que a dos pobres.

16 - *O País do futuro parou no início do milênio*. O Globo. Rio de Janeiro, 15 jul. 2004. Caderno de Economia, p. 19.

17 - Ver Pochmann. M. e Amorim.. R. (Orgs.) – *Atlas da Exclusão Social no Brasil* – São Paulo, Editora Cortez, 2002.

- Com relação a alfabetização, de cada 100 pessoas maiores de 15 anos, 87 são alfabetizadas, mas somente 7 possuem o nível superior de ensino.
- Brasil tem 29% da sua população com até 14 anos e índices muito altos de violência¹⁸, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, associados a falta de acesso aos benefícios sociais básicos.

O Brasil se desenvolveu com a característica da não incorporação de grandes parcelas da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político. Dados estatísticos recentes mostram que os indicadores relativos a educação, saúde e consumo de bens duráveis vêm aumentando consideravelmente, todavia, a partir de bases iniciais bastante restritas. Hoje temos uma população com mais de 175 milhões de habitantes, a grande maioria convivendo nos centros urbanos e com uma economia *per capita* que se situa próxima às do México e do Chile. Socialmente, entretanto, os níveis de exclusão e de desigualdade são imensos, estando entre os piores do mundo. Um dos exemplos mais expressivos é o déficit habitacional.

Diante dessa realidade, é pertinente dizer que a exclusão social remete à não concretização da cidadania, uma vez que, apesar de políticas públicas existentes, uma grande quantidade de indivíduos não pertence efetivamente a uma comunidade política e social: as pessoas convivem em um mesmo espaço, contribuem economicamente para a mesma sociedade, mas não têm acesso ao consumo de bens e meios de cidadania. Embora a legislação lhes assegure direitos, tal garantia não se traduz em seu real usufruto.

Pode-se dizer que o país continua demonstrando dificuldade de transformar suas riquezas em bem-estar e melhores condições de vida para a população.

- **Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**¹⁹

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, apresentado nas três primeiras edições dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, foi criado originalmente para medir o nível do desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação, longevidade e renda. O primeiro é uma combinação da taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino com a taxa de alfabetização de adultos, o segundo é medido pela expectativa de vida da população, e o terceiro é dado pelo PIB per capita medido em dólar-PPC (Paridade do Poder de Compra), calculado pelo Banco Mundial.

O IDH varia de zero a um e classifica os países com índices considerados de baixo, médio ou alto desenvolvimento humano, respectivamente nas faixas de 0 a 0,5; de 0,5 a 0,8; e de 0,8 a 1. Quanto mais próximo de 1 for o IDH, portanto, maior o nível de desenvolvimento humano apurado.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a Fundação João Pinheiro do Governo do Estado de Minas Gerais – FJP/MG e o PNUD divulgaram, em dezembro de 2002, o Novo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, com dados relativos ao Censo

18 - De acordo com o Mapa da Violência IV da UNESCO, 2004, os homicídios praticados contra os jovens na faixa de 15 a 24 anos cresceram 87% entre 1993 a 2002.

19 - Fonte: IPEA/FJP/ PNUD/IBGE e Relatório das Contas de Gestão do Governador – Exercício 1999 – TCE/RJ.

ARRAIAL DO CABO

de 2000, cujo questionário mais detalhado aplicado a 12% do universo recenseado teve sua amostra expandida para efeito de cálculo dos componentes do índice.

Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH-Municipal (IDH-M) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. Na dimensão educação, consideram-se a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e a taxa bruta de frequência à escola²⁰. A dimensão longevidade apura a esperança de vida ao nascer, sintetizando as condições de saúde e salubridade locais. Para avaliar a dimensão renda, ao invés do PIB, o critério utilizado é a renda média de cada residente do município, transformada em dólar-PPC utilizando-se escala logarítmica para corrigir as distorções nos extremos das curvas de renda. Nessa conceituação, o IDH-M do Brasil alcançou a média 0,764 no ano 2000.

Os cinco estados com maior IDH-M no país são, pela ordem, Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro; respectivamente com índices 0,844 para o primeiro, 0,814 para o segundo, 0,809 para o terceiro, 0,806 para o quarto; e 0,802 para o nosso estado, o quinto ente da federação em desenvolvimento humano. Esses também são os únicos estados que já alcançaram o início da faixa de alto desenvolvimento humano. Todos os demais 22 estados têm médio IDH-M, sendo os piores os de Alagoas (0,633), Maranhão (0,647), Piauí (0,673), Paraíba (0,678) e Sergipe (0,687).

A predominância de estados das regiões norte e nordeste com menor desenvolvimento humano prossegue até o décimo-primeiro colocado, Minas Gerais, superado, pela ordem, por Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná, além dos cinco primeiros já citados.

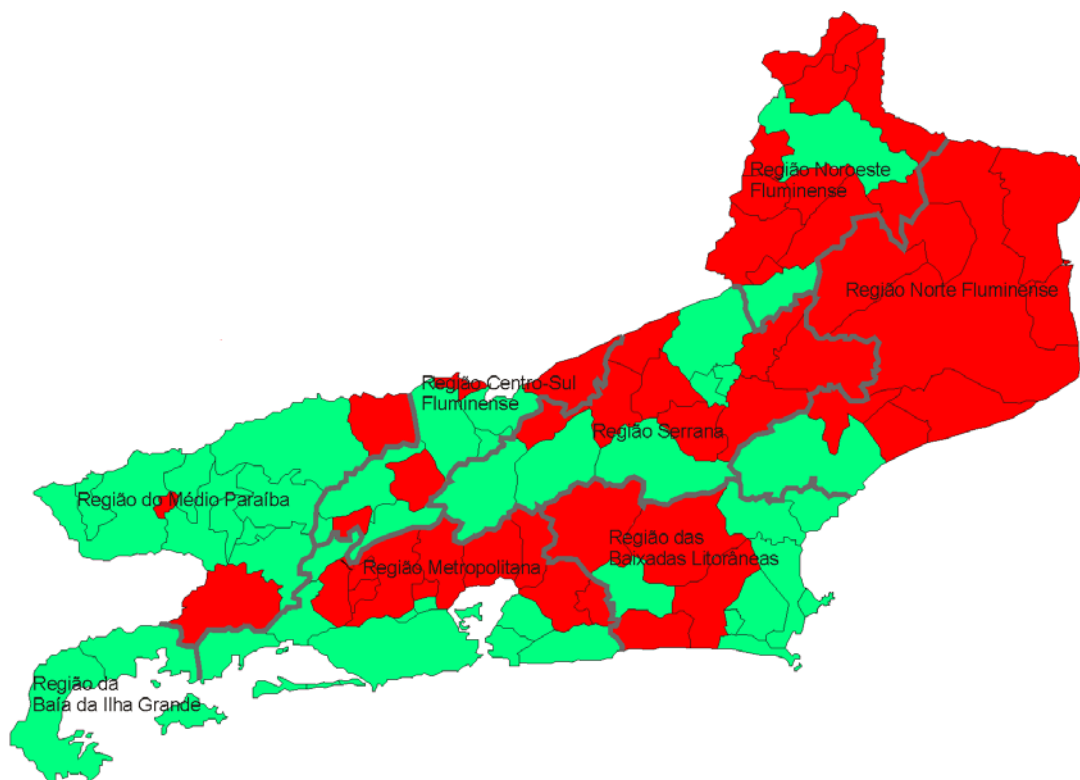
Dos 5.507 municípios brasileiros avaliados no Novo Atlas, dentre os 100 primeiros colocados, apenas 3 não pertencem às regiões sul e sudeste: Fernando de Noronha (PE) e duas localidades agrícolas no centro-oeste. São Caetano do Sul, no ABC paulista é o que apresenta melhor IDH-M, de 0,919. Dos noventa e um municípios fluminenses (Mesquita foi instalado somente em 2001 e não consta do Novo Atlas), Niterói aparece em terceiro lugar e a capital Rio de Janeiro em sexagésimo.

Essas duas cidades mantiveram-se em primeiro e segundo lugar no ranking interno do nosso estado desde 1970. Acima da média estadual, de 0,802 em 2000, estão também Volta Redonda, Nova Friburgo, Resende, Barra Mansa e Petrópolis. Dentre os oito únicos municípios com alto desenvolvimento humano, inclui-se ainda Itatiaia, com exatos 0,800. Outros trinta e cinco municípios estão na faixa de IDH-M superior à média brasileira. Todos os 43 que se enquadram nessa “elite” de nosso estado estão marcados em verde no mapa a seguir.

Os 48 municípios restantes tiveram seu IDH-M abaixo de 0,764, ficando Varre-Sai com a menor marca, de 0,679. Esses foram assinalados em vermelho no mesmo mapa.

20 - Somatório de pessoas, independentemente da idade, que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior, inclusive cursos supletivos, classes de aceleração e de pós-graduação universitária, dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos na localidade.

ARRAIAL DO CABO



Pode-se observar desigualdades interregionais, como também intra-regionais. Na realidade, o mapa desvenda uma estratificação por faixas geográficas que se alternam entre menor e maior desenvolvimento humano.

Os municípios que tiveram maior taxa de crescimento de IDH-M entre 1991 e 2000 foram justamente aqueles que apresentaram este indicador abaixo de 0,600 em 1991, destacando-se São João da Barra, Silva Jardim, Trajano de Moraes e Laje do Muriaé, que avançaram mais de 30% nesses nove anos e, mesmo assim, continuam no “vermelho”.

Uma outra análise, por população dos municípios no ano 2000, também revela uma correlação entre essa característica e o nível de desenvolvimento humano:

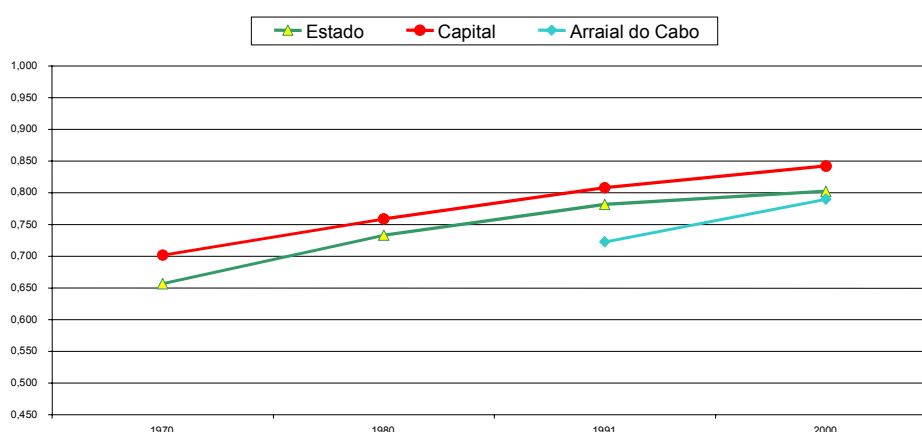
- ✓ Dentre os quatro municípios com mais de 500 mil habitantes, dois estão acima da média brasileira (faixa verde) e dois estão abaixo (faixa vermelha);
- ✓ Dos dezessete municípios entre 100 e 500 mil habitantes, doze estão na faixa verde e cinco na vermelha;
- ✓ Onze municípios tinham entre 50 e 100 mil habitantes, dos quais sete estão na faixa verde e quatro na vermelha;
- ✓ Entre as vinte e cinco municipalidades entre 20 e 50 mil habitantes, treze estão na faixa verde e doze na vermelha;
- ✓ São vinte e quatro localidades entre 10 e 20 mil municípios, das quais sete estão na faixa verde e dezessete na vermelha;
- ✓ Das dez restantes, com menos de dez mil habitantes, duas estão na faixa verde e oito na vermelha.

ARRAIAL DO CABO

Verifica-se que, dos seis municípios emancipados na década de 80, apenas Itatiaia e Arraial do Cabo estão na faixa verde, enquanto Quissamã, Italva, São José do Vale do Rio Preto e Paty do Alferes encontram-se na faixa vermelha. Já dos vinte e um municípios que surgiram na década de 90, sete estão na faixa verde (Iguaba Grande, Pinheiral, Armação dos Búzios, Quatis, Rio das Ostras, Macuco e Areal) e quatorze na vermelha (Seropédica, Aperibé, Comendador Levy Gasparian, Porto Real, Belford Roxo, Carapebus, Guapimirim, Queimados, Japeri, Tanguá, São José de Ubá, e os três últimos colocados: Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana e Varre-Sai).

O município em análise ocupava a 14ª posição no estado em 2000, com IDH-M de 0,790, e sua evolução comparada é apresentada no gráfico a seguir.

Evolução Comparativa do IDH-M



Com relação aos componentes do índice, Arraial do Cabo apresentou IDH-M Educação de 0,912, 7º no estado e pontuou 0,731 no IDH-M Esperança de Vida, 50ª posição dentre os noventa e um municípios analisados. Seu IDH-M Renda foi de 0,727, no qual o município ficou em 18º lugar no estado.

- **Educação**

A educação assume o papel, desde as últimas décadas do século XX, de referencial para perspectivas concretas de crescimento econômico e competitividade nos mercados globalizados. Nos atuais cenários, onde a qualidade do conhecimento da população constitui um fator diferenciador, ter indivíduos qualificados e preparados academicamente certamente significará caminhos abertos para o avanço tecnológico, econômico e social. A educação pode ser uma estratégia para diminuir as desigualdades, na medida em que, ao gerar melhores qualificações, aumenta as oportunidades no mercado de trabalho. Não há dúvida de que, com o advento da globalização e conseqüentemente, o aumento dos níveis de competitividade mundial, a permanência na escola certamente contribuirá para uma inserção no mercado de trabalho no futuro.

A educação, com a solidificação de processos abrangentes de ensino e aprendizagem, é instrumento de transformação social que abre caminho para a inclusão

ARRAIAL DO CABO

social e para ações que podem encaminhar à construção de um mundo mais humano. Cada vez mais a oferta de ensino de boa qualidade é requisito para que se possa pensar em justiça social, dando condições para que os indivíduos possam competir em graus semelhantes de igualdade.

Em nível nacional, a partir do final da década de 90, o acesso à educação teve uma grande melhora. O Estado do Rio de Janeiro acompanhou este movimento. Hoje, o atendimento para todas as crianças na educação fundamental é quase que total. Os outros níveis de ensino também cresceram – educação infantil, ensino médio e ensino superior. Como produto inquestionável do ingresso das crianças na escola, observa-se que a educação média da população aumentou e o quantitativo de analfabetos diminuiu. Entretanto, o desafio ainda é a melhoria da qualidade de ensino oferecido nas instituições escolares. Muitas crianças e adolescentes abandonam a escola, principalmente a partir dos 14 anos, quando persistem altas taxas de repetência e de atraso escolar. As avaliações confirmam que muitos continuam freqüentando a escola, mas não aprendem o que deveriam.²¹

O Estado do Rio de Janeiro apresenta importantes diferenças econômicas e sociais criando uma grande diversidade nos indicadores educacionais entre os seus municípios. Em algumas cidades, como a capital, Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Volta Redonda, Resende e Barra Mansa, os índices de analfabetismo da população são bastante baixos, inferiores a 8%. Em outros municípios, como Silva Jardim, São Francisco de Itabapoana e Trajano de Moraes, os índices continuam muito altos, em torno de 20% a 30%.

No ensino fundamental, verifica-se que alguns municípios ainda possuem índices baixos de freqüência, em torno de 82% a 87%, como Rio Claro, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. É necessário concentrar maiores esforços, no sentido de que todas as crianças entre 7 e 14 anos estejam na escola. Como exemplo de uma forte política de inclusão e de investimentos em educação, o município de Quissamã, que tinha um dos percentuais mais altos de analfabetismo do Estado, em 1991, no Censo de 2000 apresentou um percentual de crianças no ensino fundamental acima de 90%.

Com relação ao ensino médio, voltado para adolescentes entre 15 e 17 anos, e o acesso ao ensino superior, observa-se que algumas cidades como Rio de Janeiro, Niterói, Campos e Volta Redonda, aparecem como as principais opções para os alunos que pretendem continuar estudando, o que pode acarretar um efeito negativo na capacidade das redes de ensino dos demais municípios de formarem e reterem um quadro de futuros profissionais mais qualificados.

De maneira oposta à universalização do ensino fundamental, a escolarização em nível superior no Brasil ainda é muito pequena. A percentagem de jovens entre 18 e 24 anos de idade que freqüenta instituições de nível superior aumentou de 4% para 7%, entre 1991 e 2000, em todo o País. No Estado do Rio de Janeiro ela foi de 7% para 10%, ou seja, somente 10% da população nessa faixa etária têm acesso ao ensino universitário.

A taxa bruta de matrícula no ensino superior aumentou de 7% para 13% entre 1991 e 2000, no País e, no Estado do Rio de Janeiro, cresceu de 12% para 18%, o que ainda é

21 - Ver últimos exames ENEM, SAEB e PISA.

ARRAIAL DO CABO

muito pouco. A tabela a seguir apresenta os principais indicadores de educação apurados no Censo 2000 dos municípios do Rio de Janeiro com mais de cem mil habitantes.

Município	População do Município	% analfabetos de 15 anos e mais	% de 7 a 14 anos no ensino fundamental	% de 15 a 17 anos no ensino médio	% de 18 a 24 anos no ensino superior
Rio de Janeiro	5.807.904	4,4	90,7	47,4	15,7
Nova Iguaçu	920.599	7,2	88,4	31,5	4,3
São Gonçalo	891.119	5,8	89,9	40,1	5,8
Duque de Caxias	775.456	8,0	88,5	30,0	3,9
Niterói	459.451	3,6	92,3	53,5	26,2
São João de Meriti	449.476	5,7	90,4	35,8	3,7
Belford Roxo	434.474	8,0	87,2	25,4	2,2
Campos dos Goitacazes	405.959	10,1	89,5	31,2	7,7
Petrópolis	285.537	6,4	88,3	37,8	9,4
Volta Redonda	242.053	5,1	92,9	45,4	12,6
Magé	205.830	9,9	89,4	27,8	2,3
Itaboraí	187.479	10,8	87,0	24,5	2,5
Nova Friburgo	173.418	7,4	92,5	37,4	10,6
Barra Mansa	170.753	6,4	92,8	41,4	7,0
Nilópolis	153.712	3,8	92,1	40,5	7,7
Teresópolis	138.081	10,4	91,3	33,4	8,3
Macaé	132.451	7,9	91,2	41,1	6,2
Cabo Frio	125.828	8,3	88,2	28,5	4,1
Queimados	121.933	9,3	86,4	21,0	1,4
Angra dos Reis	119.247	8,9	89,0	30,1	3,8
Resende	104.549	6,9	96,4	37,7	10,4

Fonte: IETS²²

O Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2003, teve um total de 2.470.264 alunos matriculados no ensino fundamental, dos quais 81% estavam em escolas públicas. Dados disponibilizados pelo Sistema de Estatísticas Educacionais²³ apresentam o seguinte panorama da educação no Estado.

O contingente da população estudantil que recorre às escolas públicas também apresentou crescimento nos últimos anos, como demonstra a tabela a seguir:

22 - Schwartzman, Simon. A educação no Rio de Janeiro, terceiro capítulo do estudo Análise do Rio de Janeiro a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em <http://www.iets.org.br>.

23 - <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/> 02/07/04.

ARRAIAL DO CABO

Percentual do total de alunos matriculados no Estado no ensino fundamental					
Dep. Administrativa	1999	2000	2001	2002	2003
Federal	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Estadual	27,4%	27,1%	26,1%	25,6%	24,2%
Municipal	52,7%	54,0%	55,2%	55,3%	56,1%
Particular	19,5%	18,6%	18,4%	18,7%	19,2%
Nº total de alunos	2.474.649	2.472.017	2.463.074	2.474.530	2.470.264

Observa-se, no período acima, uma constância no total de alunos matriculados no ensino fundamental, tendo ocorrido aumento do atendimento pelas redes municipais, contra redução do mesmo pelas redes estadual e particular.

O ano de 2003 teve, em nosso Estado, um total de 763.817 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 78,6% estavam em escolas públicas estaduais.

Cento e vinte e duas mil novas vagas foram abertas para o ensino médio entre 1999 e 2003 no nosso Estado, aumentando o número de matrículas em escolas públicas, particularmente da rede estadual, que cresceu significativamente sua participação, como demonstra a tabela a seguir:

Percentual do total de alunos matriculados no Estado no ensino médio					
Dep. Administrativa	1999	2000	2001	2002	2003
Federal	2,9%	2,4%	2,0%	1,7%	1,6%
Estadual	64,3%	71,1%	75,7%	78,2%	78,6%
Municipal	2,7%	1,9%	1,7%	1,5%	1,7%
Particular	30,1%	24,6%	20,6%	18,6%	18,1%
Nº total de alunos	641.308	675.369	707.486	746.234	763.817

As quatrocentas e doze mil vagas oferecidas pela rede estadual, em 1999, cresceram para seiscentas mil em 2003, um aumento de mais de 45%, o que configura grande migração de alunos de outras redes para a rede gerida pelo governo do Estado.

Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, pode-se dizer que, em relação a anos anteriores, houve crescimento tanto no número de estabelecimentos escolares, quanto no de matrículas oferecidas. Com referência ao ano de 2003²⁴, verifica-se que:

24 - Dados colhidos no site www.edudatabrasil.inep.gov.br.

ARRAIAL DO CABO

1) Com relação ao quantitativo de escolas:

- dos 2.070 estabelecimentos de creche, a rede pública é responsável por 32% deles. A pré-escola soma 6.141 estabelecimentos, sendo que a rede pública responde por cerca de 49%. Das 2.881 unidades de classe de alfabetização, apenas 3% pertencem à rede pública;

- o ensino fundamental é disponibilizado em 8.067 escolas, das quais, aproximadamente, 64% são públicas;

- o ensino médio é encontrado em 2.048 escolas, sendo que cerca de 57% pertencem à rede pública;

- a educação de jovens e adultos é oferecida em 1.362 estabelecimentos, sendo que 75% são públicos;

- na educação especial, o Estado dispõe de 666 escolas, sendo que 84% delas são públicas.

2) A quase totalidade das escolas encontra-se em área urbana. Com relação ao total de estabelecimentos, 5% das creches e 16% das pré-escolas estão na zona rural. Da mesma forma, 19% das unidades de ensino fundamental, 3% de ensino médio e 8% de ensino de jovens e adultos.

3) No que diz respeito ao número de matrículas iniciais:

- a educação infantil²⁵ disponibilizou 460 mil matrículas. Cursam a rede pública 43% do total de alunos de creche e 60% de pré-escola;

- As classes de alfabetização somaram 73 mil vagas, sendo 8% em escolas públicas;

- no ensino fundamental, o total de matrículas foi de 2,47 milhões, das quais 56% referem-se ao primeiro segmento (da 1ª à 4ª séries) e 44% ao segundo. Deste total de matrículas, 81% são de responsabilidade da rede pública;

- do total de um milhão e novecentas mil matrículas no ensino fundamental das escolas públicas, 107 mil são referentes ao turno noturno;

- no ensino médio, o total de matrículas foi de 764 mil, 82% feitas na rede pública;

- do total de 334 mil alunos do ensino médio que estudam à noite, 326 mil são da rede pública;

- na educação de jovens e adultos, o total de matrículas foi de 276 mil, 79% na rede pública;

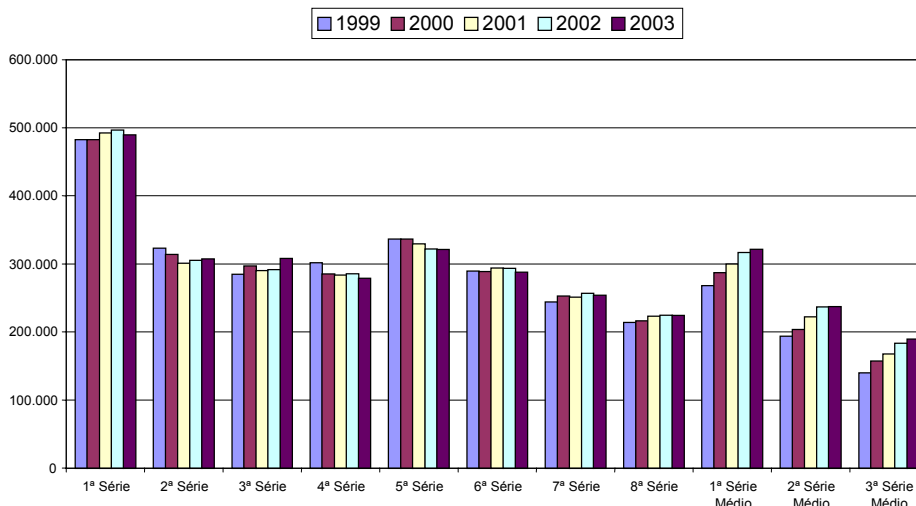
- a educação especial teve, aproximadamente, 24 mil matrículas, 58% na rede pública.

Para melhor visualizar a evolução do número de matrículas no ensino básico de todo o Estado, o gráfico a seguir é bastante ilustrativo sobre os três pontos críticos de

25 - Educação Infantil: Trata-se da primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil é oferecida em creches, ou entidades equivalentes, e pré-escolas. Classe de Alfabetização(CA): conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para aprendizagem da leitura e da escrita, durante um semestre ou um ano letivo. As classes de alfabetização formalmente não pertencem ao ensino infantil, tampouco ao ensino fundamental.

estrangulamento do sistema, que ocorrem nas 1ª e 5ª séries do ensino fundamental, e na 1ª do ensino médio:

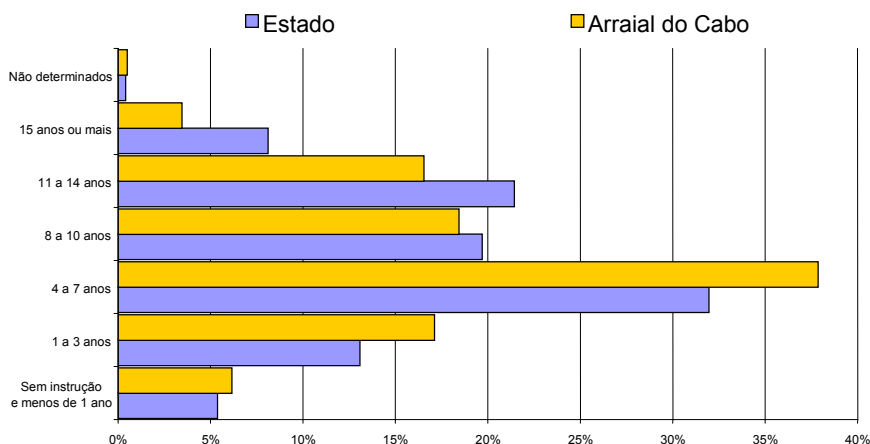
Total de matrículas nos ensinos fundamental e médio - RJ



4) Quanto à função docente, o Estado dispõe de 234 mil professores em todas as redes de ensino²⁶. Deste total, 30 mil lecionam na educação infantil, 5 mil em classes de alfabetização, 133 mil no ensino fundamental, 48 mil no ensino médio, 15 mil na educação de jovens e adultos, e 3,5 mil na educação especial.

Apresentamos, a seguir, os indicadores disponíveis do município em estudo²⁷. Arraial do Cabo apresenta o seguinte quadro relativo à escolaridade da população, em comparação com o Estado²⁸:

Anos de estudo por população acima de 10 anos de idade - IBGE - Censo 2000 -



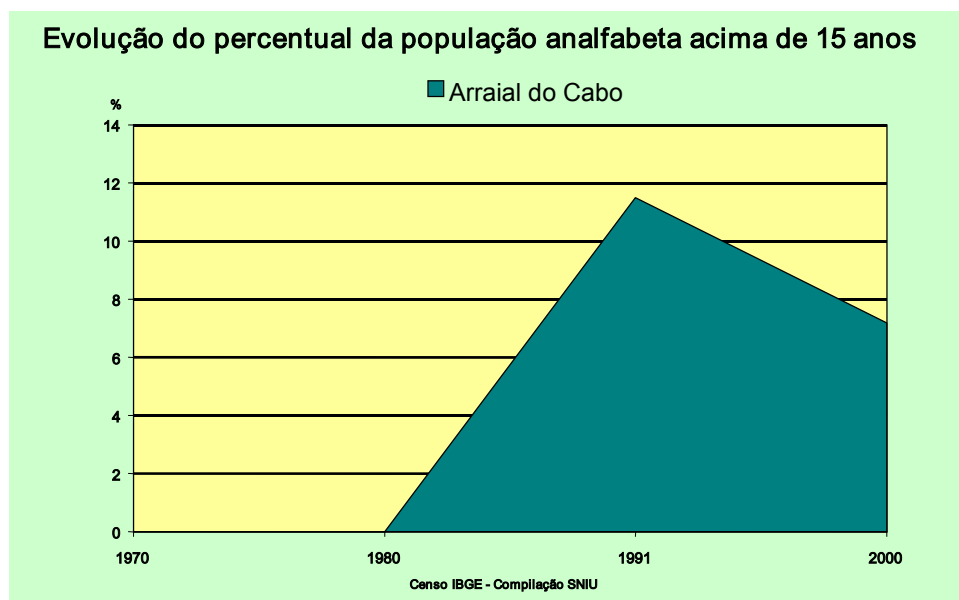
26 - O mesmo docente pode atuar em mais de um nível de ensino e em mais de um estabelecimento.

27 - Números de matrículas, professores e escolas de 1998 a 2001 – SEE/CIDE. Todos os demais dados foram tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

28 - Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU/Ministério das Cidades.

ARRAIAL DO CABO

Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. No Estado do Rio, a média cai para 7% e, em Arraial do Cabo, apresentou a seguinte evolução:



Um dos indicadores para avaliação da qualidade do ensino está no rateio de alunos por professor que, no período analisado de 1998 a 2003, sofreu inúmeras variações no estado. Quanto menor o número de alunos por professor, haverá melhor atenção a cada um dos estudantes. Ao ocorrer redução, portanto, tal rateio melhora. Em geral, houve aumento de alunos matriculados e de professores. Quando há aumento de matrículas e, também, maior número de docentes, o rateio de alunos por professor pode ser alterado. A proporcionalidade de crescimento das matrículas pode ter sido maior ou menor que o aumento do quadro do corpo docente. Na avaliação da evolução de cada componente: matrículas e professores, será identificado se o crescimento do número de docentes foi proporcionalmente maior, igual, ou menor que o aumento de matrículas. O mesmo será avaliado quando ocorrer a situação inversa, ou seja, redução de ambos: se a redução do número de professores foi proporcionalmente maior que a redução do número de matrículas, terá havido piora do indicador. Se os docentes foram reduzidos em menor número que o número de matrículas, haverá melhora no rateio. Em condições de aumento ou diminuição equivalente proporcional entre número de matrículas e professores, será denotado “igual” na evolução do quadro de docentes.

Outros indicadores avaliados dizem respeito à formação dos professores, ao número médio de alunos por sala de aula, à distorção série-idade, à taxa de aprovação e ao número de concluintes por rede, em cada um dos estágios da educação básica.

O número total de matrículas na classe da alfabetização e nos ensinos infantil, fundamental e médio de Arraial do Cabo, em 2002, foi de 7.132 alunos, tendo evoluído para 7.469 em 2003, apresentando aumento (4,7%) no número de estudantes.

Em um maior nível de detalhamento, apresentamos abaixo o quadro sobre todos os estabelecimentos de **ensino infantil**²⁹, que engloba creche e pré-escola:

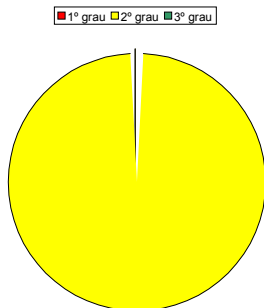
Ano	Nº de Unidades	Nº de professores ³⁰	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
98	13	62	1.131	18	16
99	8	47	860	18	15
00	13	73	1.124	15	15
01	10	63	1.078	17	15

No ano de 2002, existiam 6 creches e 11 pré-escolas. Quanto às matrículas iniciais, as mesmas alcançaram 1.238 estudantes, assistidos por 72 professores, o que propiciou um rateio de 17 alunos por professor.

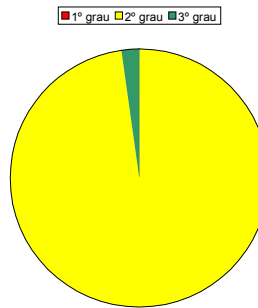
No ano de 2003, existiam 6 creches e 14 pré-escolas. Quanto às matrículas iniciais, as mesmas alcançaram 1.409 estudantes, assistidos por 86 professores, o que propiciou um rateio de 16 alunos por professor. Verificamos evolução de 25% no número de matrículas no período de 1998 a 2003, acompanhada por variação de 39% no quadro do corpo docente das escolas.

Com relação à qualificação do corpo docente do ensino infantil, os gráficos abaixo ilustram a qualificação dos professores da rede pública:

Formação dos professores da rede municipal de ensino infantil - Creche - 2003



Formação dos professores da rede municipal de ensino infantil - Pré-escola - 2003



Especificamente da rede municipal, responsável por 70% das matrículas do ensino infantil em 2003, o quadro que se apresenta é o seguinte:

29 - Ensino Infantil: Trata-se da primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Classe de Alfabetização (CA) é um conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para aprendizagem da leitura e da escrita, durante um semestre ou um ano letivo. As classes de alfabetização formalmente não pertencem nem à pré-escola, nem ao ensino fundamental. Das 72.568 crianças matriculadas em CA no Estado, 92% eram em escolas privadas e apenas 8% em escolas públicas, não tendo sido consideradas no texto.

30 - O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

ARRAIAL DO CABO

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede municipal no Estado
98	7	44	925	21	20
99	4	34	662	19	18
00	5	39	730	19	18
01	4	38	744	20	17
02	4	39	856	20	22
03	6	50	992	20	17

No período de 1998 a 2003 houve alteração no número de unidades escolares. O número de matrículas aumentou. Com relação ao corpo docente ocorreu crescimento proporcionalmente maior. Observa-se redução nos índices do rateio aluno/professor no município.

Arraial do Cabo apresenta o panorama abaixo para o ensino **fundamental**:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores ³¹	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
98	14	244	3.747	15	23
99	13	250	4.175	17	20
00	17	277	4.362	16	19
01	16	274	4.482	16	19
02	17	293	4.635	16	19
03	19	312	4.658	15	19

Houve aumento no número de alunos do ensino fundamental, tendo havido igual incremento no quadro de docentes, com equivalência do rateio de alunos por professor.

Especificamente em relação à rede estadual, que teve 21% dos alunos matriculados de 2003, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede estadual no Estado
98	3	66	864	13	22
99	3	54	916	17	22
00	3	62	1.101	18	20
01	3	70	1.135	16	19
02	3	74	1.098	15	18
03	3	70	986	14	19

31 - O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar da 1ª à 4ª série e da 5ª à 8ª série.

ARRAIAL DO CABO

Ocorreu aumento no número de alunos na rede estadual do ensino fundamental, acompanhado por menor incremento no quadro de docentes, com piora do rateio de alunos por professor. A rede estadual tem, em média, 28,1 alunos por sala de aula no primeiro segmento do ensino fundamental (1ª à 4ª série) e 26,9 no segundo segmento (5ª à 8ª série).

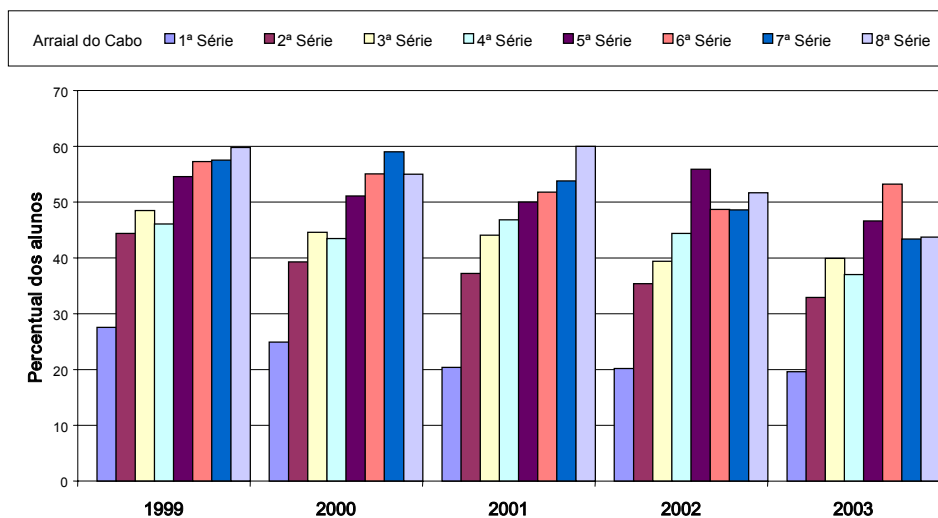
Já na rede municipal, com 63% do volume de matrículas em 2003, os dados seguem na tabela:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede municipal no Estado
98	6	131	2.486	19	23
99	6	154	2.892	19	23
00	6	145	2.723	19	22
01	6	141	2.768	20	22
02	6	144	2.922	20	22
03	6	153	2.941	19	21

Observa-se, no período, aumento no número de alunos na rede municipal do ensino fundamental, acompanhado por igual incremento no quadro de docentes, com equivalência do rateio de alunos por professor. A rede municipal tem, em média, 26,1 alunos por sala de aula no primeiro segmento do ensino fundamental (1ª à 4ª série) e 27,6 no segundo segmento (5ª à 8ª série).

O indicador de distorção de série por idade foi implementado desde 1999 e permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para a série em estudo. Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 1999 e 2003 por rede escolar do município em comparação com a média do Estado no ano de 2003:

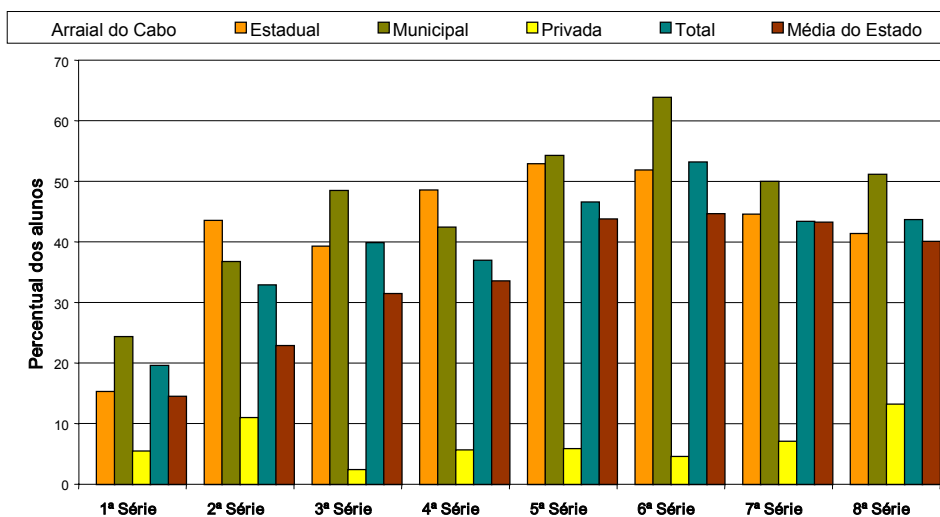
Evolução da taxa de distorção série-idade total - Ensino fundamental



ARRAIAL DO CABO

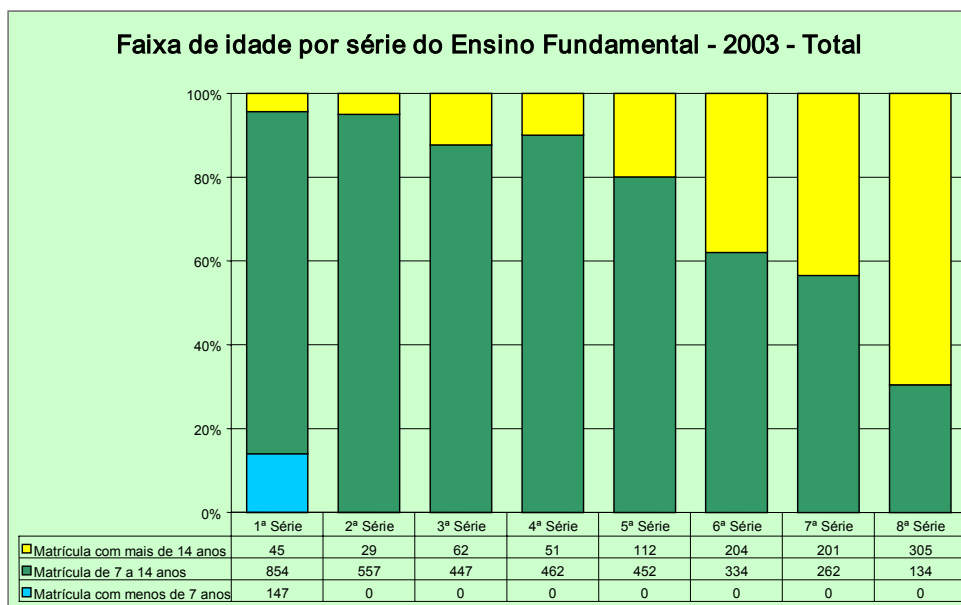
As taxas referentes à 5ª série pouco oscilaram no período, apresentando índices muito altos. É importante ressaltar que, em 2003, as séries finais apresentaram significativa redução, inclusive a da 5ª série.

Taxa de distorção série-idade por rede de ensino fundamental - 2003



Pode-se observar que a rede privada tem taxas inferiores às redes públicas, sendo a municipal aquela que apresenta maiores taxas no seqüencial das séries, com exceção das 2ª e 4ª séries.

A decorrência principal da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 14 anos, como ilustra o gráfico a seguir:

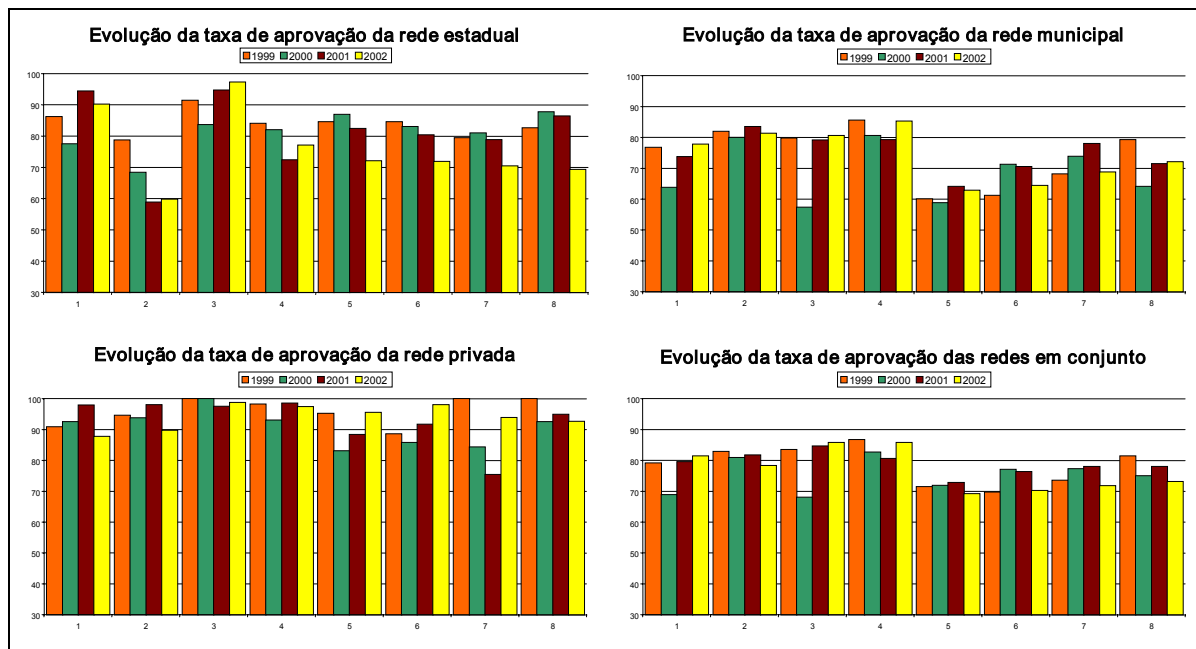


ARRAIAL DO CABO

No Brasil, em 1991, a porcentagem de crianças, entre 10 e 14 anos, com mais de um ano de atraso escolar era de 58%. Em 2000 esta porcentagem diminuiu para 36%, o que ainda é um índice muito alto. No Estado do Rio de Janeiro seguiu-se, praticamente, a mesma proporção: em 1991 era de 51% e, em 2000, representava 32%. Além de prejudicar o aluno que, desmotivado com o insucesso, pode perder o interesse pela escola, a repetência tem um custo muito alto para o poder público. Para abrigar tantas crianças e adolescentes estudando fora das séries indicadas para a idade, o sistema educacional tem que se expandir mais do que deveria.

É importante ressaltar que, ainda que haja um índice elevado de crianças na escola, não é possível deixar de apontar que o atraso escolar, a entrada tardia na escola e, principalmente, a repetência ainda são problemas muito graves a serem enfrentados. As taxas de repetência funcionam como forte instrumento de exclusão de crianças e de adolescentes que são, em geral, oriundos de famílias de classes mais desfavorecidas. Segundo levantamento feito pelo INEP, em 2002, o índice de repetência na 1ª série, 32% é o maior de todo o ensino fundamental, seguido pelo índice referente à 5ª série, em torno de 24%.

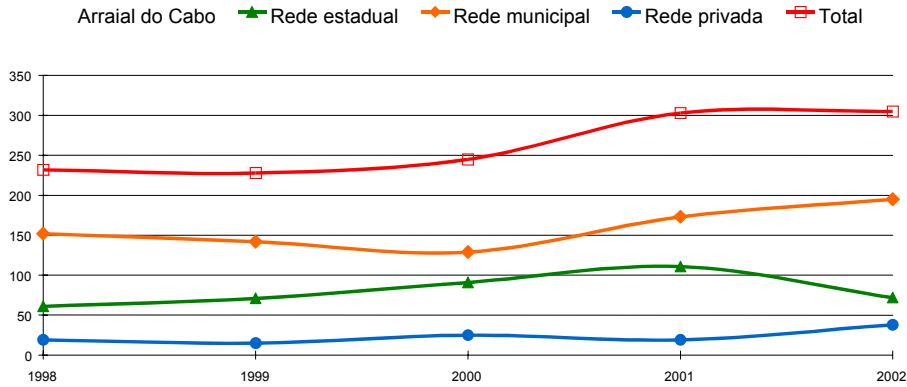
O comparativo dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 1999 e 2003 são apresentados nos gráficos a seguir, sendo bastante ilustrativos, onde pode-se observar a hegemonia de aprovação na rede particular e o baixo rendimento da rede pública.



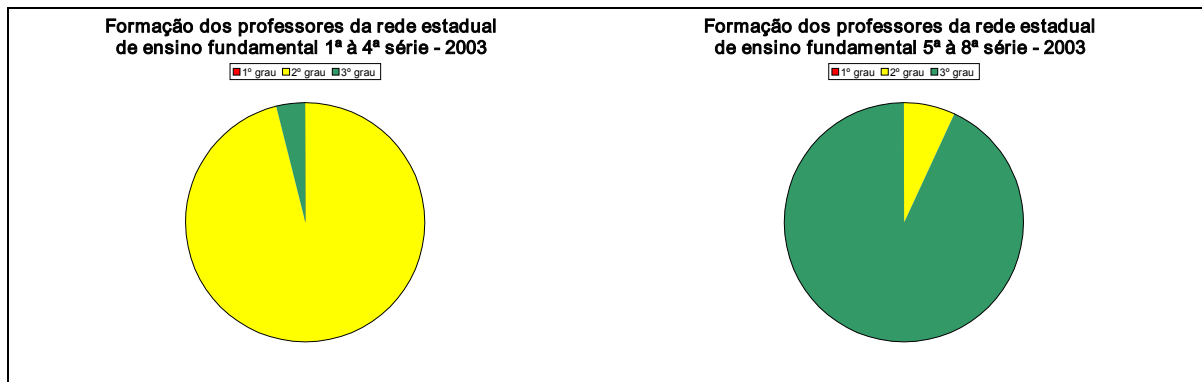
O gráfico a seguir apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental, no período de 1998 a 2002:

ARRAIAL DO CABO

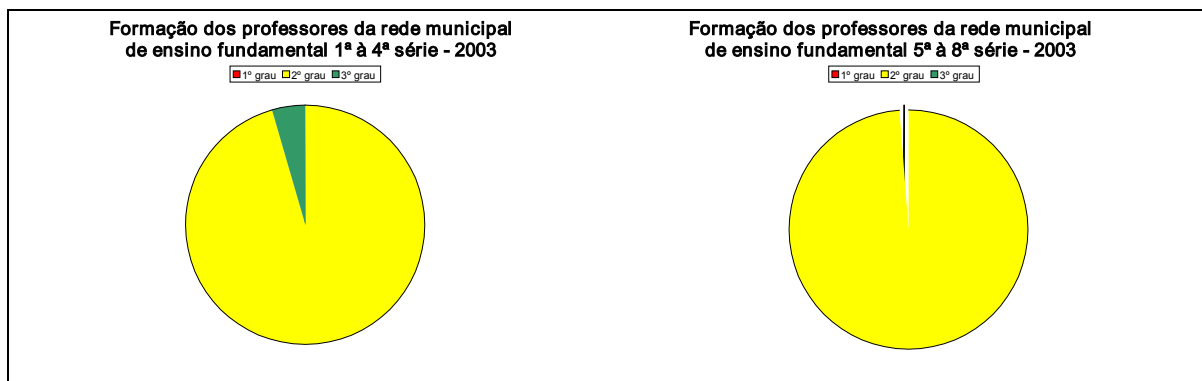
Concluintes no ensino fundamental



Os gráficos a seguir mostram a formação dos professores das redes públicas no ano de 2003:



No caso dos professores estaduais no ensino fundamental, observa-se predominância de professores com formação no segundo grau para o primeiro segmento e a quase totalidade do número de docentes com graduação no segundo segmento do ensino fundamental, o mesmo ocorrendo no quadro de professores municipais, para o primeiro segmento. Verifica-se, para o segundo segmento, a totalidade de professores com graduação.



ARRAIAL DO CABO

O acesso à educação de jovens entre 15 a 17 anos no ensino médio cresceu de forma significativa. No Estado do Rio de Janeiro, verifica-se que 36% dos jovens desta faixa etária encontram-se freqüentando o ensino médio. Ainda é um percentual muito baixo, mas superior ao índice Brasil (33%), e vem evoluindo desde o final dos anos 90.

Com relação ao **ensino médio**, Arraial do Cabo apresenta o panorama abaixo:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
98	3	47	680	14	16
99	3	53	862	16	16
00	3	66	1.023	16	15
01	3	79	1.125	14	15
02	4	83	1.259	15	15
03	6	101	1.402	14	16

O aumento no número de matrículas foi acompanhado por igual incremento no quadro de docentes, propiciando equivalência do rateio de alunos por professor.

É importante salientar que, no ano de 2003, 47% dos estudantes do ensino médio freqüentaram o turno da noite. Há uma escola municipal oferecendo o ensino médio no município.

Especificamente da rede estadual, com 43% do total de matrículas de 2003, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede estadual no Estado
98	2	21	207	10	20
99	2	23	338	15	21
00	2	34	482	14	19
01	2	55	530	10	18
02	2	51	576	11	18
03	3	43	599	14	20

Nota-se aumento no número de alunos do ensino médio em escolas do Estado, acompanhado por menor incremento no quadro de docentes, com piora do rateio de alunos por professor, inferior ao observado no Estado. O turno da noite é freqüentado por 243 estudantes, 41% dos matriculados na rede estadual que atendeu o município em 2003. A rede estadual tem, em média, 33,3 alunos por sala de aula no ensino médio.

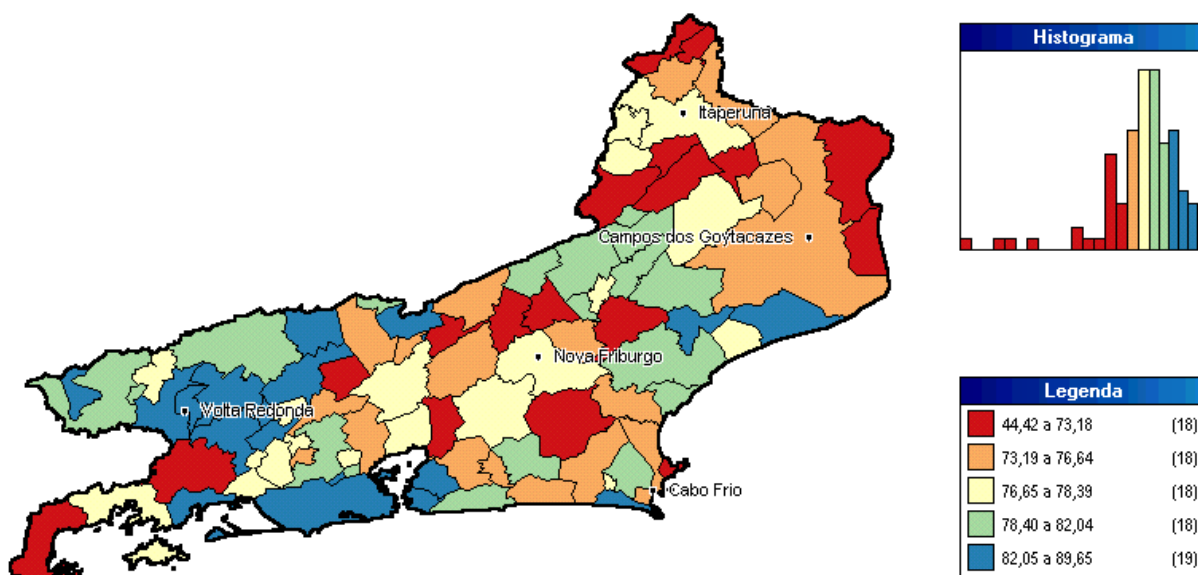
Por causa do atraso escolar, muitos jovens nessa faixa etária, que deveriam estar cursando o ensino médio, ainda estão no ensino fundamental, criando situações de inchaço no sistema escolar e exigindo maiores investimentos das organizações governamentais.

ARRAIAL DO CABO

Também é importante ressaltar que, assim como há muitos jovens dessa faixa etária que ainda estão no ensino fundamental, muitos dos que estão no ensino médio já deveriam ter concluído este nível de ensino e estar cursando o ensino superior, inseridos no mercado de trabalho, ou fazendo as duas coisas. Pode-se comprovar essa afirmação pela taxa bruta de matrícula no ensino médio que, no Estado do Rio de Janeiro, no período entre 1991 e 2000, subiu de 51% para 89%. Isso quer dizer que o sistema de ensino médio no Estado tem tamanho suficiente para atender a quase 90% da população de jovens entre 15 e 17 anos.

O gráfico a seguir revela que o percentual de freqüência dos jovens nesta faixa etária, nos diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, é bastante diversa.

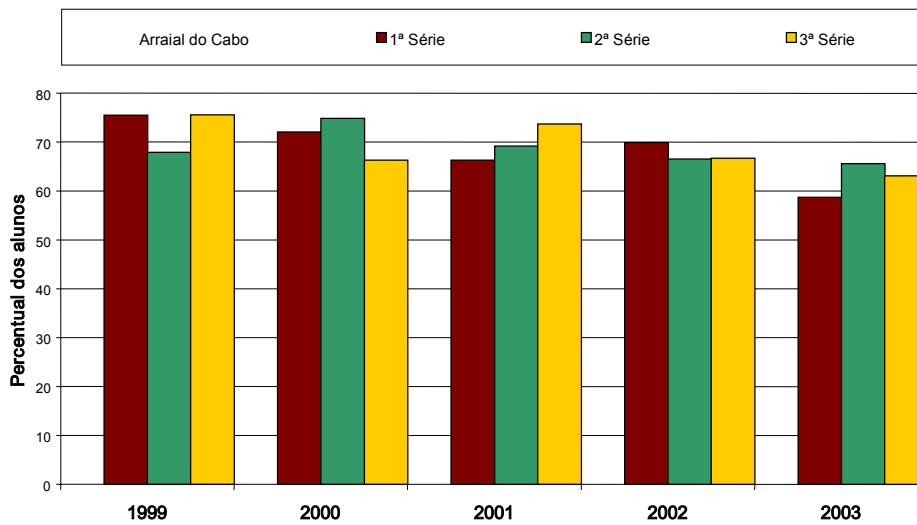
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola, 2000
Municípios do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD/IPEA/FJP

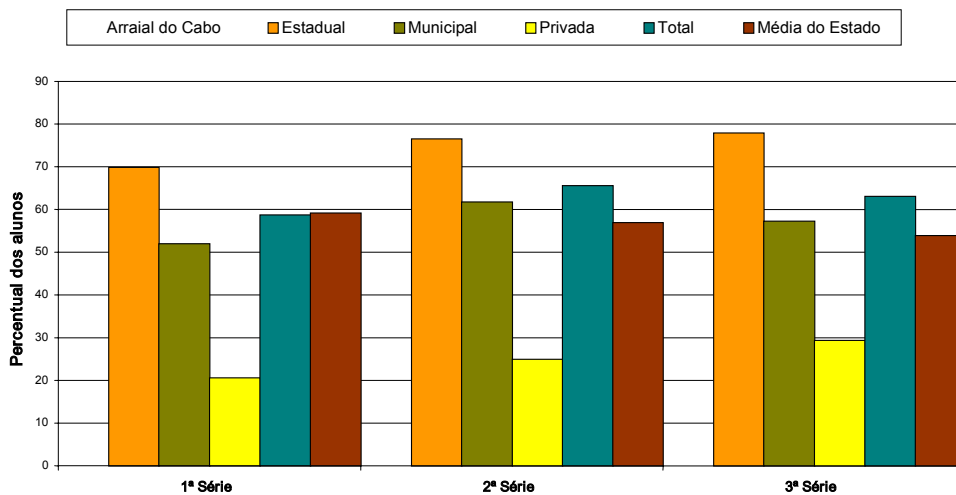
Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 1999 e 2003 e a comparação de cada rede escolar do município com a média do Estado no ano de 2003:

Evolução da taxa de distorção série-idade total - Ensino médio



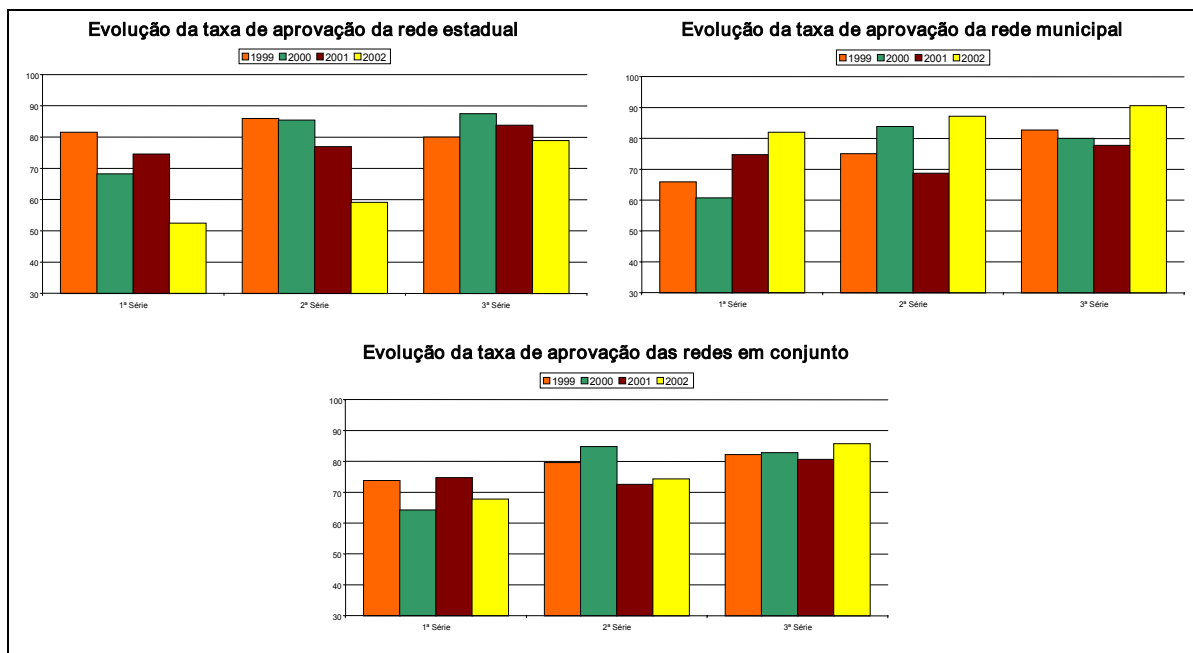
Houve redução das taxas, atingindo os seus menores índices em 2003, principalmente na 1ª série.

Taxa de distorção série-idade por rede de ensino médio - 2003



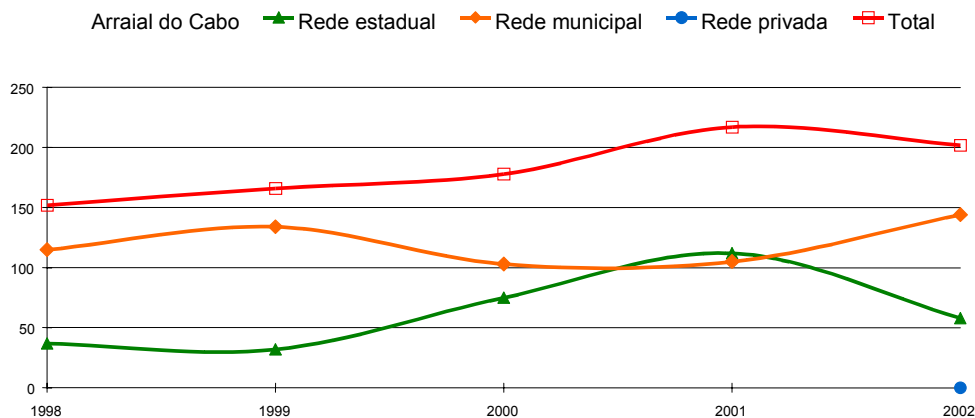
Pode-se observar que a rede privada tem taxas inferiores na distorção série-idade. O comparativo dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 1999 e 2002 é apresentado nos gráficos a seguir, sendo bastante ilustrativos:

ARRAIAL DO CABO



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso, no período de 1998 a 2002:

Concluintes no ensino médio



A formação específica do corpo docente da rede pública, tanto municipal como estadual, tem a totalidade dos professores com formação superior.

Quanto ao ensino especial, o município dispõe de 1 estabelecimento, com 35 alunos matriculados em 2002 (não há dados disponíveis de 2003).

No ensino de jovens e adultos, em 2003, Arraial do Cabo tem um total de 279 matrículas, sendo 7% em aulas de alfabetização, 28% para o primeiro segmento do ensino fundamental e 65% para o segundo segmento.

O município de Arraial do Cabo não tem instituições de ensino superior.

- **Exclusão Digital**

As novas tecnologias da informação (TI) e das telecomunicações possibilitaram a criação de um novo espaço social para as relações humanas oportunizando novas formas de comunicação que possam levar a uma sociedade mais igualitária. Os grandes avanços da TI alteraram a natureza do trabalho e o exercício da cidadania, pressionando a educação a dar melhores e maiores condições de aprendizado para as crianças e adolescentes, transformando o objeto e a forma do aprender, pelas possibilidades de expressão criativa, de realização de projetos e de reflexão crítica.

Essas tecnologias são fundamentais porque criam novos processos de aprendizagem e de transmissão do conhecimento através de redes, como também exigem novas habilidades de aquisição de outras informações. Não há dúvida que a Inclusão Digital (ID) é um forte indicador para que possamos vencer as condições tão desiguais impostas pelo mundo moderno.

A democratização do acesso à informação permite a todos os diversos segmentos da sociedade, poder olhar o seu país, a sua cidade e mesmo o seu bairro, desde uma perspectiva individual, desenvolvendo, através de uma leitura macro até chegar a suas necessidades mais específicas, uma maior participação social.

É cada vez maior a procura de dados e informações que possam subsidiar estudos e pesquisas na produção de indicadores sociais, mais especificamente, das condições de pobreza e de acesso à informação, ou seja, incluídos ou excluídos digitais. É importante ressaltar o estudo **Mapa da Exclusão Digital** resultante de uma parceria entre o Comitê para Democratização da Informática (CDI), a Sun Microsystems, a USAID ³² e o Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV), que juntas formam o Grupo de Ação para a Inclusão Digital (GAID). O trabalho reúne um acervo disperso de informações sobre a inclusão digital e propõe o estabelecimento de uma plataforma para análise de ações e proporcionar perspectivas de atuação integrada entre os diversos níveis de Governo e a sociedade civil.

O Mapa da Exclusão Digital permite aos gestores de políticas públicas traçar o público alvo das ações de inclusão digital; e ao cidadão comum, interessado no tema, enxergar o seu meio social com uma visão própria.

Em 2000, a população brasileira com acesso doméstico ao computador, chamados de incluídos digitais domésticos, era de 16.209.223, o que representa 9,5% do total da população brasileira de 169.872.850. O total de excluídos digitais, por sua vez era de 153.663.627, ou seja, 90,5%.

Segundo o Mapa a escolaridade média das pessoas incluídas digitalmente é de 8,72 anos completos de estudo, contra a média de 4,4 anos de estudo dos excluídos digitais. A média da população brasileira é de 4,8 anos de estudo. Além da grande diferença de escolaridade média entre os incluídos e os excluídos digitais, é importante destacar a grande discrepância entre a renda média, favorável aos primeiros, em torno de 1677 reais mensais, contra cerca de 452 reais. A renda média dos brasileiros é de 569 reais mensais.

32 - The United States Agency for International Development.

ARRAIAL DO CABO

O Mapa analisando os dados do Censo 2000 referentes às características sociais observa que o Estado do Rio de Janeiro aparece entre as 5 unidades da Federação que apresentam os maiores índices de inclusão digital, segundo os critérios de acesso ao microcomputador. A proporção entre os que o utilizam, e o total de moradores é em torno de 15,5%. Também o Mapa destaca que a renda média da população do Estado figura entre as 5 maiores, estabelecendo uma relação direta entre o nível de escolaridade e a geração de renda, e a importância de ambas as variáveis na inclusão digital.

Vemos na tabela a seguir os municípios mais e menos incluídos:

Município	Proporção da população com acesso a computador (%)
Os 5 mais	
Niterói	34
Rio de Janeiro	24
Volta Redonda	28
Resende	16
Petrópolis	15

Os 5 menos	
São Sebastião do Alto	3
Sumidouro	2
São José de Ubá	2
Varre-Sai	2
São Francisco de Itabapoana	1

Fonte: SEE/CIDE 2001

O município fluminense com maior proporção de indivíduos com acesso ao computador, Niterói, tem escolaridade média de 10,5 anos de estudo e renda média em torno de 2.021 reais.

Através do **Mapa da Exclusão Digital** como de outras pesquisas e estudos pode-se concluir que uma das melhores maneiras de combater a exclusão digital é o forte investimento nas escolas, de modo que os alunos possam ter acesso desde cedo às novas tecnologias. Não há dúvida que a inclusão digital pode provocar melhorias substanciais, tanto no desempenho escolar, como uma possível inserção futura no mundo do trabalho.

A escola constitui um canal fundamental de inclusão digital para crianças e adolescentes. Os dados do Censo Escolar 2001 mostram que do total de alunos no país, matriculados no ensino fundamental, em 1997, apenas 10,8% estavam em escolas com laboratórios de informática e, em 2001, esse número aumentou para 24%. No ensino médio, em 1997, 29% dos alunos estavam em escolas com laboratórios de informática e em 2001 este número subiu para 56%, ou seja, mais da metade dos alunos do ensino médio têm acesso a laboratórios de informática desde 2001. É importante destacar que o fato da escola ter laboratório de informática não significa que tenha acesso a Internet.

ARRAIAL DO CABO

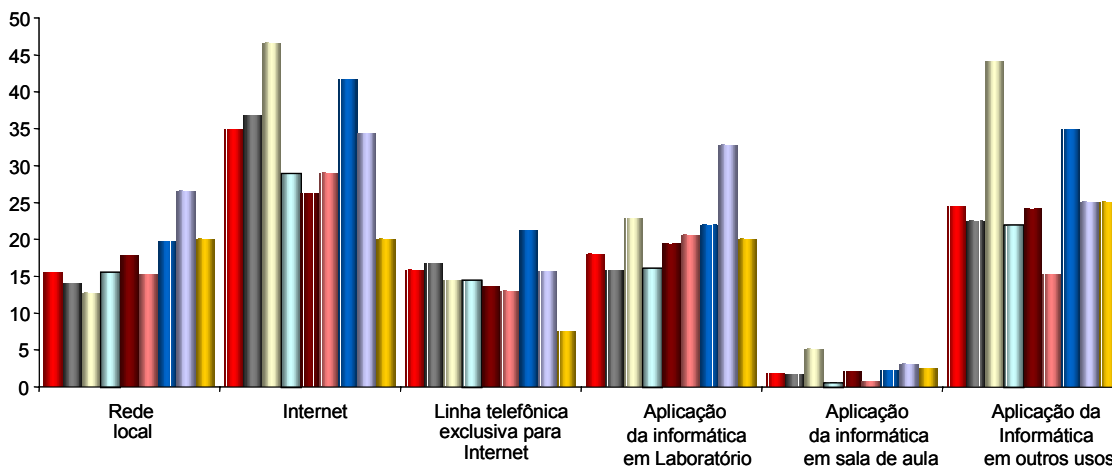
O Estado do Rio de Janeiro está entre os cinco estados do Brasil que apresentam escolas com maior grau de inclusão digital. No ensino fundamental, em 2001, 34% dos alunos matriculados estavam em escolas com laboratórios de informática.

Município	Número de escolas com aplicação da informática em laboratório (%)
Os 5 mais	
Volta Redonda	59
Niterói	42
São Gonçalo	39
Armação dos Búzios	35
Nilópolis	31
Os 5 menos	
Piraí	3
Cambuci	2
Silva Jardim	2
Bom Jardim	2
São Francisco de Itabapoana	2

Fonte: SEE/CIDE 2001

Sem dúvida as tecnologias de informação e de comunicação representam uma força determinante de mudança no processo social, surgindo como ferramenta imprescindível para uma sociedade mais democrática e igualitária.

O gráfico a seguir apresenta a infra-estrutura de informática na rede estadual no ano de 2002.



Fonte: SEE/CIDE

ARRAIAL DO CABO

- **Saúde**

A Constituição de 1988 assegurou o acesso universal e equânime a serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Destacam-se na viabilização plena desse direito as chamadas Leis Orgânicas da Saúde, nº 8.080/90 e nº 8.142/90, e as Normas Operacionais Básicas – NOB. O Sistema Único de Saúde – SUS opera tanto em nível federal, quanto nas esferas estadual e municipal.

A partir de 1999, houve, em nosso Estado, um declínio significativo de hospitais próprios do INAMPS e federais, reduzidos a apenas seis em 2003. O mesmo ocorreu com hospitais contratados, que passaram de 172, em 1997, para 109 em 2003. O número total de hospitais caiu de 401, em 1997, para 317 em 2003. Por conta disso, o número de leitos contratados caiu de 60 mil para 43,7 mil nos últimos sete anos. As redes estadual e filantrópica também apresentaram redução no número de leitos ofertados. A rede universitária manteve-se praticamente constante e os hospitais municipais foram os únicos que aumentaram sua oferta.

Em anos recentes, o Ministério e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde desencadearam diversas atividades de planejamento e de adequação de seus modelos assistenciais e de gestão, ponderando criticamente os avanços e os desafios que novas diretrizes organizativas trariam para sua realidade. Em fevereiro de 2002, foi publicada a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002, que amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.

A gestão da saúde é extremamente complexa, como se pode verificar pela síntese dos principais problemas identificados pela Secretaria de Estado de Saúde – SES, em 2000, e considerados como desafios a superar.

Os problemas foram classificados em sete áreas de intervenção:

1. Política Institucional

Falta de entrosamento entre os diversos setores; mecanismos de interação entre a equipe de dirigentes ineficientes; imprecisão na determinação de funções executivas; insuficiência geral de recursos financeiros; imagem institucional frágil junto aos funcionários; e falta de articulação e reconhecimento do papel do controle social.

2. Estrutura Gerencial

Baixa qualificação do apoio administrativo; morosidade nos processos internos; ausência de indicadores gerenciais; dificuldade de acesso à informação; controle, avaliação e auditoria funcionando precariamente.

3. Gestão de Recursos Humanos

Baixos salários; pouca qualificação do quadro técnico; desmotivação dos funcionários; ausência de fonte de recursos específicos para desenvolvimento de recursos humanos; disparidades salariais entre servidores públicos e pessoal terceirizado;

e insuficiência de ações direcionadas para o desenvolvimento de recursos humanos voltado para o SUS.

4. Gestão da Rede de Serviços

Baixa resolutividade da rede hospitalar; insuficiência de recursos financeiros para os hospitais; falta de articulação com os hospitais municipais; sistemas de controle e avaliação dos serviços ineficientes; e inexistência de descentralização financeira pela SES para a rede de serviços.

5. Compra de Produtos e Serviços

Não-abastecimento da rede; débitos com fornecedores; e inexistência de um sistema de análise de custos.

6. Gestão da Atenção à Saúde no Estado

Dificuldades para garantir acesso da população aos serviços de média e alta complexidade; dificuldades para garantir acesso da população a medicamentos; baixa integração da rede de serviços; ineficiência nas ações de acompanhamento, controle e avaliação; dificuldades na implementação de ações mais abrangentes de vigilância epidemiológica e sanitária; e elevado atendimento na emergência de demanda ambulatorial.

7. Assistência Farmacêutica

Falta de uma política de assistência farmacêutica; fragmentação do medicamento no âmbito da SES; visão departamental hospitalocêntrica; ausência de análise, avaliação e controle dos medicamentos; e desconhecimento, internamente à SES, da importância da assistência farmacêutica.

Na ocasião, foi elaborado extenso plano de ação, contemplando, também, a integração com os municípios na área de saúde em um programa de descentralização de unidades com perfil municipal. O objetivo geral foi o de garantir equidade no acesso à atenção em saúde, de forma a satisfazer as necessidades de todos os cidadãos do Estado, avançando na superação das desigualdades regionais e sociais.

Os objetivos específicos abrangem a parceria entre os gestores públicos para realizar atividades conjuntas referentes à promoção, proteção e recuperação da saúde, viabilizando a implantação e operacionalização de serviços de saúde de média e alta complexidade; ampliar a oferta de serviço de alta complexidade, através da maximização dos recursos para o melhoramento do acesso aos usuários; definir estratégias de competência do Estado para reduzir/eliminar contratos precários nos municípios, adotando critérios de repasse de recursos que tenham como requisito a admissão de profissionais através de concurso público; assegurar a formação de fóruns regionais de integração dos conselhos municipais de saúde; descentralizar e regionalizar, com ênfase no processo de integração das redes de serviços municipais, ampliando a oferta de serviços com descentralização de recursos e investimento na rede própria do Estado e dos municípios, de forma a fortalecer a gestão local com prioridade para a atenção básica.

Visando reverter o panorama geral de desigualdades regionais existente no Estado e facilitar o acesso de todo cidadão fluminense a todos os serviços do SUS, inclusive os

ARRAIAL DO CABO

de maior complexidade, algumas estratégias e instrumentos foram pensados e executados: plena adoção da Programação Pactuada e Integrada – PPI da assistência ambulatorial e hospitalar, via implantação de centrais de regulação para ordenar a oferta de serviços e agilizar o atendimento aos pacientes; assessoria às pactuações intermunicipais de serviços referenciados, por intermédio de apoio direto aos gestores municipais; e apoio à consolidação de fóruns regionais permanentes de negociação.

Este processo possibilitou maior transparência na alocação de recursos em cada município responsável pela assistência aos seus munícipes e aos vizinhos, garantindo o acesso aos pacientes residentes em cidades que não possuem serviços mais complexos (oncologia, hemoterapia, tomografias, diálise etc), de forma que os mesmos estejam acessíveis em cada região do estado.

Para contemplar a perspectiva de redistribuição geográfica de recursos tecnológicos e humanos, foi elaborado o Plano Diretor de Regionalização do Estado³³, representado pelo seguinte mapa:



A Região da Baixada é composta por nove municípios. Este conjunto de municípios possui 3% do total da população estadual. Esta região está dividida em duas microrregiões. As referências especializadas devem localizar-se em Cabo Frio. O mecanismo de regulação dos fluxos de referência e contra-referência da região deve dar-se através da implantação de uma Central de Regulação localizada em São Pedro da Aldeia.

33 - Para maiores informações, consulte o [site www.saude.rj.gov.br/gestor/Plano_diretor.shtml](http://www.saude.rj.gov.br/gestor/Plano_diretor.shtml).

ARRAIAL DO CABO

As prioridades de intervenção na região, segundo os participantes das Oficinas de Planejamento Estratégico de Regionalização da Assistência à Saúde, realizado em julho de 2001, são: atenção materno-infantil, integração com os municípios na área de saúde, saúde da família e promoção e vigilância em saúde.



Saúde é direito de todo cidadão e cabe ao Poder Público a garantia de um atendimento de qualidade. Um grande número de doenças que acometem os indivíduos é evitável por ações preventivas já conhecidas e comprovadamente eficazes. É, portanto, fundamental que todos os cidadãos tenham acesso à prevenção destas doenças, por meio de ações básicas de saúde.

O trabalho desenvolvido pelo Programa Saúde da Família – PSF, e dos Agentes Comunitários de Saúde (cidadãos da própria comunidade que são treinados para realizar visitas domiciliares e orientar as famílias) - PACS, busca levar a cada domicílio o acesso ao tratamento e à prevenção das doenças. Essas equipes vão até a casa das pessoas, prestando atenção para reconhecer os principais problemas, evitando deslocamentos desnecessários às Unidades de Saúde e, juntos, procuram as melhores soluções para enfrentar os desafios locais que possam estar determinando os problemas de saúde, antes que eles se instalem de modo mais grave. Significa atuar nos momentos precoces iniciais da transmissão de doenças, assim como sobre os riscos sanitários, ambientais e individuais. Junto com a comunidade, cada equipe deve elaborar um plano para enfrentar os principais problemas detectados e trabalhar para desenvolver a educação de saúde preventiva, promovendo a qualidade de vida dos habitantes daquela área.

A equipe de Saúde da Família é multiprofissional, composta por, no mínimo, um médico de família e comunidade, um enfermeiro de saúde pública, um auxiliar de enfermagem e de 4 a 6 agentes comunitários de saúde. Cada equipe trabalha em áreas de abrangência definida, por meio do cadastramento e do acompanhamento de um número determinado de famílias de forma individualizada. Cada equipe de Saúde da Família acompanha de 600 a 1.000 famílias, com limite máximo de 4.500 pessoas por equipe. Cada agente comunitário de saúde acompanha até o máximo de 150 famílias ou 450 pessoas.

ARRAIAL DO CABO

A implantação do Programa Saúde da Família depende da decisão política da administração municipal, que deve submeter à proposta ao Conselho Municipal de Saúde e discutir amplamente com as comunidades a serem beneficiadas e toda sociedade organizada local. A Secretaria de Estado de Saúde, juntamente com o Ministério da Saúde, oferecem o apoio necessário à elaboração do projeto e à sua implantação.

SÉRIE HISTÓRICA DE IMPLANTAÇÃO DO PSF/PACS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano base	Municípios com Convênio	ESF	ACS	Estimativa de cobertura populacional (%)	População beneficiada
1998	80	89	1.669	2,38	300.005
1999	70	113	1.260	3,03	395.461
2000	87	401	3.338	10,74	1.384.031
2001	90	707	5.471	16,75	2.438.556
2002	90	788	5.902	18,67	2.717.938
2003	90	1.835	11.718	21,46	3.159.872

Legenda: ESF - Equipe de Saúde da Família; ACS - Agente Comunitário de Saúde

Fonte: SES. Obs: 2003, dados até outubro. População e famílias estimadas calculadas com base na estimativa de população para o ano de 2002 divulgada na Resolução nº 4, de 01/07/2002.

SITUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE ACORDO COM A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE – Dados de Outubro de 2003

Região	População estimada	ESF	ACS	ESB	População coberta pelo PSF (%)
METROPOLITANA I	9.327.377	129	1.562	7	4,77
METROPOLITANA II	1.758.766	336	1.965	8	65,91
NOROESTE	302.881	60	467	5	68,34
NORTE	717.132	64	603	23	30,79
SERRANA	856.053	90	659	15	36,27
BAIXADA LITORÂNEA	473.683	65	370	3	47,34
MÉDIO PARAÍBA	804.326	64	541	13	27,45
CENTRO-SUL	300.829	87	502	21	99,77
BAÍA DA ILHA GRANDE	183.428	21	164	0	39,50
Total Geral	14.727.475	916	6.833	95	21,46

Legenda: ESF - Equipe de Saúde da Família; ACS - Agente Comunitário de Saúde; ESB - Equipe de Saúde Bucal.

Fonte: SES. Obs: 2003, dados até outubro. População e famílias estimadas calculadas com base na estimativa de população para o ano de 2002 divulgada na Resolução nº 4, de 01/07/2002.

Um município pode estar habilitado à condição de Gestão Plena da Atenção Básica, ou de Gestão Plena do Sistema Municipal. Na primeira forma, resumidamente, o município é responsável por:

- Gestão e execução da assistência ambulatorial básica, das ações básicas de vigilância sanitária, de epidemiologia e controle de doenças; Gerência de todas as

ARRAIAL DO CABO

unidades ambulatoriais estatais (municipal/ estadual/ federal) ou privadas; Autorização de internações hospitalares e procedimentos ambulatoriais especializados; Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS; Controle e avaliação da assistência básica.

A atenção básica deve ser compreendida como o conjunto de ações prestadas às pessoas e à comunidade, com vistas à promoção da saúde e à prevenção de agravos, bem como seu tratamento e reabilitação no primeiro nível de atenção dos sistemas locais de saúde.

Para garantir o custeio das ações básicas em saúde foi implantado em janeiro de 1988, o Piso da Atenção Básica- PAB, que é composto de uma parte fixa destinada à assistência e de parte variável relativa aos incentivos para o desenvolvimento de ações complementares da atenção básica. Concomitantemente, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo um sistema de acompanhamento e uma avaliação da produção de serviços de atenção básica cujo objetivo é avaliar o impacto da implantação do PAB na melhoria desses serviços e a sua efetividade assim como, a utilização dos recursos repassados fundo a fundo para os municípios. Este sistema de acompanhamento consiste em um conjunto de metas que são pactuadas anualmente entre as três esferas de governo constituindo o Pacto da Atenção Básica.

A citada NOAS-SUS 01/2002 criou a Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada como uma das condições de gestão dos sistemas municipais de saúde. Agrega às atividades acima o controle da tuberculose, a eliminação da hanseníase, o controle da hipertensão arterial, o controle da *diabetes mellitus*, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde bucal.

Já na Gestão Plena do Sistema Municipal, objetivamente, o município é responsável por:

- Gestão e execução de todas as ações e serviços de saúde no município; Gerência de todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas; Administração da oferta de procedimentos de alto custo e complexidade; Execução das ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças; Controle, avaliação e auditoria dos serviços no município; Operação do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

No Estado do Rio de Janeiro³⁴, 76% dos municípios estão na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e o restante está capacitado para a Gestão Plena do Sistema Municipal. A Gestão Plena Estadual ocorre naqueles municípios que ainda não estão aptos para assumir a gestão de seu sistema hospitalar ou, como no caso de Duque de Caxias e Niterói, que têm Gestão Plena do Sistema Municipal e têm uma e quatro unidades, respectivamente, geridas pelo Estado.

Arraial do Cabo tem Gestão Plena do Sistema Municipal, dispondo de 1 hospital, do próprio município, conveniado ao SUS. Oferece um total de 82 leitos hospitalares, numa proporção de 3,3 leitos por mil munícipes, enquanto a média no Estado é de 2,9 leitos por cada mil habitantes.

34 - Fonte: Datasus 2004 - Todos os dados são referentes a 2003.

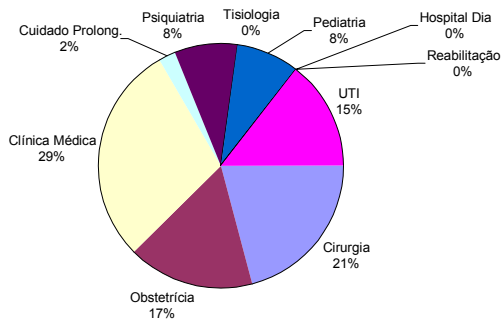
ARRAIAL DO CABO

Arraial do Cabo tem suas unidades ambulatoriais distribuídas da seguinte forma:

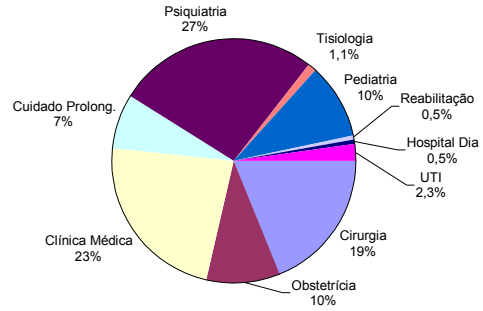
Posto de saúde	2
Ambulatório de unidade hospitalar geral	1
Clínica especializada	1
Unidade móvel para atendimento médico/odontológico	1
Unidade de saúde da família	5

Os gráficos a seguir apresentam um comparativo das especialidades dos leitos.

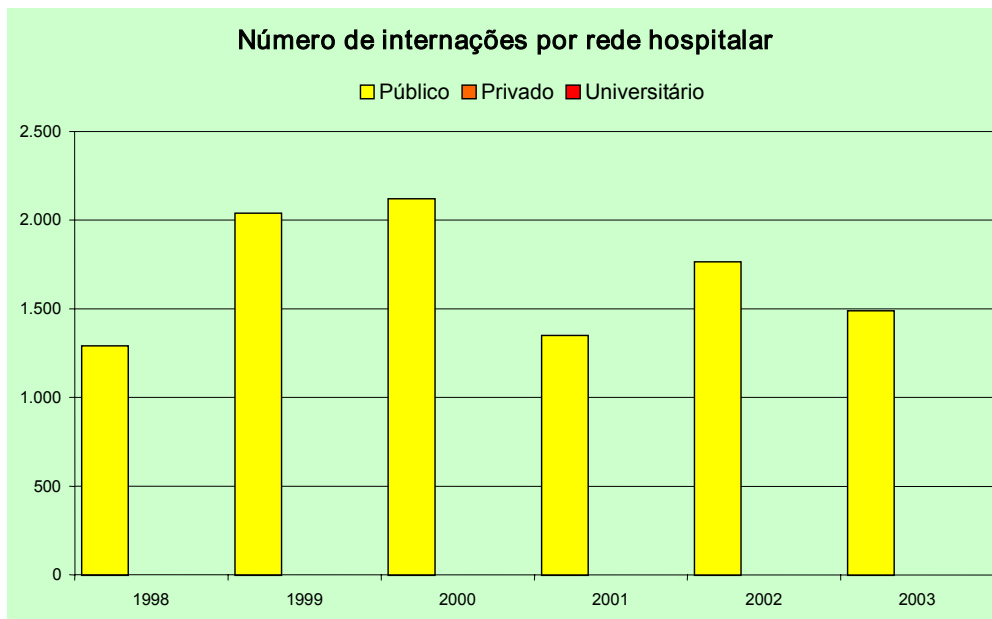
Distribuição de leitos nos hospitais do município



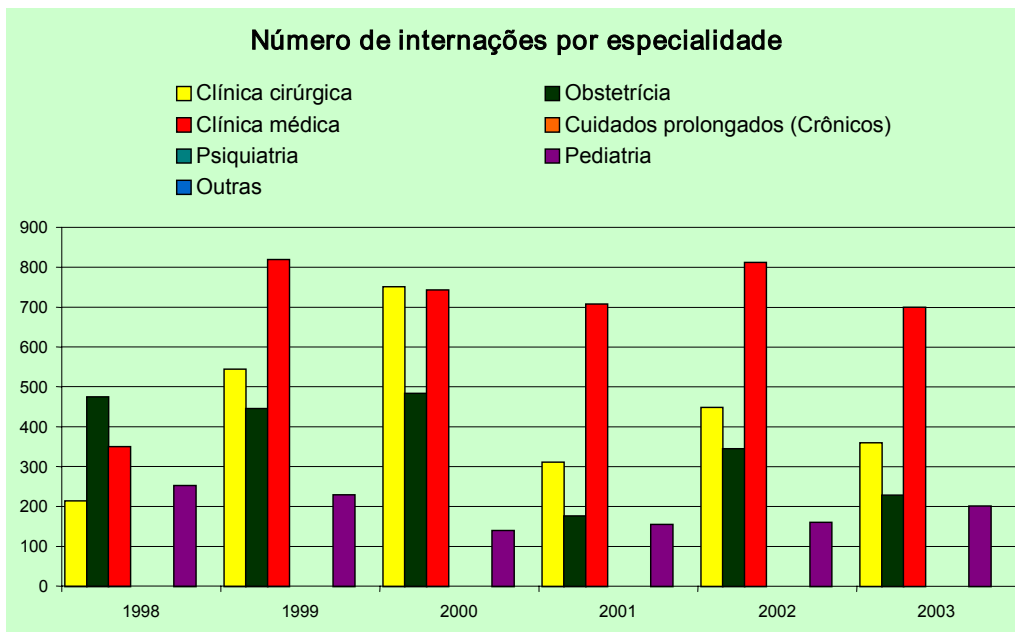
Distribuição de leitos nos hospitais do Estado



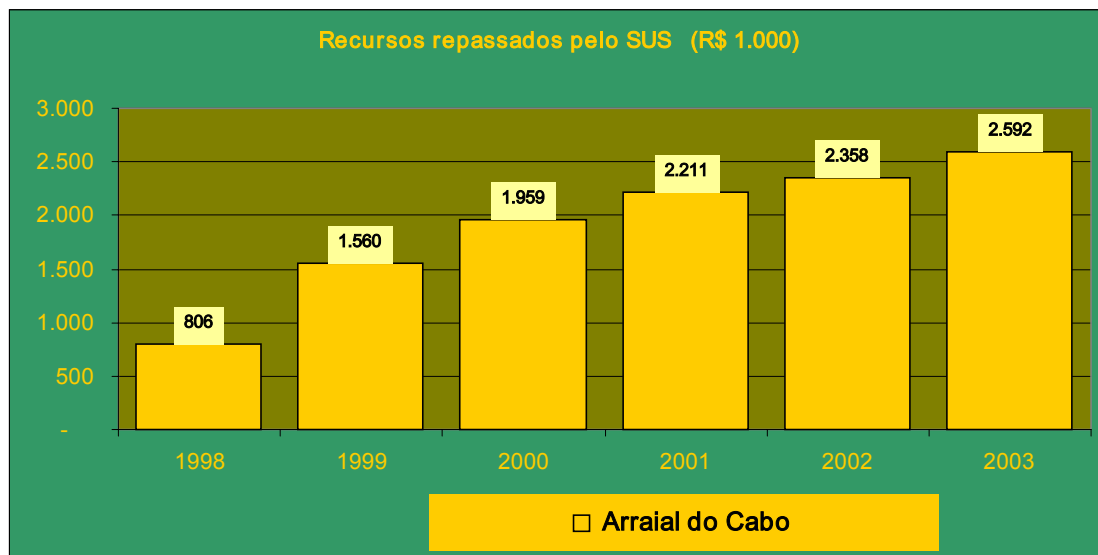
Os gráficos a seguir apresentam a utilização da rede hospitalar credenciada pelo SUS nos últimos seis anos.



ARRAIAL DO CABO



Apresentamos no gráfico a seguir a evolução dos recursos repassados pelo SUS. Os repasses do SUS para o município podem estar sendo contabilizados diretamente no fundo municipal específico, não aparecendo nas finanças municipais da administração direta, objeto do capítulo Indicadores Financeiros.

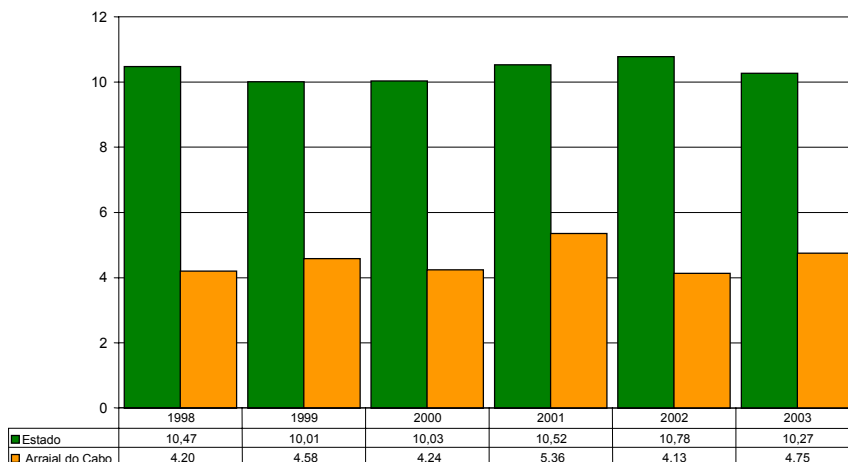


Alguns indicadores podem apontar o nível de eficácia do sistema de saúde local, como os apresentados adiante ³⁵, mas não refletem as demais ações de vigilância epidemiológica, sanitária, de controle de vetores e de educação em saúde.

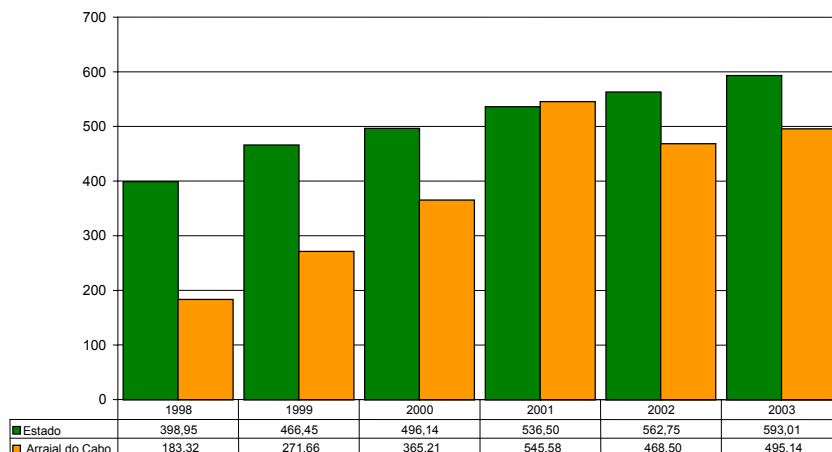
35 - Fonte: Fundação CIDE – 1998 a 2003.

ARRAIAL DO CABO

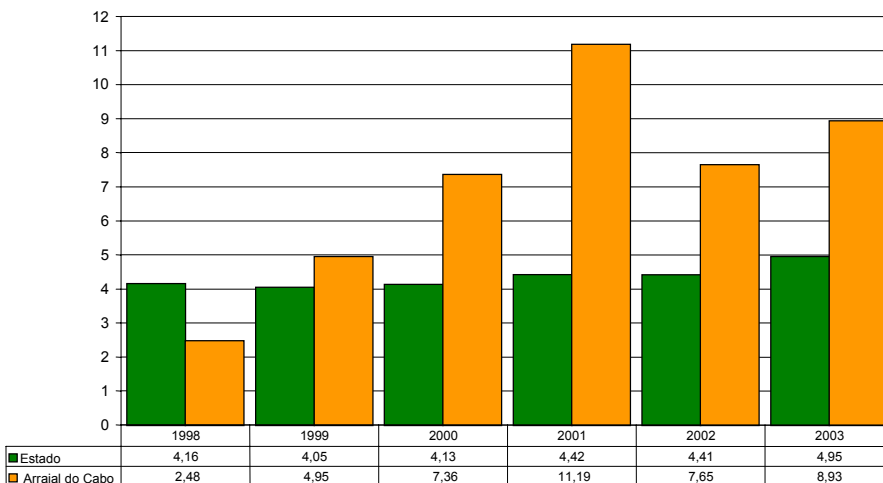
Tempo médio de internação (dias)



Valor médio de internação (R\$)



Taxa de mortalidade (por 100 internações)



ARRAIAL DO CABO

O Datasus disponibiliza informações coletadas pela Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (AMS), realizada pelo IBGE. Estão disponíveis as informações referentes às pesquisas de 1981 a 1990, 1992, 1999 e 2002. Para os anos intermediários faltantes, a AMS não foi realizada, tampouco para 2003. Como foram apresentados na edição anterior deste estudo os dados relativos a distribuição de serviços na rede, de grupos de equipamentos disponíveis e uma análise dos recursos humanos, seria repetitivo reapresentá-los, uma vez que estão disponíveis no sítio www.tce.rj.gov.br, ícone Estudos e Pesquisas.

- **Mercado de Trabalho no Estado**

Para se traçar um panorama do conjunto do Estado, os dados disponíveis são aqueles da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, divulgada anualmente pelo IBGE. Os últimos dados disponíveis permitem análises do período de 1998 a 2002, relativamente ao Estado do Rio de Janeiro. Em seqüência, serão analisados os dados disponibilizados pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME, também do IBGE, sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que tem 69% da população economicamente ativa do Estado, para compararmos a dinâmica do tema entre 2002 e 2003.

O mercado de trabalho no Estado cresceu 11,68% entre 1998 e 2002, enquanto o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o IBGE, cresceu 12,80%. Os indicadores que sintetizam estes movimentos estão representados na tabela abaixo. A taxa de atividade é a razão entre pessoas economicamente ativas (PEA), isto é, participantes da força de trabalho, e o total de pessoas em idade ativa (PIA), que nesta pesquisa correspondem às de 10 anos ou mais de idade. Já a taxa de desocupação, ou simplesmente, taxa de desemprego, é a proporção de pessoas desocupadas entre as economicamente ativas.

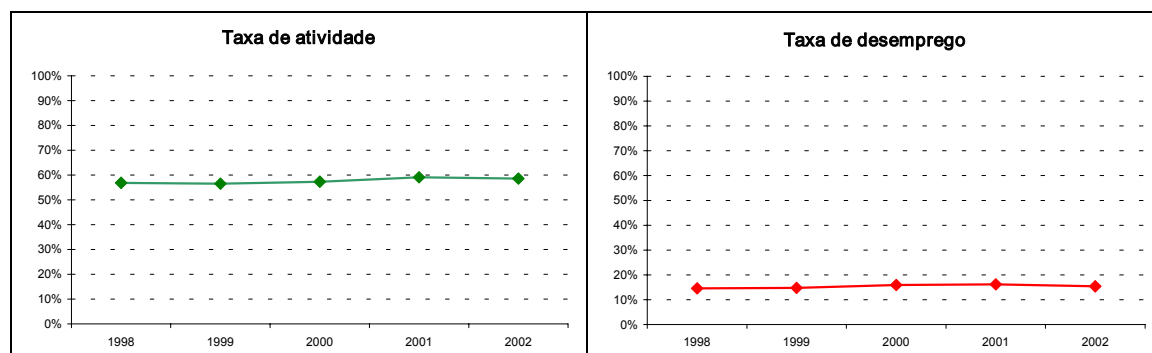
Indicadores gerais do mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro

Ano	PIA	PEA	PNEA	Tx. Atividade
1998	11.489.467	6.536.179	4.922.926	56,89%
1999	11.676.202	6.604.556	5.047.058	56,56%
2000	11.860.627	6.799.471	5.023.122	57,33%
2001	12.211.643	7.217.854	4.981.339	59,11%
2002	12.581.012	7.372.875	5.202.031	58,60%

Fonte: IBGE - PNEA: População não economicamente ativa

Os gráficos a seguir melhor ilustram a evolução das taxas de atividade e de desemprego no estado do Rio de Janeiro.

ARRAIAL DO CABO



A elevação da taxa de desemprego no estado pode ser considerada discreta em função das dificuldades enfrentadas pela economia nacional.

Número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação

	1998	1999	2000	2001	2002
Com carteira de trabalho assinada	2.192.744	2.129.861	2.182.189	2.235.802	2.287.895
Militares e funcionários públicos estatutários	536.976	535.089	534.389	533.690	584.807
Outros empregados	700.731	786.518	843.189	903.943	944.588
Trabalhadores domésticos com carteira	540.280	565.306	587.075	609.683	640.284
Com carteira de trabalho assinada	158.517	188.915	192.067	195.271	189.881
Sem carteira de trabalho assinada.	377.704	375.267	394.156	413.996	449.159
Conta própria	1.266.723	1.300.556	1.334.060	1.368.427	1.418.721
Empregadores	230.875	210.574	234.138	260.340	244.058
Trabalhadores na produção para consumo próprio	42.825	26.216	36.031	49.522	36.863
Outros	67.620	72.662	82.057	87.600	80.011

Fonte: PNAD/IBGE

• **Mercado de Trabalho na Região Metropolitana**

O mercado de trabalho do Rio de Janeiro, como o resto de todo o Brasil, ainda vive o efeito retardado do crescimento demográfico de duas décadas atrás. O número de pessoas de 10 anos ou mais de idade na região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o IBGE, cresceu 2,15% em 2003, totalizando, em dezembro, a cifra de 9.643 mil. No conjunto das seis regiões metropolitanas acompanhadas pela pesquisa mensal de emprego (PME), a taxa de crescimento foi de 1,99%.

Mesmo com as respectivas populações crescendo proporcionalmente, a procura de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro foi menor do que nas demais regiões. No Rio de Janeiro, o número de pessoas economicamente ativas subiu de 5.097 mil, em 2002, para 5.253 mil, em 2003, o equivalente a 3,05%. No conjunto das regiões metropolitanas, o crescimento foi de 5,53%.

ARRAIAL DO CABO

O grau de sucesso dessa procura também foi diferenciado entre regiões. No Rio de Janeiro, o número de ocupados cresceu 3,86%, para uma média geral de 4,49%. Já o número de desocupados no Rio de Janeiro caiu 4,31% enquanto no conjunto das seis regiões houve aumento de 13,38%.

Indicadores Gerais do Mercado de Trabalho nas principais regiões metropolitanas

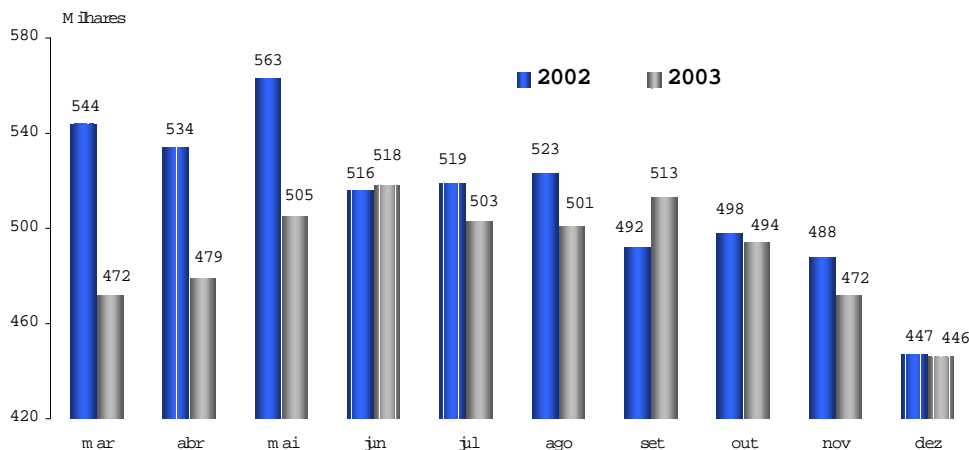
População Economicamente Ativa (PEA)*	Região Metropolitana do Rio de Janeiro		Seis Regiões Metropolitanas	
	2002	2003	2002	2003
Taxa de atividade (%)	54,39	54,88	55,34	57,27
Taxa de desocupação (%)	10,05	9,34	11,66	12,50

*Médias Anuais
Fonte: IBGE

A conclusão a que se chega é que o melhor desempenho do mercado de trabalho no Rio de Janeiro, medido pela queda na taxa de desocupação, precisa ser relativizado pois o crescimento da taxa de atividade foi bem menor no Rio de Janeiro. Isso significa que não houve no Rio de Janeiro a mesma procura por trabalho que nas outras cidades. É possível que, se a taxa de atividade crescesse com o mesmo vigor observado nas outras regiões, o desemprego fosse mais alto no mercado de trabalho fluminense.

Essa dinâmica é retratada nos dois gráficos a seguir que comparam a evolução mensal do número de pessoas desocupadas e não economicamente ativas, na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 2002 e 2003. Ao mesmo tempo em que decresce o número de desocupados, na comparação entre iguais meses dos dois anos, eleva-se o de pessoas não economicamente ativas. Isso mostra que a redução do desemprego não significou, necessariamente, absorção destas pessoas pelo mercado de trabalho.

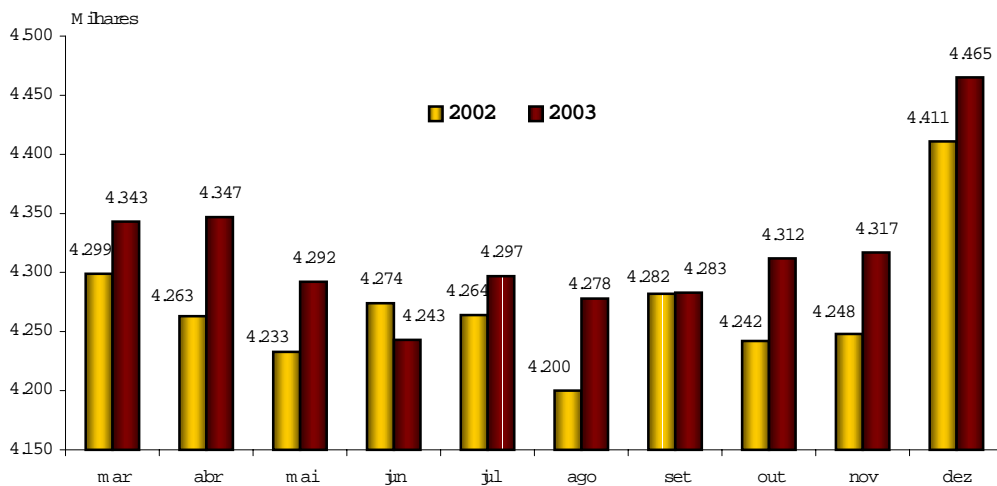
Número de pessoas desocupadas na região metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

ARRAIAL DO CABO

Número de pessoas não economicamente ativas na região metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

Especificamente sobre o município em análise, o Atlas de Desenvolvimento Humano apresenta as seguintes evoluções, entre os dois últimos censos:

A renda per capita média do município cresceu 51,14%, passando de R\$ 200,68 em 1991 para R\$ 303,30 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 36,54%, passando de 26,6% em 1991 para 16,9% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,50 em 1991 para 0,52 em 2000.

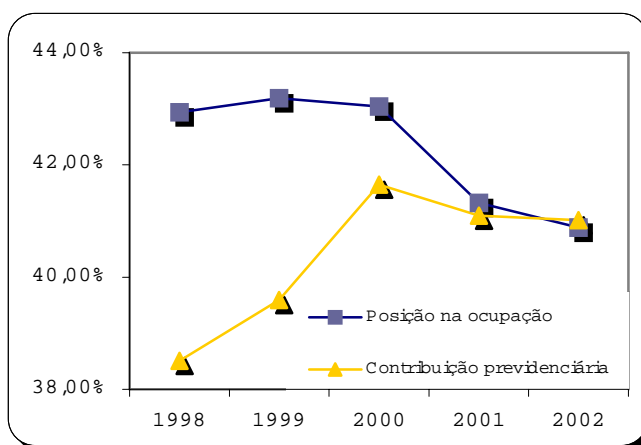
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000

	1991	2000
20% mais pobres	3,9	3,3
40% mais pobres	12,0	11,2
60% mais pobres	25,0	24,1
80% mais pobres	45,0	44,0
20% mais ricos	55,0	56,1

• **Informalidade**

A informalidade no mercado de trabalho é entendida como a ausência de vínculos cadastrais e contributivos com o poder público por parte da pessoa ocupada. Não há pagamento de encargos no presente nem expectativa de benefícios no futuro por conta desses desembolsos. Apesar de muitos estudos abordarem o assunto, a principal dificuldade relacionada à economia informal é a definição de seus limites.

Existe mais de uma forma para se dimensionar a extensão da informalidade no mercado de trabalho. A mais usual é somar-se a parcela de empregados sem carteira com os trabalhadores por conta própria. São considerados formais, portanto, todos os trabalhadores que têm carteira assinada, os funcionários públicos estatutários e militares e os empregadores. Outro critério é o da contribuição para a Previdência, quando a informalidade é medida por aqueles que não contribuem para qualquer instituto de previdência. O gráfico a seguir aponta uma convergência dos critérios a partir de 2001.



Fonte: CIDE, com base nas PNADs/IBGE

Adotando-se como medida de informalidade a razão entre a soma do número de empregados sem carteira e daqueles que trabalham por conta própria e o total de ocupados, conclui-se que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2003, 47,9% das pessoas ocupadas encontravam-se nessa condição. Na média das seis regiões metropolitanas incluídas na pesquisa, o grau de informalidade é de 45,5%. Esse número possivelmente superestima o grau de informalidade nas regiões metropolitanas porque admite que todos os ocupados por conta própria estejam à margem dos registros oficiais.

• Educação, Trabalho e Renda

A oferta de ensino de boa qualidade é requisito para que se possa pensar em justiça social, dando condições para que os indivíduos possam competir em graus semelhantes de igualdade.

A questão remete a uma reflexão, pois guarda relação com a exclusão escolar que acarretará dificuldades na inserção no mercado de trabalho, constituindo um extenso grupo social que terá cada vez mais dificuldades de acesso aos aspectos básicos da vida em sociedade e ao pleno exercício da sua cidadania.

Em 2005, segundo estimativas do IBGE, o país terá o maior número de jovens já registrado em sua população. Serão, aproximadamente, 35 milhões de habitantes com idade entre 15 e 24 anos – um milhão e trezentos mil a mais do que o observado no último Censo. Significa dizer que esses jovens estarão disputando um mercado de

ARRAIAL DO CABO

trabalho com índices de desemprego elevados e cada vez mais exigente por melhor qualificação profissional.

É importante ressaltar a existência de uma correspondência significativa da demanda de trabalho entre os níveis de educação e as remunerações que as pessoas podem alcançar de acordo com a escolaridade. A evolução mais lenta do que a média nacional do grau de escolaridade da população fluminense representa, a longo prazo, um fator limitante ao aumento do seu padrão de vida. Dados da última PNAD, de 2002, apontam que a renda real média do trabalho principal, segundo o grau de escolaridade, no Rio de Janeiro, em reais de 2002 por mês é a seguinte:

Formação	Renda
1º grau completo	499,30
2º grau completo	742,20
Superior incompleto ou mais	1.895,10

Os dados mostram que a conclusão do segundo grau acrescenta em torno de 50% aos rendimentos de quem tem somente o primeiro grau completo. Já a formação superior mais do que duplica os rendimentos de quem tem o segundo grau completo. Além disso, a renda de quem tem mais escolaridade cresce mais em tempos de prosperidade e cai menos em períodos de crise ou recessão.

Além da educação, outros fatores influenciam os rendimentos do trabalho. A tabela abaixo compara a renda no Estado do Rio de Janeiro com a média nacional segundo três características.

Renda real média do trabalho principal segundo características do trabalhador, em reais de 2002 por mês

Sexo	2002	
	Rio de Janeiro	Brasil
Homem	841,20	648,60
Mulher	569,50	406,90
Raça		
Branco	886,90	705,60
Negros	479,10	351,50
Idade		
15-24	369,10	266,90
25-49	776,30	636,00
50 ou mais	880,60	613,60

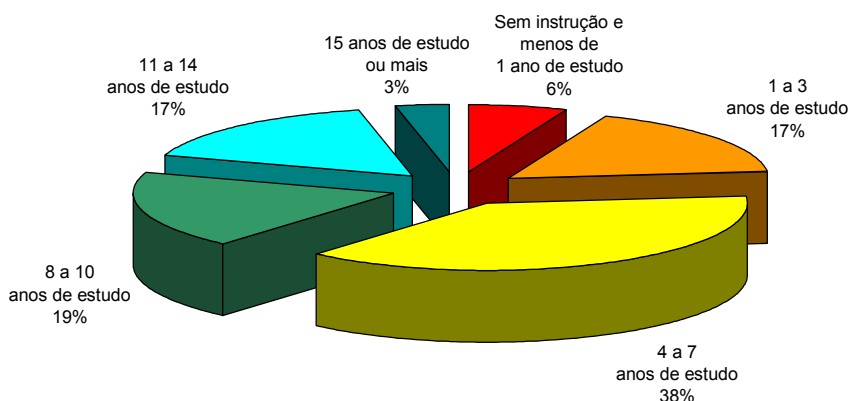
Fonte: IBGE - Elaboração: IETS

Em qualquer das categorias incluídas na tabela, o rendimento correspondente no Rio de Janeiro é superior à respectiva média nacional. No Rio de Janeiro, as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres e entre brancos e negros são menores do que

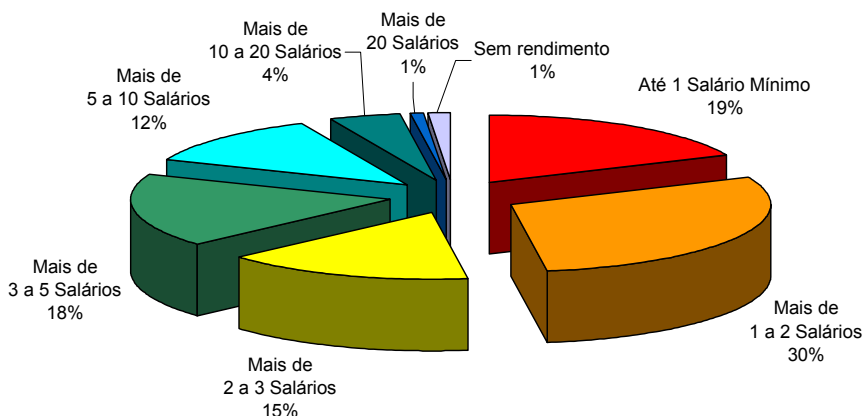
no restante do país. Finalmente, no caso das pessoas acima de 50 anos, o rendimento no Rio de Janeiro superou em 2002 os das faixas inferiores, ao contrário do que se passa com a média nacional.

A distribuição de escolaridade³⁶ e renda no município em análise se dá conforme o gráficos a seguir.

Distribuição de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo - 2000



Distribuição de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - 2000



• **Necessidades Habitacionais e sua Evolução entre 1991 e 2000**

Diversos estudos têm sido realizados sobre o problema do déficit habitacional no país, em nosso estado e na capital. Uma série de reportagens sobre a crise habitacional

36 - Fonte: Censo Demográfico 2000 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência do Censo: 23 a 29 de julho de 2000.

ARRAIAL DO CABO

brasileira, intitulada “Sem parede, sem chão”³⁷, com base em dados do Censo 2000, apontou que o Brasil das favelas, das palafitas, dos mocambos e dos assentamentos³⁸, tem seis milhões e quinhentos mil habitantes e um déficit habitacional de 3,8 milhões de unidades (segundo o IPPUR/UFRJ), podendo chegar a um número bem maior, entre 5,0 e 6,6 milhões, de acordo com estudos do Banco Mundial, Fundação João Pinheiro-MG e Fundação Getúlio Vargas-RJ.

Foi apontada a migração interna como um dos fatores determinantes da favelização. Mais de 65% dos migrantes que tinham deixado seu estado entre 1995 e 2000 não tinham concluído o ensino fundamental, 43% não tinham rendimento e outros 30% tinham renda inferior a dois salários mínimos. A expansão acelerada das favelas se confunde com o colapso do sistema de crédito habitacional no Brasil. A quase totalidade do déficit está concentrada nas famílias com renda de até cinco salários mínimos, segmento excluído de qualquer oferta de crédito para a casa própria. O problema também está associado a um sistema de transporte precário e caro, que faz com que a população tenha de buscar moradia em áreas mais centrais.

O estado com maior número de favelados é São Paulo, com quase dois milhões de pessoas. Entretanto, o Rio de Janeiro está em primeiro lugar na proporção desse contingente sobre a população total, seguido por Pará, Amapá, Amazonas, São Paulo, Ceará, Piauí e Pernambuco. A maior taxa de aumento na década passada foi observada no Distrito Federal, que triplicou a população residente em aglomerados subnormais. Com relação a água encanada, o Rio de Janeiro está em 22º lugar entre os vinte e sete estados da federação. A situação é mais grave no Maranhão, Acre, Pará e Piauí, onde menos de 50% da população têm acesso a esse serviço.

O estado do Rio de Janeiro contava com 1,4 milhão de pessoas morando em favelas no ano 2000, crescendo a uma taxa média de 16 mil pessoas por ano na última década. Somente na capital, serão 1,3 milhão em 2010, enquanto em 1980 esse número era de cerca de seiscentas mil pessoas. Estudo do Instituto Pereira Passos aponta para a elevada taxa de fecundidade nas favelas como o fator principal de expansão na última década, seguido da continuada migração. O número de migrantes seria o dobro daqueles que empobreceram e tiveram de mudar-se de bairros da cidade para favelas.

O Atlas de Desenvolvimento Humano – Atlas, lançado em janeiro de 2004 pelo PNUD/IPEA/FJP, aponta que a capital concentra 79,0% da população do estado que vive em favelas; seguida por Duque de Caxias, com 4,1% do total; Niterói, com 3,6%; Volta Redonda, com 3,0%; Teresópolis, com 2,4%; Macaé, com 1,6%; Campos dos Goytacazes, com 1,3%; Magé, com 1,2%; Rio das Ostras, com 1,0%; e São João de Meriti, com 0,9%. Somados, esses dez municípios abrigam 97,9% da população favelada do estado. Não tinham favelas em 1991, e prosseguiram não tendo em 2000, apenas dezessete municípios fluminenses. Outros sessenta e seis erradicaram ou apresentam números mínimos de população favelada.

Ao comparar os dados dos censos 1991 e 2000, a evolução dos domicílios subnormais apresentou maiores variações em municípios ainda não citados, como Magé,

37 - Jornal O Globo - páginas 3, 4 e 5 de 09/05/04, 3 e 4 de 10/05/04, 12 de 11/05/04, 13 de 11/05/04, 10 de 12/05/04, 13 de 13/05/04, 14 de 14/05/04, 13 e 14 de 15/05/04, 18 e 19 de 16/05/04.

38 - Domicílios localizados em aglomerados subnormais, caracterizados pela ocupação desordenada e, quando de sua implementação, não haver a posse da terra ou o título de propriedade.

ARRAIAL DO CABO

que cresceu em sete vezes sua população favelada; Cachoeiras de Macacu, em quase seis; Angra dos Reis, em mais de quatro; e Barra Mansa, em 1,6 vezes. As proporções dessas populações em relação à população total do próprio município, em 2000, revelam-se mais elevadas em Rio das Ostras, 40%; Teresópolis, 24%; Rio de Janeiro, 19%; Volta Redonda, 17%; Macaé, 16%; Niterói, 11%; Magé, 8%; Duque de Caxias, 7%; Mangaratiba e Campos dos Goytacazes, com cerca de 5% cada. Piraí, Itaguaí, Angra dos Reis, Cachoeiras de Macacu e Barra Mansa são outros municípios que superam os 3% de sua população vivendo em favelas. Deve-se salientar que tais dados referem-se ao ano 2000 e a situação pode ter se modificado desde então.

Os indicadores das condições habitacionais de uma família foram apresentados no Atlas em três dimensões: a propriedade e a qualidade da habitação, o acesso a serviços públicos e a posse de bens duráveis.

De acordo com estudo do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade – IETS³⁹, em relação à primeira dimensão, “não apenas os moradores são desincentivados a conservar os imóveis, mas também é possível que o Estado diminua sua capacidade ou interesse de garantir a provisão de serviços públicos, seja porque não consegue cobrar propriamente pelos serviços, seja porque a informalidade torna os moradores *invisíveis* a ele”. O paradoxo da situação das favelas, em virtude da má definição dos direitos de propriedade, é o fato de as famílias não investirem no terreno ou no próprio imóvel e, mesmo vivendo em barracos superlotados, de péssima aparência e estado de conservação, terem televisão, antena parabólica, geladeira, aparelho de vídeo etc., utensílios cuja propriedade não perderão.

Já com relação ao acesso a serviços públicos, quatro indicadores do Atlas são relevantes: acesso adequado à água, serviços de coleta de lixo, iluminação elétrica e proporção de pessoas em domicílios com banheiro e água encanada. O quinto seria o acesso a telefone com linha convencional. O terceiro tema contemplado na base de dados do Atlas é a posse de bens de consumo duráveis, tais como geladeira, televisão, automóvel e computador.

De acordo com a progressão identificada entre os dois censos, o mesmo estudo aponta que o estado do Rio de Janeiro levará mais de mil e cem anos para que sejam erradicados os domicílios subnormais e vinte e sete anos para universalizar o acesso a água encanada. Isso indica a necessidade de completa revisão da política habitacional e substancial aumento nos recursos dedicados à provisão de serviços de água e coleta de esgoto, ausente para mais de 1 milhão de fluminenses e cariocas.

De acordo com o Atlas, em 2000, Arraial do Cabo não tinha pessoas habitando em domicílios subnormais. A tabela a seguir apresenta os percentuais da população do município que era atendida por cada um dos indicadores dos dois primeiros grupos citados: propriedade e qualidade da habitação e acesso a serviços públicos, comparando sua evolução entre 1991 e 2000.

39 - Barros, R; Carvalho, M; Franco, S. “Condições Habitacionais no Estado do Rio de Janeiro: Progressos e Desafios”, baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano, disponível no sítio www.iets.inf.br.

ARRAIAL DO CABO

Discriminação	1991	2000	Variação
Pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados	67,1%	69,5%	3,5%
Pessoas que vivem em domicílios subnormais	0,27%	0,00%	zerado
Pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório	26,1%	16,1%	-38,3%
Pessoas que vivem em domicílios com água encanada	90,7%	92,7%	2,2%
Pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	93,3%	98,1%	5,1%
Pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	99,7%	99,7%	0,0%
Pessoas que vivem em domicílios com telefone	11,1%	18,9%	69,8%

Com relação à posse de bens de consumo duráveis, em 2000, 96,7% da população de Arraial do Cabo tinham geladeira em casa, enquanto 97,3% tinham televisão e 26,9% possuíam automóvel na residência, mas apenas 7,6% moravam em domicílio com computador.

O indicador habitacional sintético apresentado no estudo do IETS, com base nos dados do Atlas de 1991 e 2000, mede o acesso ou posse de algo que todas as pessoas deveriam ter acesso. Quanto a serviços, sintetiza água encanada, instalações sanitárias, coleta de lixo e energia elétrica. O acesso a bens duráveis restringiu-se a televisão e geladeira. As características do domicílio também são computadas nas dimensões densidade acima de 2 pessoas por dormitório e condição subnormal de moradia.

Medidas de condições habitacionais retratam a prevalência de pessoas ou domicílios sem acesso a bens e serviços absolutamente essenciais, e seus indicadores referem-se apenas à cauda inferior da distribuição, expressando a situação dos extremamente pobres e como a situação desse grupo vem variando no tempo. Arraial do Cabo estava em 10º lugar entre os noventa e um municípios do estado em 1991, quando o indicador sintético media 89,14, em uma escala de zero a cem, na qual quanto mais próximo de cem, melhores são as condições das variáveis citadas. Já em 2000, o município passou para 9º lugar, com indicador 94,85. A média estadual desse indicador sintético, naquele mesmo ano, foi de 92,5.

IV - POTENCIALIDADES DOS MUNICÍPIOS

A economia fluminense sempre se defrontou com desafios históricos. Recentemente, diversos indícios apontavam para uma perda de importância relativa dessa economia em relação ao restante do país, decorrente da retração do mercado local, do surgimento de uma série de *deseconomias* de localização em nível estadual – antigas empresas geradoras de riqueza e emprego que, em sua sucessão familiar, terminaram por fechar; problemas de infra-estrutura e ausência de políticas efetivas de apoio à indústria em nível local - e do movimento de desconcentração espacial da indústria além do eixo Rio-São Paulo.

Desde a primeira edição dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, tem-se salientado a necessidade de eficaz articulação do gestor municipal para propiciar o desenvolvimento econômico local sustentável. As economias de aglomeração permitem integração horizontal ou vertical, seja pela concentração de empresas que atuam no mesmo ramo de negócios, seja pela complementariedade de atividades. De acordo com recente estudo do SEBRAE⁴⁰, a formação de arranjos produtivos locais está associada a trajetórias históricas de formação de vínculos territoriais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. Na perspectiva desse conceito, a dimensão territorial (município, microrregiões etc.) é concebida como um espaço onde os processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar, a partir do compartilhamento de visões e valores que constituem uma fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.

O conceito de Arranjos Produtivos Locais – APLs, é associado à aglomeração espacial de agentes econômicos, políticos e sociais focada em atividades econômicas que tenham vínculo e interdependência. Os vínculos propiciam um processo de aprendizagem que possibilite a introdução de inovações em produtos, processos e/ou formatos das organizações envolvidas, e seu arranjo produtivo pode trazer maior competitividade aos atores envolvidos. Destaque-se a importância da integração das potencialidades locais com as regionais.

O estudo citado tem como base dados de 2001⁴¹ e aponta que, dentre os principais ramos de atividade, o setor de serviços respondia por 61% do emprego total no Estado; o de comércio por 22%; o de indústria por 9%; e o de construção por 4%. Na indústria, destacam-se como geradores de emprego a fabricação de produtos alimentares e bebidas, de artigos de vestuário e acessórios, de produtos químicos, de produtos de metal exclusive máquinas e equipamentos, de produtos minerais não-metálicos e artigos de borracha e plástico, de metalurgia básica e de todo o processo de gravações.

A partir de critérios de emprego, renda, especialização relativa, relevância setorial e outros, utilizando-se de metodologia própria e com base em dados do IBGE, da Fundação CIDE e do SEBRAE, foram identificadas 61 concentrações de atividades econômicas e caracterizados apenas dezesseis APLs em setores da indústria. Diversos outros arranjos encontram-se em fase de desenvolvimento.

40 - Britto Jorge. **Arranjos produtivos locais: perfil das concentrações econômicas no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, SEBRAE, 2004.

41 - Informações relativas à distribuição de emprego pelas diferentes divisões da classificação do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, com base na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e o Censo Cadastro do IBGE.

ARRAIAL DO CABO

No setor agroindustrial, há concentrações de cultivo de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes; cultivo de hortaliças, legumes e especiarias hortícolas em Teresópolis e Petrópolis; cultivo de flores e plantas ornamentais em Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis; e cultivo de frutas cítricas em Rio Bonito. Foi identificado o APL de fruticultura em Campos dos Goytacazes, que consolida o pólo de fruticultura irrigada de maracujá, abacaxi, coco e goiaba nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, abrangendo, também, os municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Quissamã.

A pesca tem em Niterói a concentração desta atividade. Os critérios do estudo reduziram o número dos núcleos vinculados à pesca, visto que ainda guardam componentes de informalidade e de pouca dimensão econômica. São os casos da pesca em Angra dos Reis e Cabo Frio, da aquicultura marinha na Baía da Ilha Grande e em Arraial do Cabo, e da aquicultura de água doce em Piraí e Cachoeiras de Macacu.

No setor de pecuária, há concentração de criação de bovinos⁴² em Cachoeiras de Macacu, Paraíba do Sul e Silva Jardim; criação de bovinos e leite em Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Valença; fabricação de produtos de laticínio em Itaperuna; preparação de carne, banha e produtos de salsicharia não associada ao abate em Três Rios; e criação de aves e produção de ovos em São José do Vale do Rio Preto. A criação de aves é presente, também, em Barra do Piraí, Rio Claro, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Bom Jardim, Duas Barras e Santa Maria Madalena. A produção de ovos ocorre, com muito menor expressão que no município de São José, em Petrópolis, Santa Maria Madalena, Volta Redonda, Três Rios, Rio Bonito e Teresópolis.

Em Macaé foi identificado um APL no setor de petróleo, o maior arranjo produtivo no Estado, com área de influência sobre Rio das Ostras, Carapebus, Quissamã e Campos dos Goytacazes. Na Bacia de Campos encontram-se 38 campos *offshore* em operação, com 1.814 poços de óleo e gás, 37 plataformas fixas e móveis de produção e quase 4 mil km de dutos submarinos. Além da própria extração de petróleo e de serviços relacionados, destacam-se atividades de fabricação de estruturas metálicas, máquinas e equipamentos, construção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, montagens industriais e outras obras de instalações, além de atividades de logística de transporte.

No setor têxtil-vestuário, foram identificados dois APLs. O primeiro é o de moda íntima, cujo núcleo está em Nova Friburgo, e abrange Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro e Cantagalo. O segundo é o de fabricação de tecidos de malha e produção de moda feminina, em Petrópolis, com área de influência sobre Paraíba do Sul, Areal, Três Rios, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis. Foram observados, ainda, concentrações de atividades de confecção de outras peças de vestuário em São Gonçalo, Nova Iguaçu e São João de Meriti, os dois últimos vinculados à produção de *jeans*; de confecção de peças interiores de vestuário em Itaperuna; e tecelagem de algodão e confecção de outras peças de vestuário em Valença. O comércio varejista de artigos de vestuário e complementos tem concentração em Campos dos Goytacazes, Niterói e Cabo Frio.

42 - O último Censo Agropecuário disponível (cujos dados referem-se a 31/07/96) aponta, além de Campos, Itaperuna, Valença, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu, os municípios de Macaé, São João da Barra, Cambuci, São Fidélis, Bom Jesus do Itabapoana, Cantagalo, Santo Antônio de Pádua, Itaocara, Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto como líderes na pecuária bovina, respondendo por 51% do efetivo dos rebanhos.

ARRAIAL DO CABO

Nos setores de extração mineral, cerâmica e cimento, foram identificados outros dois Arranjos Produtivos Locais. O APL de rochas ornamentais tem sua base em Santo Antônio de Pádua, com área de influência sobre Aperibé, Cambuci, Miracema, Itaperuna, Italva, Natividade e Porciúncula. Os minérios mais beneficiados são a pedra paduana e a pedra madeira. O APL de cerâmica vermelha tem seu núcleo em Campos dos Goytacazes, com reflexos em São João da Barra, Cardoso Moreira, São Fidélis, Italva, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana. Este arranjo agrega o maior número de empregos dentre as diversas concentrações de atividades no setor cerâmico no Estado. As demais estão localizadas em Itaboraí, São Gonçalo, Rio Bonito, Paraíba do Sul e Três Rios. A extração e refino de sal marinho e sal-gema está concentrada em Cabo Frio; a extração de pedra, areia e argila, em Itaguaí, Japeri e Seropédica. Britamento, aparelhamento e outros trabalhos em pedras ocorrem em Magé. A fabricação de cimento, artefatos de concreto e construção tem concentração em Volta Redonda e, em Cantagalo, concentram-se atividades de fabricação de cimento e de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque.

No setor de papel, editorial e gráfico, a capital tem concentração de atividades de edição e impressão de jornais, revistas, livros e outros produtos gráficos. A fabricação de embalagens de papel tem concentração de atividades em Duque de Caxias, assim como a fabricação de embalagens de papelão apresenta tais condições em São João de Meriti.

Os setores petroquímico, químico e farmacêutico têm um APL identificado em três municípios: atividades de refino de petróleo, cujo núcleo está em Duque de Caxias; de fabricação de aditivos para uso industrial, com base em Belford Roxo; e fabricação de embalagens de plástico, concentradas em São João de Meriti. Os municípios na área de influência desse arranjo produtivo são Itaguaí, Queimados, Nova Iguaçu, Magé, Guapimirim e São Gonçalo. Há concentração de atividades na fabricação de medicamentos na capital; de artefatos de plástico em Nova Friburgo e Petrópolis; de artigos de perfumaria e cosméticos em Nova Iguaçu e, ainda, de materiais para usos médicos, hospitalares e odontológicos em São Gonçalo.

No setor mobiliário, há concentração de atividades de fabricação de móveis com predominância de madeira em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis e Teresópolis, sem que, no entanto, satisfaçam as condições de um APL. Teresópolis ainda se destaca na fabricação de esquadrias de madeira e de casas de madeira pré-fabricadas. Outro pólo moveleiro é Campos dos Goytacazes.

O setor metal-mecânico tem três APLs identificados nas áreas siderúrgica, automotiva e indústria naval. O primeiro tem núcleos em três municípios: produção de laminados planos de aço em Volta Redonda, fabricação de peças fundidas de ferro e aço em Barra do Piraí, e produção de laminados não planos de aço em Barra Mansa. Sua área de influência alcança Pinheiral, Piraí, Paracambi e Valença. O APL automotivo tem sede em Resende, onde a Volkswagen fabrica caminhões e ônibus, e em Porto Real, onde a PSA Peugeot-Citroën fabrica os automóveis modelos 206, Xsara Picasso e C3. O município de Itatiaia está em sua área de influência. O APL da indústria naval tem seu núcleo em Niterói, com influência sobre a capital, São Gonçalo e Maricá.

Ainda no setor metal-mecânico, encontram-se concentrações de atividades na fabricação de peças fundidas de metais não-ferrosos e suas ligas e artefatos de metal em

ARRAIAL DO CABO

Nova Friburgo, de esquadrias de metal em Rio Bonito e de construção, montagem e reparação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes em Três Rios.

Em informática, foi identificado um APL na capital, na área de processamento de dados, consultoria em sistemas, desenvolvimento de programas, e manutenção e reparação de máquinas. Há concentração de atividades de desenvolvimento de programas em Petrópolis e Teresópolis e de consultoria em sistemas de informática em Três Rios.

É no setor de turismo que encontra-se maior número de APLs no Estado. São quatro os núcleos identificados: o primeiro na Costa Verde (Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba); o segundo em Resende e Itatiaia; o terceiro na capital, com influência sobre Niterói; e o quarto, em Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Rio das Ostras, com área de influência em Maricá, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Casimiro de Abreu. Podem vir a ser desenvolvidos novos núcleos, como o circuito do Caminho do Café, em torno de Vassouras; na região em torno de Petrópolis; entre Teresópolis e Nova Friburgo; e na região Norte do Estado, compreendendo Campos, Quissamã e São João da Barra.

Os setores de telecomunicações e audiovisual têm APLs identificados na capital, com o primeiro influenciando alguns dos municípios da Baixada, como Mesquita, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias. Também o setor de atividades culturais e esportivas apresenta concentração na capital.

No setor de serviços médicos, há concentração de atividades em Teresópolis, Petrópolis, Campos dos Goytacazes e Itaperuna. Finalmente, no setor de transporte rodoviário de passageiros e de cargas, há concentração de atividades em Barra Mansa.

Segundo dados da Fundação CIDE, em 2001 o PIB municipal concentrava-se na área da indústria (55%), seguida do comércio e dos serviços (45%). A participação do município de Arraial do Cabo, no mesmo ano, representou 0,10% do PIB estadual. Em 2002, o PIB a preços básicos alcançou R\$ 182,5 milhões, novamente 0,10% do produto estadual e 5,5% do PIB da Região das Baixadas Litorâneas.

A principal atividade econômica do município, no setor primário, é a pesca tradicional, do tipo artesanal.

No setor secundário, representado pela indústria química Companhia Nacional de Álcalis, o município é o maior produtor de sal do Brasil e único de barrilha (matéria-prima utilizada em vários segmentos, como remédios, roupas, vidro etc.) da América do Sul.

No setor terciário predominam as atividades ligadas ao turismo, tais como comércio varejista, alojamento, alimentação e aluguéis de imóveis.

O estudo *Potencialidades Econômicas e Competitividade das Regiões do Estado do Rio de Janeiro*⁴³ foi desenvolvido pelo IBRE - Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, tendo como objetivo mapear um conjunto de atividades com potencial para serem desenvolvidas e discutir fatores condicionantes da competitividade das mesmas. O mesmo serviu-nos como referência para os comentários sobre os setores da economia municipal a seguir descritos. É importante que se destaque que não há

43 - Fonte: *Potencialidades Econômicas e Competitividade das Regiões do Estado do Rio de Janeiro*, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – Abril/Maio de 1998.

ARRAIAL DO CABO

nenhum estudo mais recente realizado por aquele Instituto, podendo ocorrer que determinadas informações estejam defasadas.

- **Setor Primário**

A atividade pesqueira, tradicional na região, tem declinado nos últimos anos, em função da obsolescência da frota e das técnicas pesqueiras, e da falta de terminais pesqueiros adequados. No entanto, estas dificuldades poderão ser superadas e a criação de escolas de pesca em São Gonçalo, que tem tradição na atividade pesqueira e industrialização do pescado e, possivelmente, em Arraial do Cabo será um primeiro passo rumo à recuperação da vocação pesqueira do Estado.

- **Setor Secundário**

As atividades relacionadas ao setor químico existentes em Arraial do Cabo não apresentam, atualmente, condições favoráveis para sua expansão, a menos da mudança de processos de produção para outros que permitam reduzir os custos operacionais e, ao mesmo tempo, possibilitem a produção de fertilizantes.

ARRAIAL DO CABO

V - INDICADORES ECONÔMICOS

A atividade econômica desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro corresponde, em valor, a pouco mais de 12% de tudo o que se produz no país. Com base na cifra de R\$ 1,515 trilhão, divulgada pelo IBGE para o PIB do país em 2003, o Rio de Janeiro tem um PIB de, aproximadamente, R\$ 180 bilhões. A participação no PIB nacional, que já foi maior, chegou a cair para algo próximo a 10% no início da década passada, quando a economia fluminense quase perdeu a segunda posição no ranking nacional para Minas Gerais. O declínio e a evasão de atividades tradicionais do Estado, como a intermediação financeira, começaram a ser compensadas pelo “boom” petrolífero dos últimos dez anos, permitindo que o Rio de Janeiro recuperasse terreno.

A ascensão meteórica da atividade de extração de petróleo e gás natural modificou radicalmente a paisagem da economia fluminense. O segmento denominado indústria extrativa mineral ocupa atualmente uma fração que, segundo o IBGE, já supera os 20% do PIB estadual, à frente da indústria de transformação e do próprio setor público que, no Rio de Janeiro, tem presença mais extensa que no resto do país. Há menos de dez anos, a indústria extrativa representava algo como 3% do PIB do Rio de Janeiro. Este é o percentual que o setor ocupa, no momento, no plano nacional.

Ao passar a desempenhar o papel de locomotiva, a indústria extrativa evitou que houvesse um esvaziamento da economia fluminense. Por outro lado, estabeleceu-se uma crescente dependência em relação a esta atividade que, como se sabe, pode passar do auge ao esgotamento em prazo relativamente curto. A taxa de crescimento dessa atividade em 2003, a mais baixa desde 1995, alerta, de forma objetiva, para este risco.

Numa estimativa preliminar, o PIB fluminense, apresentou queda aproximada de 1,4%, em 2003, maior do que a média nacional de 0,2%.

A atividade agropecuária tem participação muito pequena, inferior a 1% do PIB estadual. Quase um terço da produção primária do Estado concentra-se na atividade canavieira. Considerando o desempenho de cinco das principais lavouras cultivadas no Rio de Janeiro, responsáveis por mais de 70% do valor da produção vegetal, uma apresentou crescimento, duas tiveram reduções, e duas mostraram estabilidade. Para efeito de cálculo da contribuição ao PIB fluminense, pode-se admitir uma variação da produção agrícola igual à média geral, isto é, -1,40%.

	2002	2003	Variação %
Cana-de-açúcar (mil t)	7.215,3	7.233,8	0,26
Tomate (mil t)	163,1	176,6	8,28
Mandioca (mil t)	173,4	150,7	-13,09
Banana (milhões de cachos)	176,6	163,2	-7,59
Laranja (milhões de frutos)	106,7	106	-0,66

Fonte: IBGE

ARRAIAL DO CABO

Os quatro subsetores que formam a indústria – extrativa mineral, transformação, construção e serviços industriais de utilidade pública – correspondem a, aproximadamente, 48% do PIB do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o IBGE, a produção da indústria extrativa mineral cresceu 0,72% no Rio de Janeiro, em 2003, a menor desde 1995. A desaceleração é preocupante pois, como já ressaltado, a indústria extrativa no Rio de Janeiro praticamente se confunde com a produção de petróleo e gás natural, ocupando a dianteira entre as atividades econômicas do Estado.

Dada a dimensão econômica que adquiriu, a extração de petróleo converteu-se em fonte de recursos fiscais por meio dos *royalties* recebidos pelo Estado e por todos seus municípios, alguns em dimensões inimagináveis há poucos anos. Desse modo, perturbações na produção petrolífera, mesmo que temporárias, podem provocar consideráveis flutuações nas receitas governamentais. É, portanto, recomendável que o Rio de Janeiro esteja preparado para diversificar suas atividades, ainda que de alguma forma ligadas ao petróleo, para que não sofra novo ciclo de esvaziamento no futuro, com conseqüências previsíveis sobre a produção e o emprego, bem como sobre as receitas de governo.

Em 2003, a produção da indústria fluminense de transformação registrou variação de -2,96%, enquanto a média nacional ficou praticamente estável, em 0,03%. O resultado de 2003 mostrou que a indústria de transformação fluminense não sustentou a recuperação iniciada em 2002.

A indústria da construção sofreu nacionalmente em 2003: uma das maiores quedas de sua história, 8,6%. No terceiro e quarto trimestres do ano passado, as quedas superaram 10%. Enquanto no plano nacional a construção ainda representa em torno de 7,5% do PIB, no Rio de Janeiro, a participação já é inferior a 6%.

O conjunto de indústrias, também conhecido pela sigla SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública), engloba energia elétrica, água e esgoto e distribuição de gás. No Rio de Janeiro, a participação deste segmento no PIB oscila entre 4% e 5%. No ano de 2003, as três atividades mostraram declínio. Tomando-se a média das três taxas de variação, chega-se à estimativa de -2,30% percentual para a taxa de crescimento dos serviços industriais de utilidade pública.

	2002	2003	Var %
Consumo de Energia Elétrica (Gwh)	26.711	25.750	-3,6
Consumo de Gás Encanado (milhão m ³)	2.714.230	2.623.460	-3,4
Consumo de Água (mil m ³)	719.652	715.113	-0,01

Fonte: CIDE

O ano de 2003 foi especialmente ruim para o comércio varejista no Rio de Janeiro. O volume de vendas caiu 6,87%, em relação a 2002, quase o dobro da redução observada em nível nacional. O impacto desta redução nas vendas sobre o PIB fluminense é quase tão forte quanto o provocado pela crise da construção, pois o setor

ARRAIAL DO CABO

varejista representa pouco mais de 5% da economia estadual. Diante da constatação de que neste ramo se encontram inúmeros bens de primeira necessidade, vê-se que a população do Estado passou por forte contenção de consumo em 2003.

O setor de comunicações, com participação de 2% no PIB fluminense, também se ressentiu da retração econômica de 2003. Segundo dados do CIDE, o número de pulsos telefônicos registrados caiu 3,5%. Embora este número não inclua a telefonia celular, atividade que também não é contabilizada no PIB, ele é o indicador mais abrangente a respeito do comportamento conjuntural do setor de comunicações.

Embora não se disponha de um indicador conjuntural para o setor de transportes, uma aproximação razoável para se estimar o grau de movimentação econômica nessa atividade é o consumo de óleo diesel. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, a queda no volume de vendas deste derivado de petróleo, no Rio de Janeiro, foi de 6,2% em 2003. Esse é mais um dado a comprovar que a retração econômica no Rio de Janeiro foi mais profunda que no resto do país.

Pela gama variada de atividades compreendidas e pela presença maciça de pequenas unidades produtivas, muitas das quais operando de maneira informal, é tradicionalmente difícil a construção de indicadores de atividade para o setor serviços, sobretudo em nível estadual. Esta lacuna pode ser parcialmente preenchida pela informação sobre pessoal ocupado. Sendo um setor em que a produtividade do trabalho é relativamente baixa e pouco oscilante, o nível de ocupação reflete com precisão o que se passa com a produção. Excluindo-se os segmentos de Transportes e Comunicações, mencionados anteriormente, os serviços privados correspondem, no Rio de Janeiro a algo próximo de 25% do PIB. Para avaliar o comportamento dessa significativa parcela, uma opção estatística são os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho.

No Rio de Janeiro, a variação do nível de emprego foi positiva, de 2,86%, muito semelhante à observada no país como um todo. Diante dessa similaridade e pela razoável uniformidade regional dos padrões de produtividade deste setor, pode-se atribuir à economia fluminense o mesmo percentual de variação observado no âmbito nacional. Isto significa que, para efeito de estimativa da taxa de crescimento do PIB do Rio de Janeiro, o setor serviços registrou em 2003 variação de -0,5%.

Por convenção metodológica adotada pelo IBGE no cálculo das Contas Nacionais, as taxas de variação do conjunto de atividades exercidas pelas administrações públicas são estimadas através do crescimento populacional. Desse modo, admite-se para este setor uma variação de 1,3% para o Estado, em 2003. As administrações públicas no Rio de Janeiro, representam aproximadamente 20% do PIB estadual, acima da média brasileira, que é de 15%.

Todas as considerações apresentadas podem ser sintetizadas na tabela a seguir.

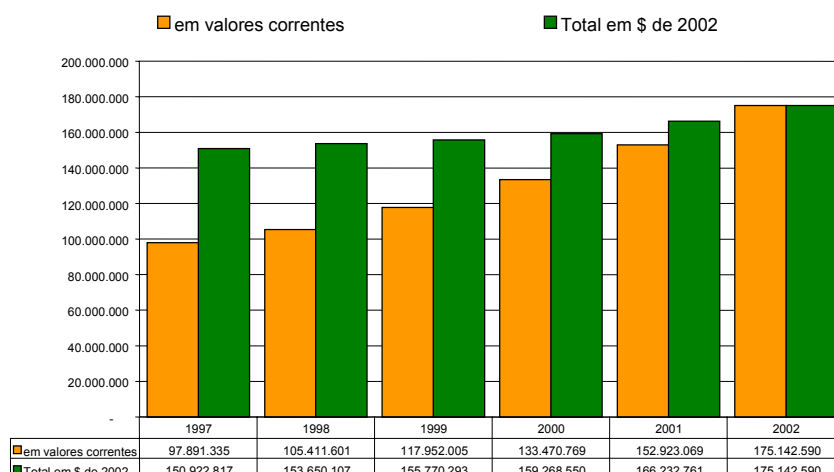
Atividade	Taxa de crescimento (%)	Participação no PIB (%)	Contribuição (pontos percentuais)
Agropecuária	-1,40	1,00	-0,01
Indústria Extrativa	0,72	20,0	0,14
Indústria de Transformação	-2,96	20,0	-0,59
Construção	-8,60	6,00	-0,52
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-2,30	4,00	-0,09
Comércio	-6,87	5,00	-0,34
Comunicações	-3,50	2,00	-0,07
Transportes	-6,22	2,00	-0,12
Serviços	-0,50	25,0	-0,12
Administração Pública	1,32	25,0	0,32
Total (PIB)		100,0	-1,40

Fontes: IBGE, CIDE, MTb, FGV.

Os números definitivos e abertos por município somente estarão disponíveis no próximo ano, cabendo, portanto, analisar os dados do PIB estadual, regional e local até 2002.

O PIB do Estado, a preços básicos, foi de R\$ 175 bilhões⁴⁴ em 2002, dos quais a capital participou com 51,1% e, o petróleo, com 16,5%. Houve um crescimento de 79% no período de 1997 a 2002.

PIB a preços básicos - evolução de 1997 a 2002

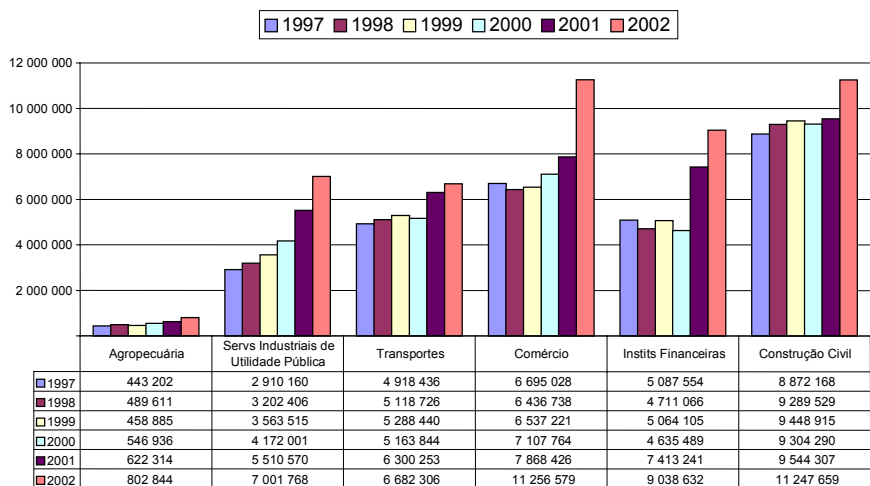


44 - Fonte: Fundação CIDE - Utilizados os seguintes inflatores a juros compostos: 1997 – 5,7709%; 1998 – 10,3736%; 1999 – 19,6714%; 2000 – 9,7742%; 2001 – 8,7035%.

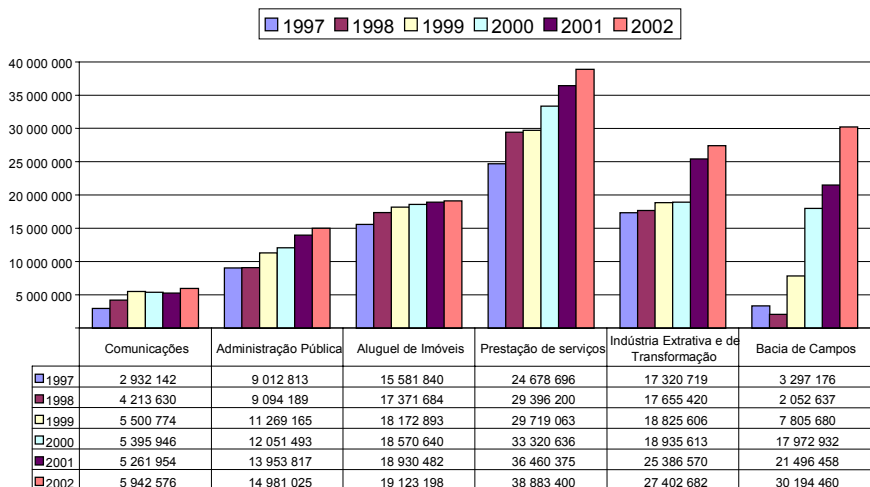
ARRAIAL DO CABO

Pode-se observar uma taxa de crescimento, a valores de 2002, da ordem de 16% nominais nos seis anos analisados. Os gráficos a seguir apresentam as evoluções dos setores da economia ⁴⁵ em todo o Estado.

Evolução do PIB estadual em valores correntes (R\$ mil)



Evolução do PIB estadual em valores correntes (R\$ mil)



Todos os números apresentados nos dois gráficos anteriores e nos dois seguintes estão em valores correntes.

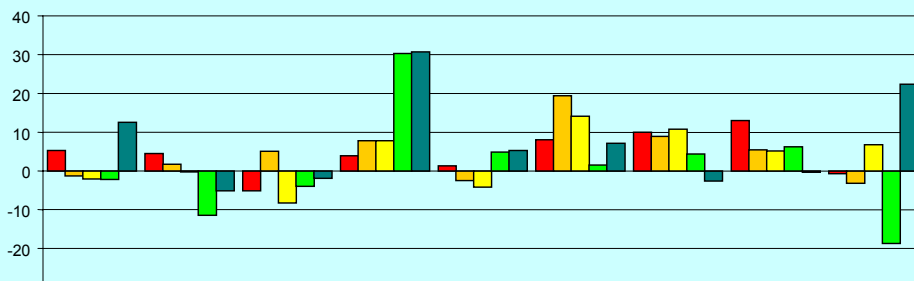
O comportamento da variação anual é apresentado nos gráficos a seguir, onde se observa que somente distribuição de gás, transporte ferroviário e indústria extrativa mineral tiveram crescimento continuado, tendo os demais setores apresentado comportamento instável e, energia elétrica, água e esgoto e construção civil, as piores *performances*.

45 - Dados setoriais sem imputação financeira.

ARRAIAL DO CABO

Evolução percentual do PIB por setor em relação ao ano anterior

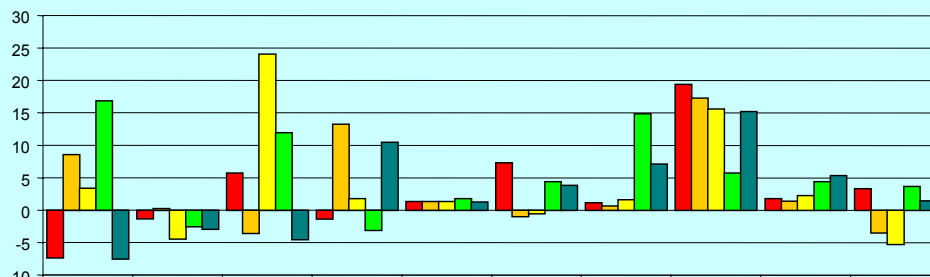
■ 1998 ■ 1999 ■ 2000 ■ 2001 ■ 2002



	Agropec	Energia Elétrica	Água e Esgoto	Distrib de Gás	Transporte Rodoviário	Transporte Ferroviário	Transporte Hidroviário	Transporte Aéreo	Comércio
■ 1998	5,35	4,50	- 5,04	3,94	1,30	8,09	10,01	13,00	- 0,66
■ 1999	- 1,21	1,75	5,14	7,81	- 2,37	19,38	8,96	5,45	- 3,11
■ 2000	- 1,94	- 0,19	- 8,17	7,81	- 4,10	14,12	10,76	5,18	6,79
■ 2001	- 2,11	- 11,37	- 3,92	30,31	4,82	1,51	4,37	6,25	- 18,62
■ 2002	12,54	- 5,04	- 1,81	30,73	5,29	7,16	- 2,55	- 0,25	22,41

Evolução percentual do PIB por setor em relação ao ano anterior

■ 1998 ■ 1999 ■ 2000 ■ 2001 ■ 2002



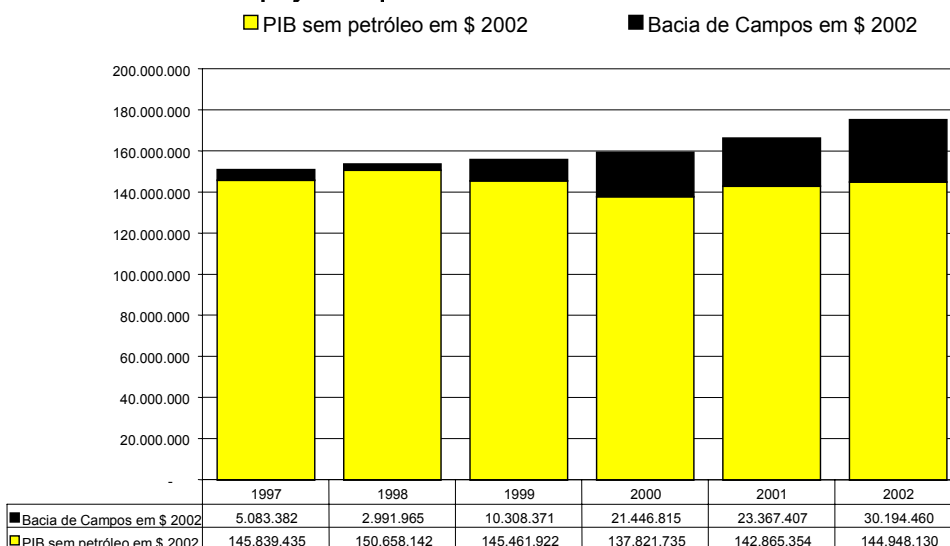
	Instits Fin	Constr Civil	Comunic	Adm Pública	Aluguéis	Prest de serviços	Ind Extr Transf	Bacia de Campos	PIB a preços básicos	PIB sem petróleo
■ 1998	- 7,32	- 1,30	5,74	- 1,35	1,33	7,32	1,10	19,43	1,81	3,30
■ 1999	8,56	0,27	- 3,53	13,26	1,35	- 0,96	0,66	17,31	1,38	- 3,45
■ 2000	3,40	- 4,39	24,09	1,77	1,37	- 0,52	1,63	15,61	2,25	- 5,25
■ 2001	16,86	- 2,51	11,94	- 3,09	1,78	4,38	14,86	5,73	4,37	3,66
■ 2002	- 7,49	- 2,90	- 4,52	10,49	1,28	3,83	7,13	15,20	5,36	1,46

Em uma avaliação mais rigorosa, verifica-se que o PIB estadual, excluída a produção da Bacia de Campos, apresentou crescimento real negativo no período, com queda de 0,6%, como ilustra o gráfico a seguir ⁴⁶:

46 - Não computada a imputação financeira sobre a produção da Bacia de Campos.

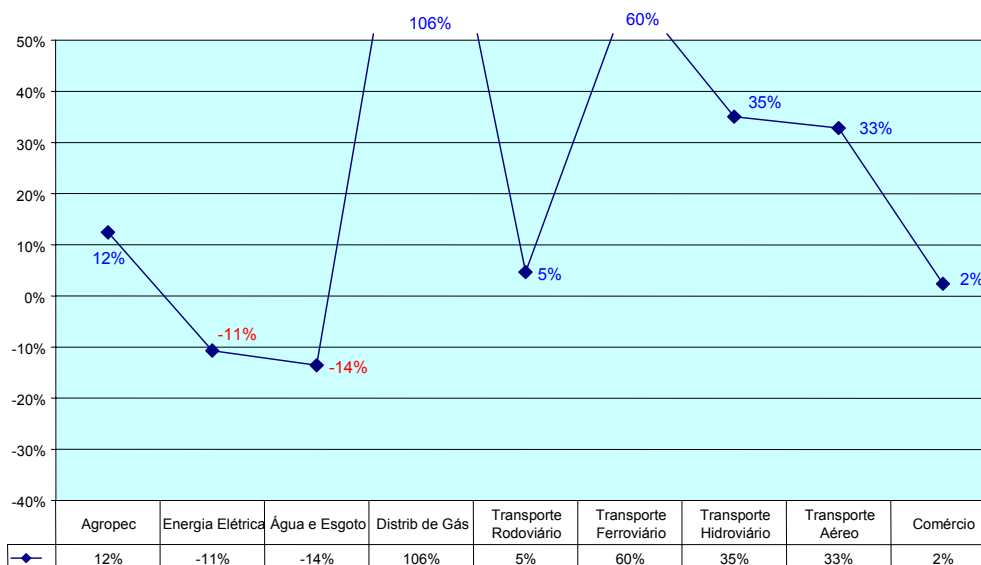
ARRAIAL DO CABO

Participação do petróleo na economia fluminense

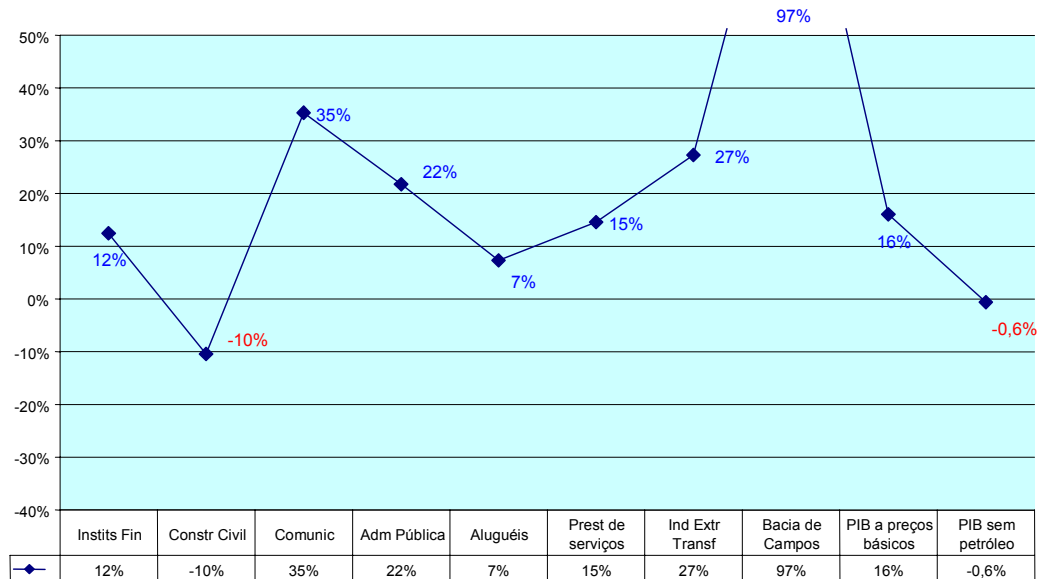


Os gráficos seguintes apresentam a evolução real de cada setor no período, onde podem ser observadas as excepcionais taxas de crescimento dos já citados setores de distribuição de gás, transporte ferroviário e extração de petróleo e gás na Bacia de Campos.

Evolução do PIB por setor de 1997 a 2002

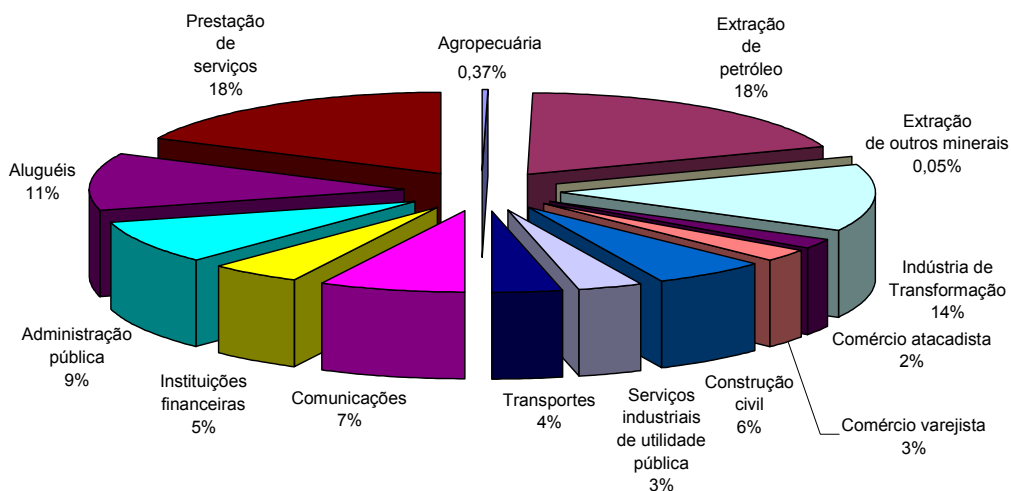


Evolução do PIB por setor de 1997 a 2002



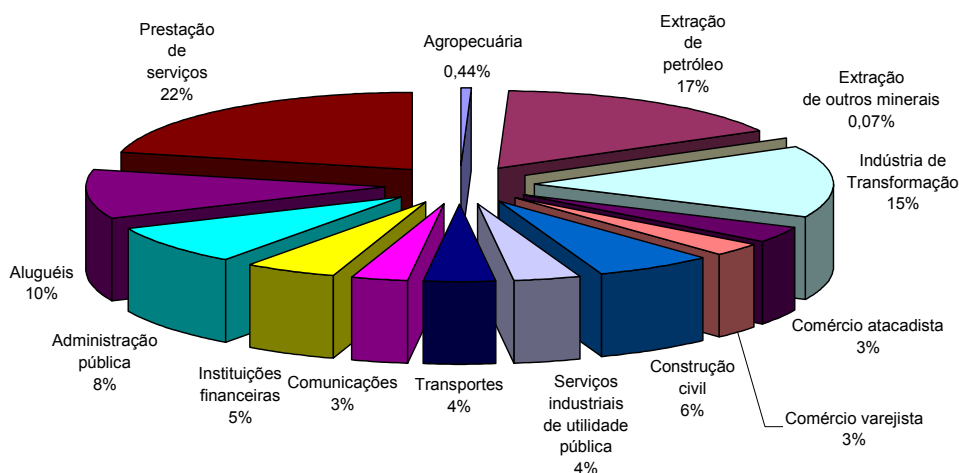
As participações dos setores na formação do PIB estadual apresentaram algumas mudanças de 2001 para 2002, com crescimento relativo da produção de agropecuária, indústria de transformação, comércio atacadista e varejista, construção civil, serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água e esgoto e distribuição de gás), instituições financeiras e prestação de serviços. Houve redução relativa de extração de petróleo e gás na Bacia de Campos, transportes, comunicações, administração pública e aluguéis. O setor de extração mineral manteve participação relativa equivalente nos dois anos, como demonstram as figuras a seguir:

Participação dos setores no PIB de 2001



ARRAIAL DO CABO

Participação dos setores no PIB de 2002



A capital do Estado, com PIB a preços básicos de R\$ 89,5 bilhões em 2002, liderou em todos os setores da economia estadual naquele ano, com exceção da agropecuária e da extração mineral.

Na agropecuária, destacam-se, pela ordem: Teresópolis, Campos dos Goytacazes, Barra do Piraí, Sumidouro e Nova Friburgo.

Quanto à extração de outros minerais, São Francisco de Itabapoana, Rio de Janeiro e Itaguaí lideram a produção estadual, seguidos de Cantagalo e Seropédica.

A indústria de transformação é mais presente em Duque de Caxias, Volta Redonda, Resende, Porto Real e Barra Mansa. Seguem São Gonçalo, Itatiaia, Belford Roxo e Nova Iguaçu.

O comércio atacadista é mais forte também em Duque de Caxias, seguido de Itaguaí, Macaé, São Gonçalo, Nova Iguaçu e Campos dos Goytacazes. Já o comércio varejista tem Niterói à frente de Duque de Caxias, seguidos por São Gonçalo, Nova Iguaçu e Petrópolis.

A construção civil tem em São Gonçalo e Nova Iguaçu seus mais fortes produtores, seguidos de São João de Meriti, Mesquita, Niterói e Duque de Caxias.

Nos serviços industriais de utilidade pública, os geradores de energia Angra dos Reis e Piraí estão bem distanciados de Macaé, Niterói e São Gonçalo.

Nos transportes, Duque de Caxias retoma a liderança, seguido por Niterói, Volta Redonda, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Itaguaí.

As comunicações apresentam destaque para Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis, Campos dos Goytacazes e São João de Meriti.

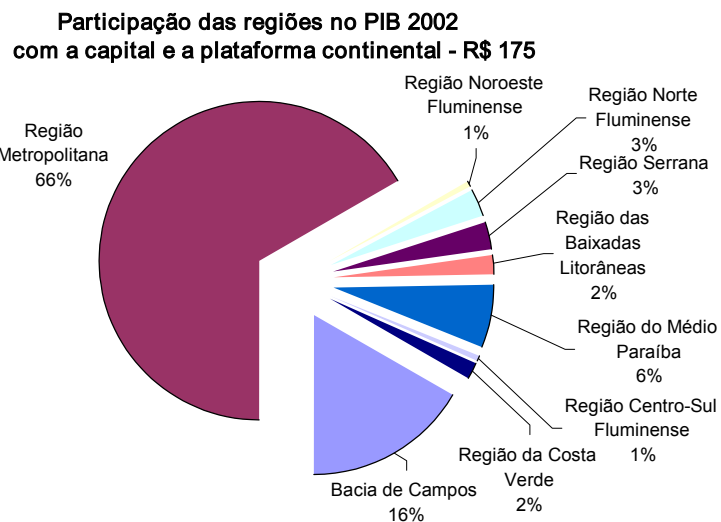
Quase noventa por cento das instituições financeiras concentram sua produção na capital, seguida por Niterói, Duque de Caxias, Petrópolis, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda.

Os aluguéis têm maior produção em São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, seguidos de Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes.

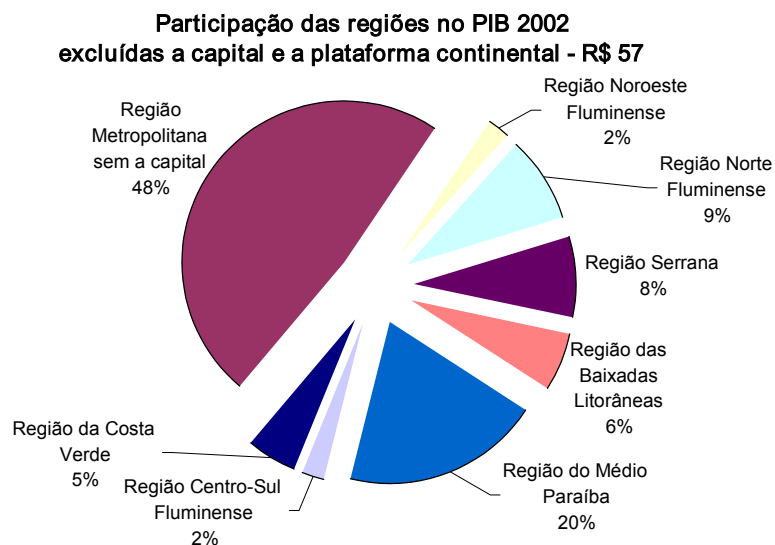
Os serviços têm em Duque de Caxias e Niterói seus primeiros colocados, seguidos por Macaé, Petrópolis, Volta Redonda e Campos dos Goytacazes.

A administração pública é mais forte em Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, Angra dos Reis, Petrópolis e São Pedro da Aldeia.

Em uma análise da participação regional na formação do PIB do Estado do Rio de Janeiro, lembrando que três municípios saíram da Região Metropolitana: Maricá, que passou para a Região das Baixadas Litorâneas, e Itaguaí e Mangaratiba, que ora participam da nova Região da Costa Verde, juntamente com Angra dos Reis e Paraty. Tais mudanças estão retratadas nos gráficos que retroagem até 1997. Como demonstra o gráfico a seguir, 16% do Produto Interno Bruto de 2002 foi gerado na Bacia de Campos e, dos 66% gerados na Região Metropolitana, 51% foram na capital e 15% nos demais municípios metropolitanos.



Para uma melhor visualização da participação das regiões na economia estadual, depuramos no gráfico a seguir as participações da capital e da Bacia de Campos, reduzindo-se o PIB para aquilo que foi produzido apenas nos demais municípios.



ARRAIAL DO CABO

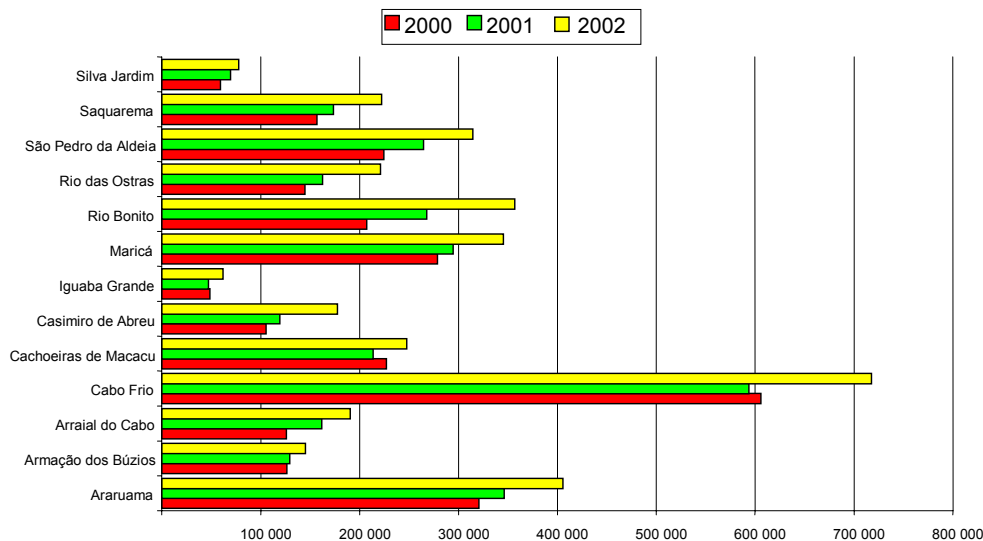
Dos dezesseis municípios com PIB acima de R\$ 1 bilhão em 2002, sete pertencem à Região Metropolitana (capital, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti), dois à Região Norte (Macaé e Campos), Petrópolis representa a Região Serrana, a Região do Médio Paraíba traz três municípios (Volta Redonda, Resende, Barra Mansa e Porto Real), e a Região da Costa Verde apresenta dois: Angra dos Reis e Itaguaí.

Naquele mesmo ano, onze municípios tiveram PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão, sendo cinco da Região Metropolitana (Mesquita, Magé, Nilópolis, Itaboraí e Queimados); Nova Friburgo e Teresópolis representam a Região Serrana; Itatiaia, Piraí e Barra do Itaboraí, o Médio Paraíba; e Cabo Frio, a Região das Baixadas Litorâneas.

Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões de PIB, encontravam-se quatorze municípios: Seropédica e Japeri, da Região Metropolitana; Cantagalo da Região Serrana; Valença do Médio Paraíba; Itaperuna da Região Noroeste e Três Rios da Região Centro-Sul Fluminense; Araruama, Rio Bonito, Maricá, São Pedro da Aldeia, Cachoeiras de Macacu, Saquarema e Rio das Ostras da Região das Baixadas Litorâneas; e Mangaratiba da Região da costa Verde.

No gráfico que segue, pode-se verificar os desempenhos dos municípios da região, entre 2000 e 2002.

Comparativo da evolução do PIB a preços de mercado (R\$ correntes)

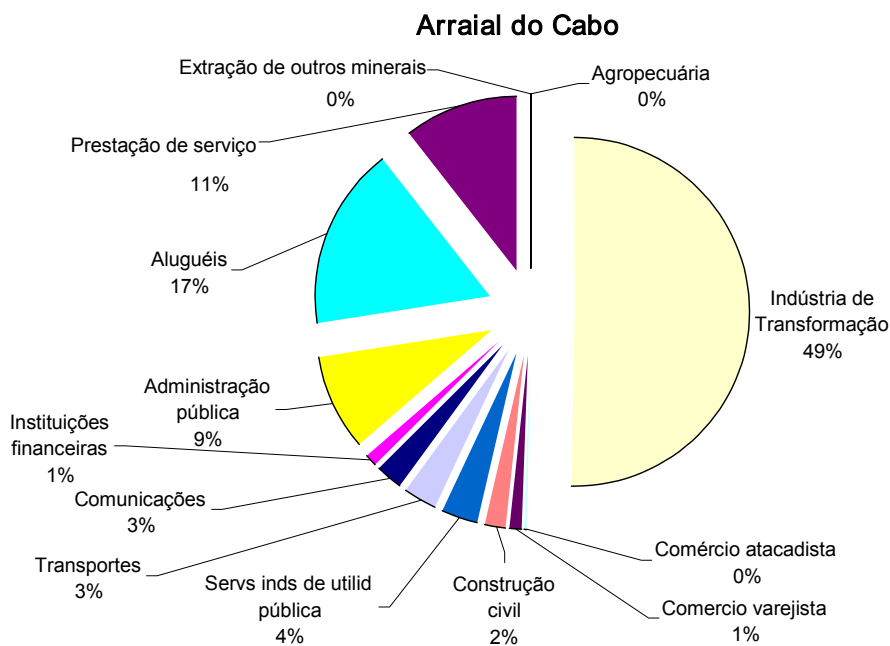


A tabela a seguir apresenta a produção local por setor econômico em 2002, e sua posição dentre os demais municípios fluminenses em 2002 e 1998.

ARRAIAL DO CABO

Setor	Produção (mil reais)	Ranking 2002*	Ranking 1998*
Agropecuária	19	89°	80°
Extração mineral	62	53°	55°
Indústria de transformação	95.386	20°	23°
Comércio atacadista	537	46°	39°
Comércio varejista	2.386	61°	57°
Construção civil	3.396	84°	77°
Serviços industriais de utilidade pública	6.754	55°	48°
Transportes	5.456	42°	34°
Comunicações	5.082	46°	39°
Instituições financeiras	1.648	58°	59°
Administração pública	16.959	38°	30°
Aluguéis	32.365	53°	51°
Prestação de serviços	20.151	46°	40°
Total dos setores	190.200		
Imputação financeira	-7.725		
PIB a preços básicos	182.475	42°	45°

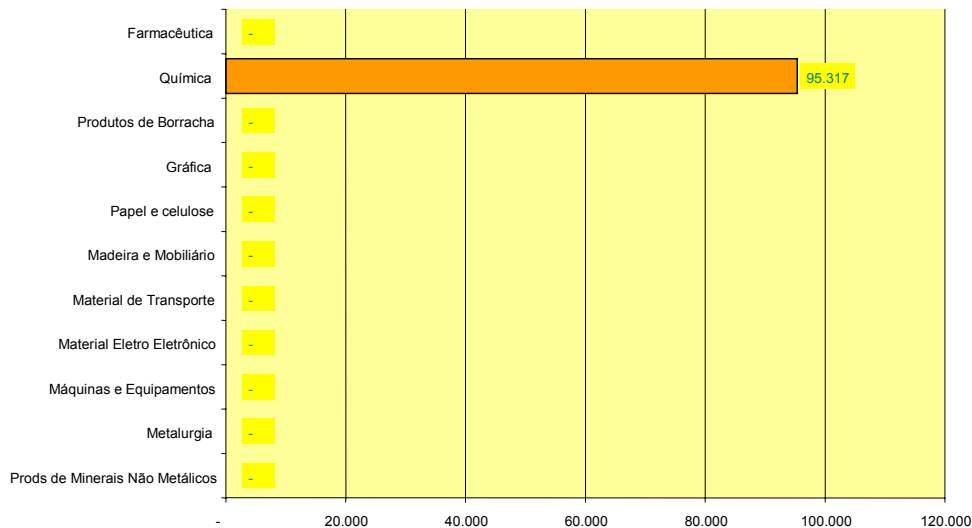
A composição do PIB do município, em 2002, corresponde ao gráfico a seguir:



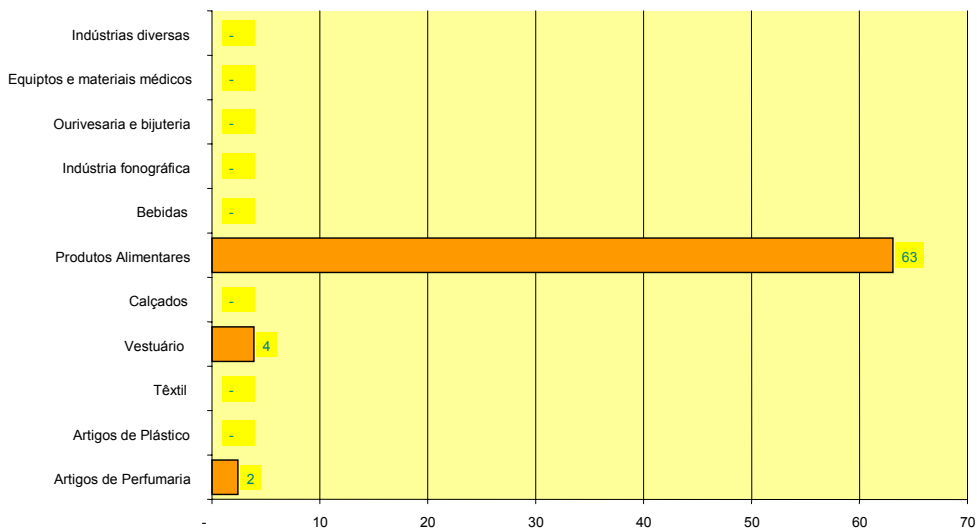
Já a produção da indústria apresentou o seguinte desempenho no ano de 2002 (valores em mil reais):

ARRAIAL DO CABO

Composição do PIB da indústria de transformação - R\$ mil



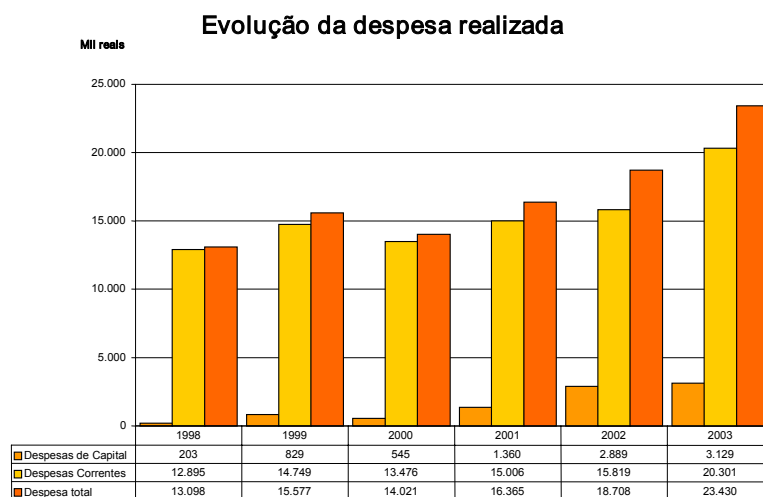
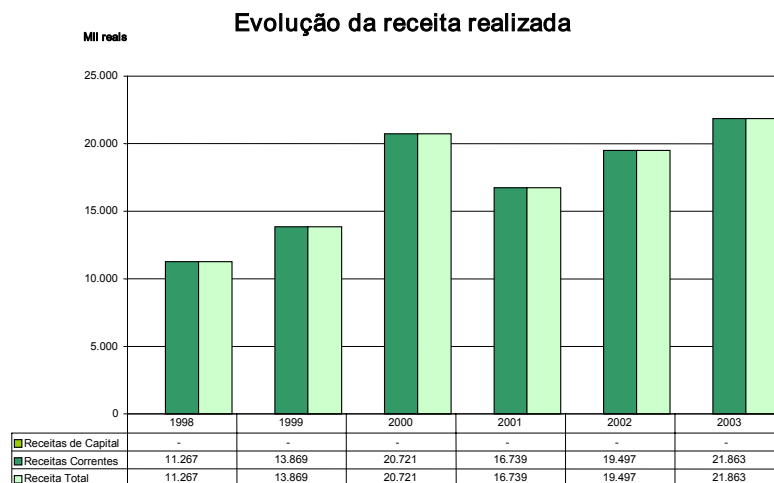
Composição do PIB da indústria de transformação - R\$ mil



VI - INDICADORES FINANCEIROS ⁴⁷

O presente capítulo atém-se tão-somente à análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do município, com base em números fornecidos pelo próprio, seja diretamente, seja na prestação de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 1998 a 2003 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

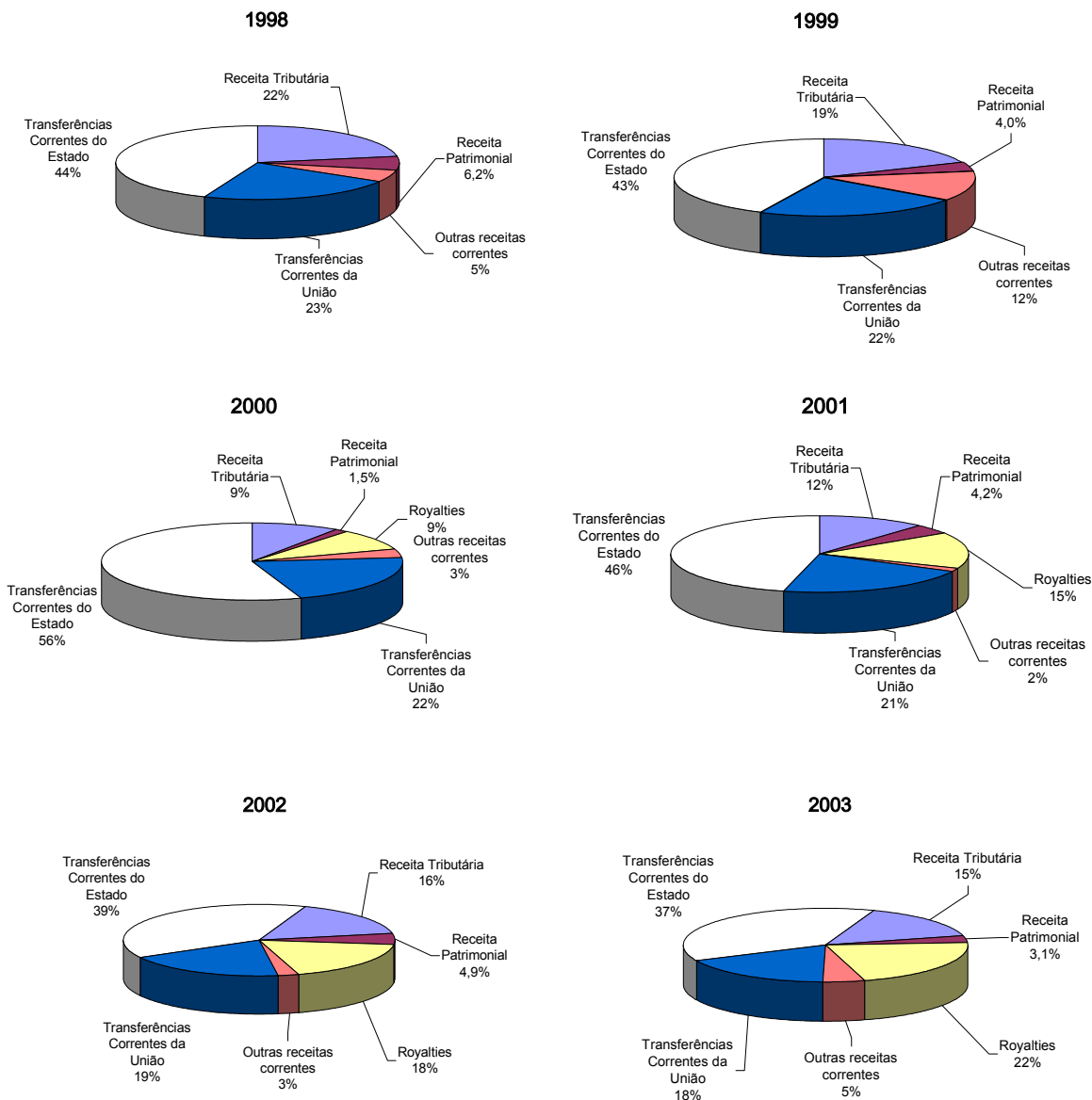


Com relação à composição das receitas correntes ⁴⁸, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de 1998 a 2003:

47 - Fontes: Prestações de Contas e Relatórios de análise de contas do TCE-RJ de 1998 a 2002 – dados revisados em relação à edição anterior; Prestação de Contas 2003; Anuários CIDE 1998 a 2003; Fundação CIDE: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 1998 a 2003.

48 - Receitas de contribuição estão alocadas em Outras Receitas Correntes.

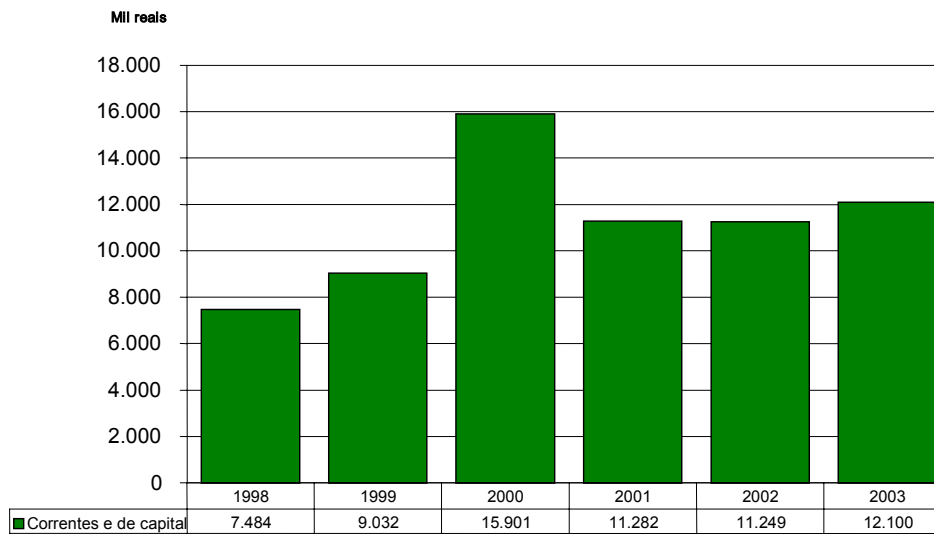
ARRAIAL DO CABO



Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 15% do total no ano 2003.

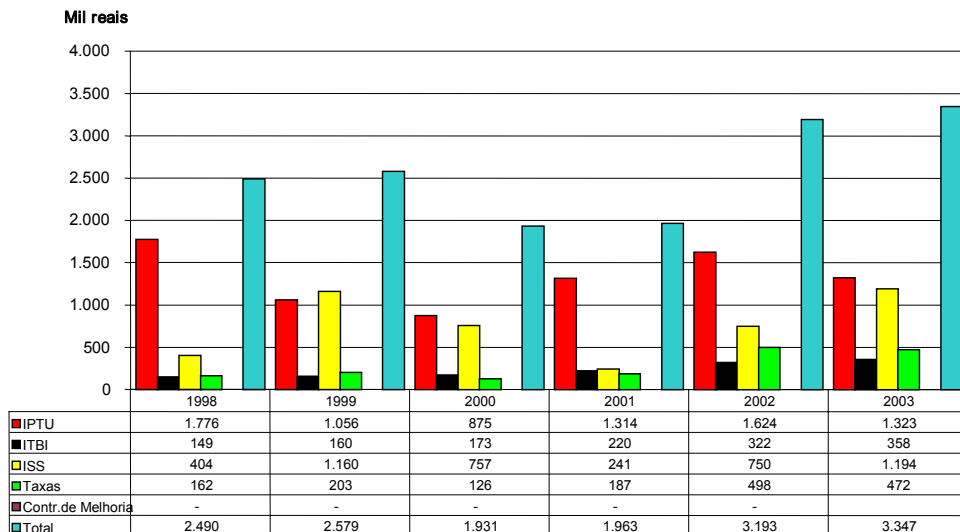
O montante transferido pela União e pelo Estado ao município observou a seguinte evolução:

Evolução das transferências da União e do Estado



Na análise da evolução das transferências totais da União e do Estado para o município, verificamos um aumento de 62% entre 1998 e 2003, enquanto que a receita tributária teve um crescimento de 34% no mesmo período.

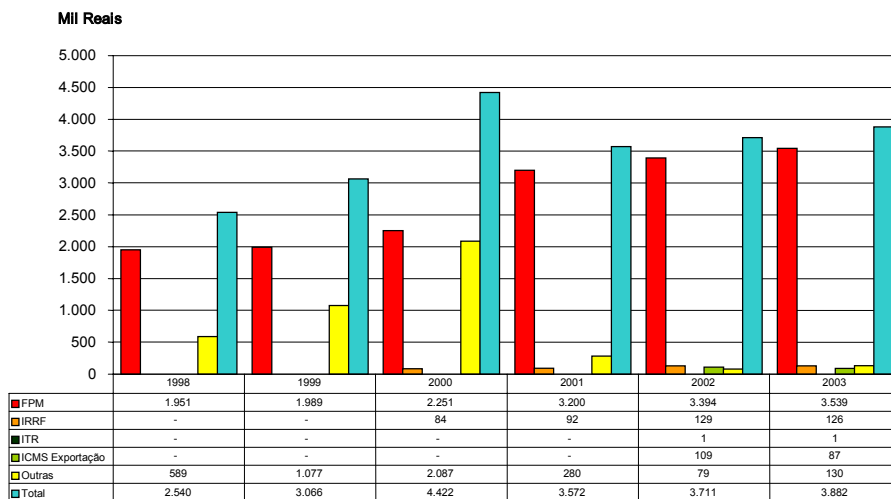
Evolução e Composição das Receitas Tributárias



De acordo com o gráfico acima, o município apresentou uma evolução na receita tributária beneficiada pelo aumento de 196% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 140% na receita de ITBI e 192% de aumento nas taxas, contra uma queda de 26% no IPTU.

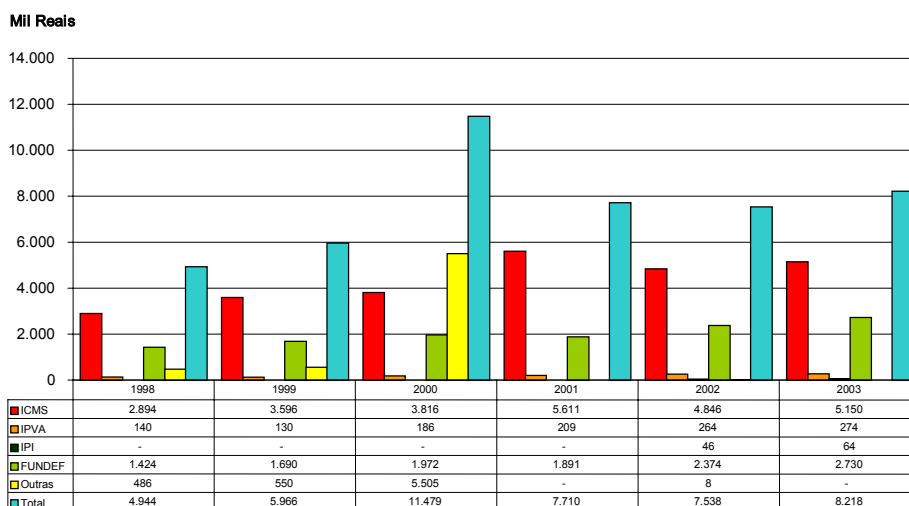
ARRAIAL DO CABO

Evolução e Composição das Transferências da União



As transferências correntes da União ⁴⁹ cresceram 53% no período, com aumento de 81% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.

Evolução e Composição das Transferências do Estado



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 66% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 78% no repasse do ICMS e o expressivo crescimento de 92% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, contra redução de Outras Transferências.

49 - A partir de 2002, a receita de Imposto de Renda retido na fonte – IRRF, passou a ser contabilizada como receita tributária do município. Para preservar a série, no entanto, o IRRF segue alocado como Transferência Corrente da União.

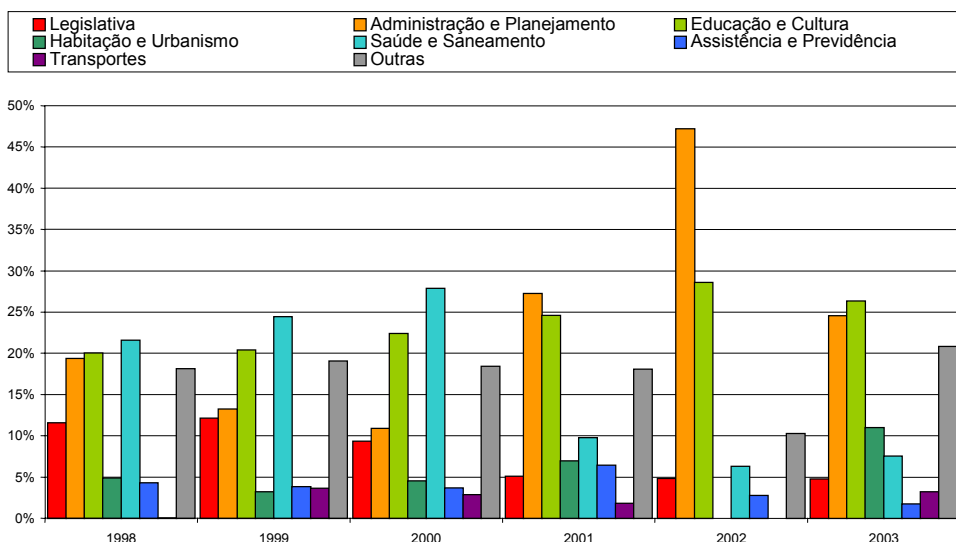
Composição dos Gastos por Função ⁵⁰

As despesas tiveram um crescimento no período de 1998 a 2003 de 76%, com ênfase para os aumentos nas despesas com Habitação e Urbanismo.

Valores em R\$ 1,00						
Função	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Legislativa	1.547.657	1.893.920	1.310.006	835.064	900.947	1.109.848
Administração e Planejamento	2.583.334	2.061.622	1.525.663	4.459.258	8.838.987	5.755.451
Agricultura	6.302	-	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Regional	-	-	-	-	-	-
Educação e Cultura	2.673.869	3.179.814	3.139.860	4.027.122	5.348.255	6.174.163
Habitação e Urbanismo	652.000	498.000	636.000	1.139.204	-	2.574.911
Indústria, Comércio e Serviços	141.684	278.196	435.532	156.726	173.795	376.719
Saúde e Saneamento	2.878.878	3.808.800	3.911.735	1.595.788	1.179.767	1.774.704
Trabalho	2.270.000	2.689.000	2.150.000	-	-	-
Assistência e Previdência	573.341	600.198	515.352	1.056.605	518.538	403.465
Transportes	3.741	567.947	396.727	295.853	-	749.249
Outras	-	-	-	2.799.565	1.747.428	4.511.712
Total	13.330.805	15.577.497	14.020.876	16.365.186	18.707.718	23.430.223
Crescimento em relação ao ano anterior		17%	-10%	17%	14%	25%

Pode-se verificar as reduções, incrementos e constâncias na sequência anual de composições de gastos das principais funções, apresentadas a seguir:

Evolução das Despesas em Funções de Governo



50 - Nota: As funções Educação & Cultura e Saúde & Saneamento agora são desagregadas. Para permitir a comparação dos seis anos, apresentamos seus somatórios em 2002 e 2003. As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

ARRAIAL DO CABO

Com o objetivo de complementar a análise dos demonstrativos objeto do presente trabalho, vamos apresentar algumas informações através dos indicadores a seguir, que serão úteis para interpretação das finanças públicas do Município, bem como da capacidade de pagamento da municipalidade.

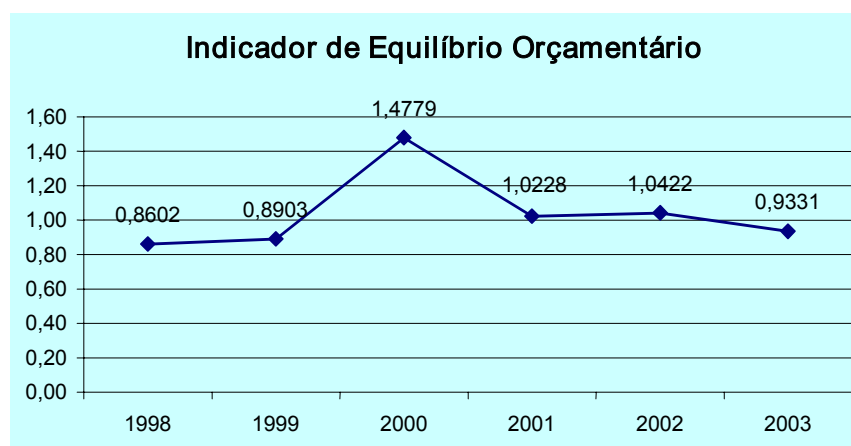
1) Indicador de equilíbrio orçamentário em 2003:

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ 21.862.868}}{\text{R\$ 23.430.223}} = 0,9331$$

Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 93,31 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução.

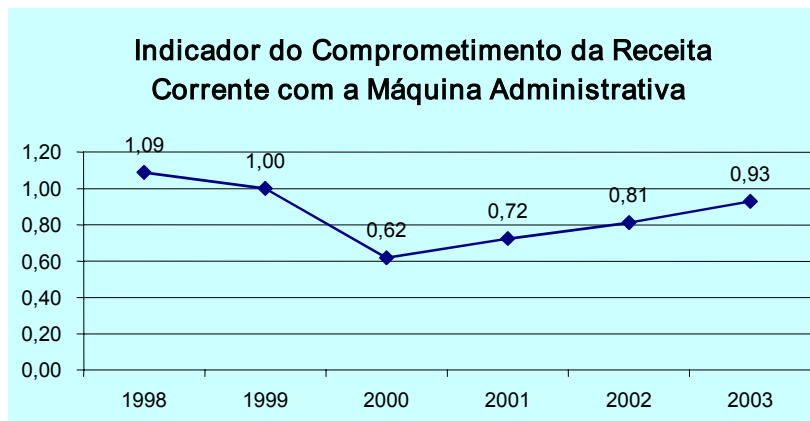


2) Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2003:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ 20.301.259}}{\text{R\$ 21.862.868}} = 0,93$$

Este indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 1998.



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 66% entre 1998 e 2003, enquanto que as receitas correntes cresceram 94% no mesmo período.

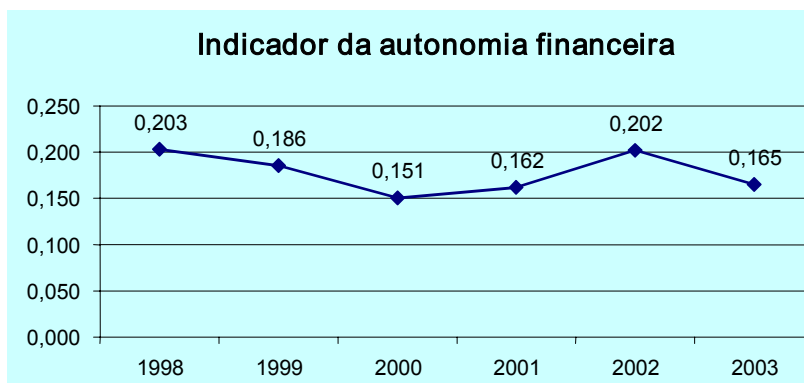
É importante salientar que, na composição das despesas correntes, as transferências correntes vinham apresentando forte crescimento entre 1998 e 2001, quando não mais puderam ser contabilizadas transferências intragovernamentais para entidades da administração indireta municipal, mais conhecidas como transferências operacionais. O resultado se reflete no aumento expressivo do indicador, uma vez que, a partir de 2002, tais transferências passaram a ser expressas como despesas de custeio.

3) Indicador da autonomia financeira em 2003:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 3.346.744}}{\text{R\$ 20.301.259}} = 0,165$$

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

A evolução deste indicador está demonstrada no gráfico a seguir.



ARRAIAL DO CABO

Conclui-se que houve queda na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

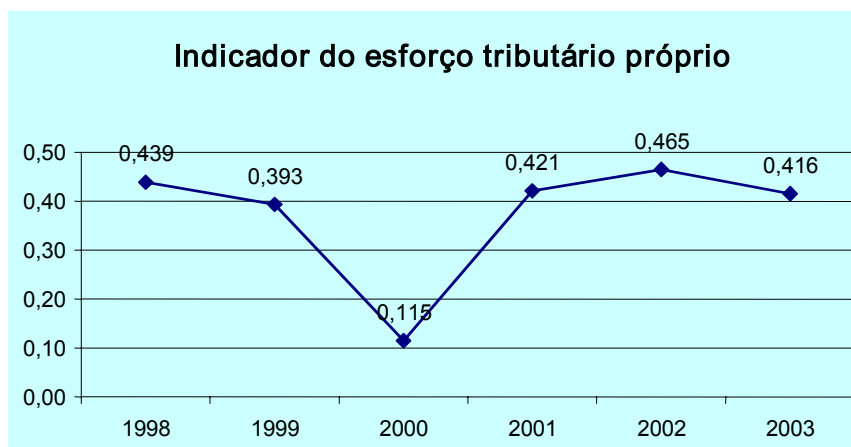
4) Indicador do esforço tributário próprio em 2003:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{\text{R\$ } 3.346.744 + 5.737.958}{\text{R\$ } 21.862.868} = 0,416$$

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

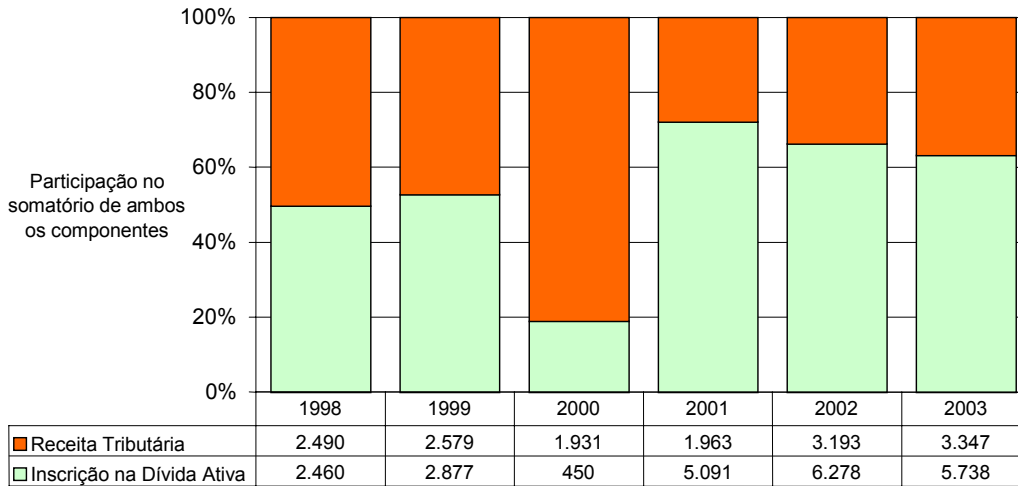
Nos anos anteriores, a performance do esforço tributário está demonstrada no gráfico a seguir.



Há de se ressaltar, também, dentro de nossa análise, quanto aos valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios⁵¹. Dentro dos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

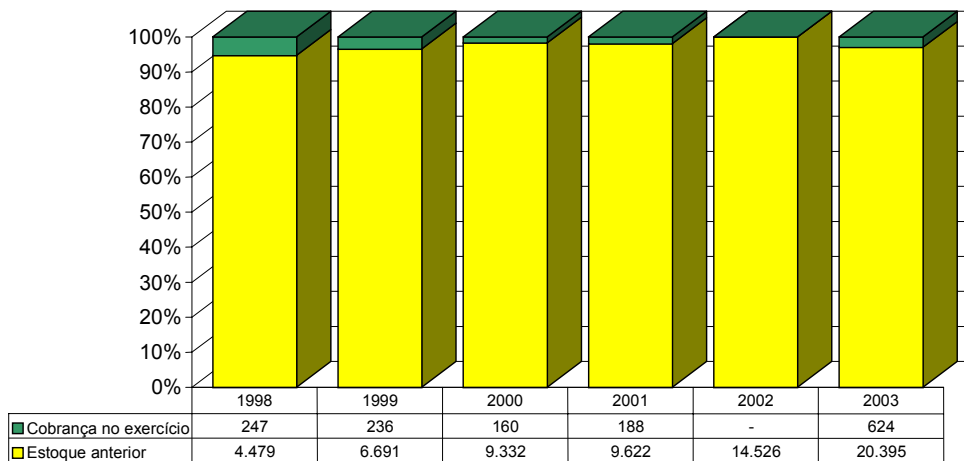
51 - Gráficos seguintes com valores em milhares de reais.

Comparativo entre receita tributária e inscrição na dívida ativa



O gráfico abaixo apresenta a performance da cobrança da dívida ativa sobre o estoque preexistente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

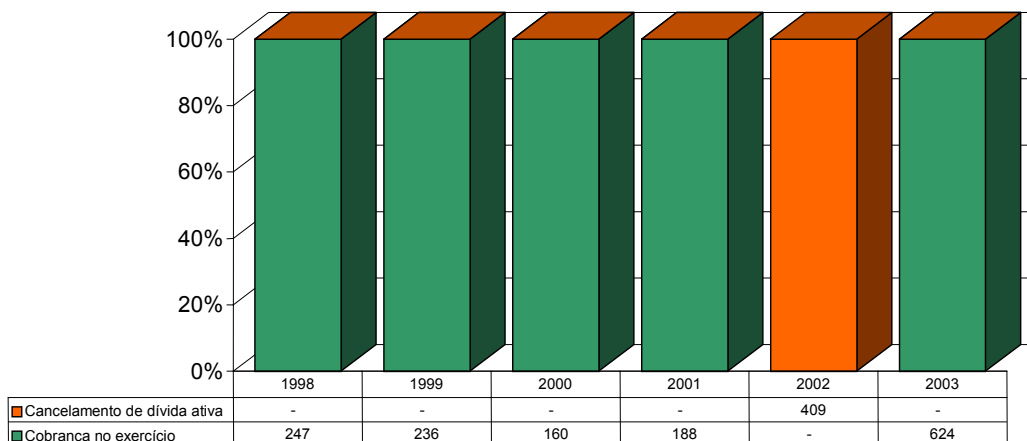
Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa



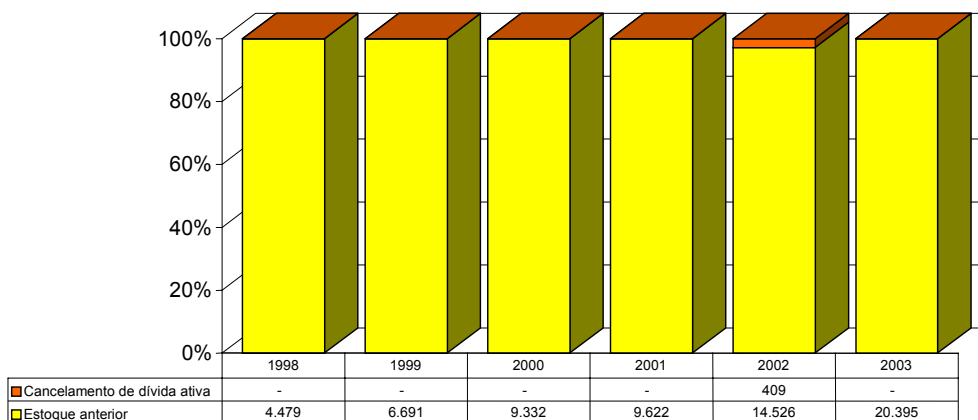
Cabe, ainda, salientar os valores cancelados, como demonstram os gráficos a seguir.

ARRAIAL DO CABO

Análise da Cobrança *versus* Cancelamento da Dívida Ativa



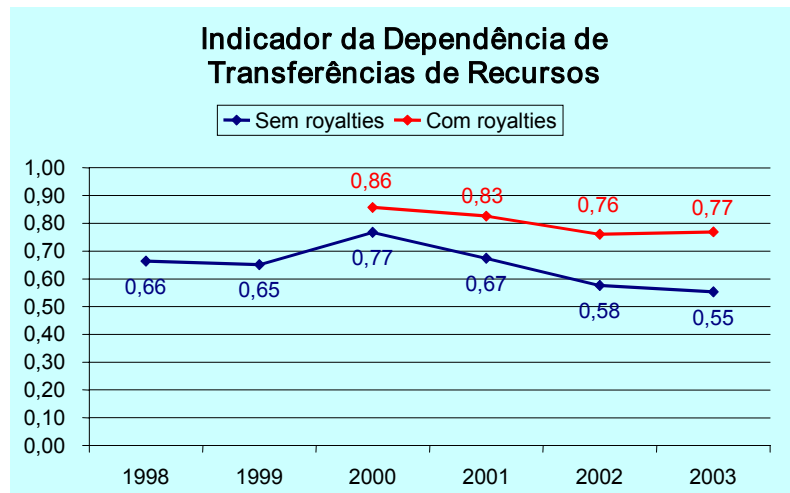
Análise do Estoque *versus* Cancelamento da Dívida Ativa



5) Indicador da dependência de transferências de recursos em 2003:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ 12.099.580}}{\text{R\$ 21.862.868}} = 0,55$$

Verifica-se que a receita de transferências representa 55% do total da receita do município. O gráfico a seguir apresenta os valores deste indicador para os anos anteriores, demonstrando uma aparente redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

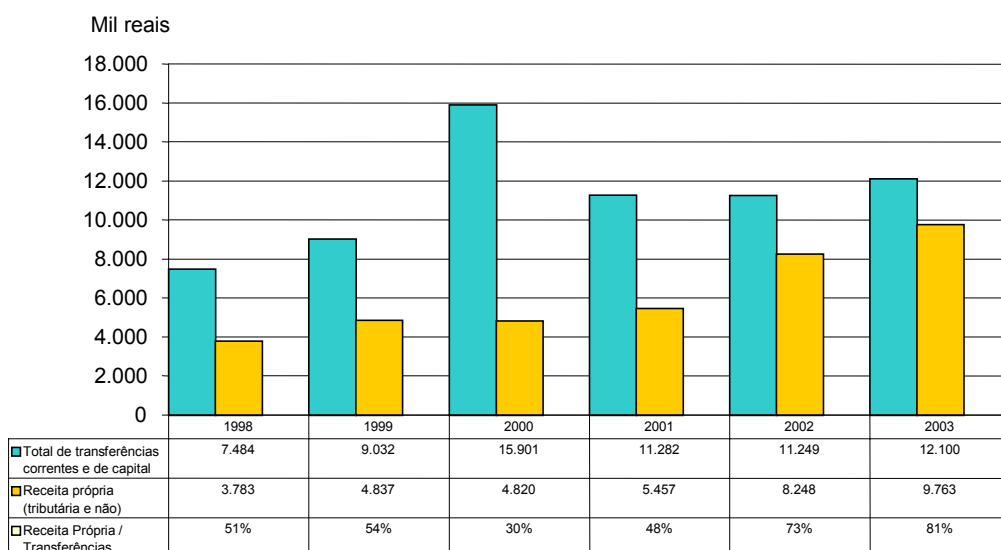


Caso somássemos as receitas de royalties ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2003, subiria para 77%.

$$\frac{\text{transferências correntes, de capital e royalties}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ 16.808.043}}{\text{R\$ 21.862.868}} = 0,77$$

Este indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do Município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de royalties que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 1,9 milhão em 2000, R\$ 2,5 milhões em 2001, R\$ 3,6 milhões em 2002 e R\$ 4,7 milhões em 2003.

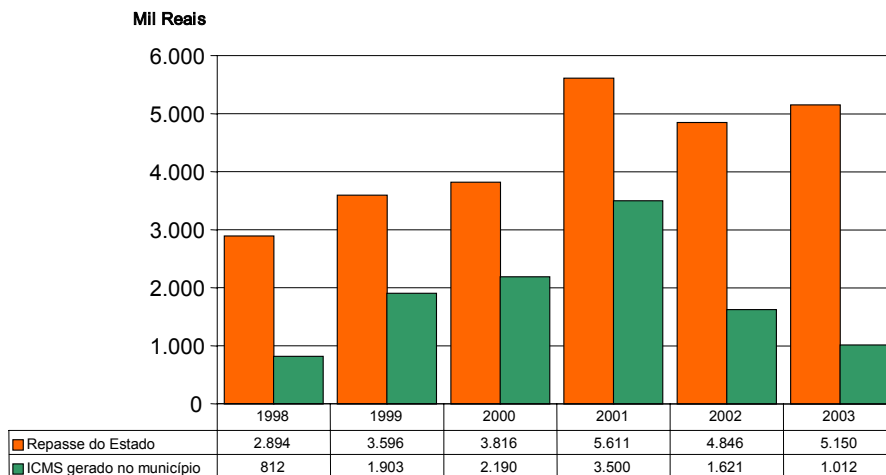
Comparativo entre transferências de outros entes e receita própria



ARRAIAL DO CABO

Tomemos, ainda, o exemplo do ICMS, arrecadado pelo Governo do Estado. O gráfico a seguir aponta a pequena contribuição do ICMS arrecadado no município contra o repasse (excluída a parcela do FUNDEF) feito pelo Estado, entre 1998 e 2003.

Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído



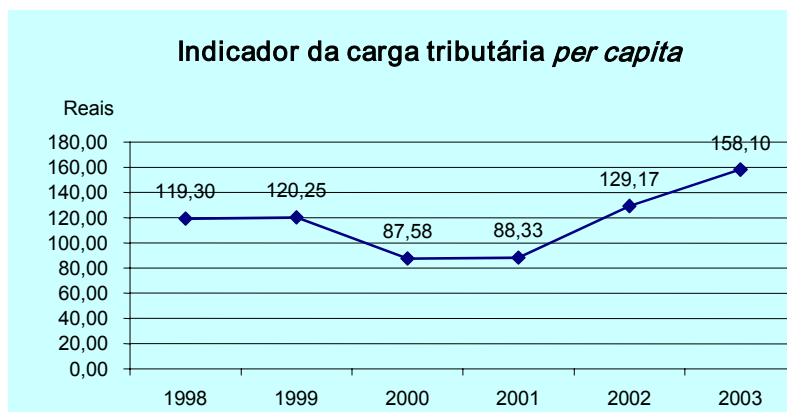
6) Indicador da carga tributária *per capita* em 2003:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}}$$

$$\frac{R\$ 3.346.744 + 623.728}{25.113} = R\$ 158,10/\text{habitante}$$

Este indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Verifica-se que, ao longo do exercício de 2003, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 158 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 33% no período.

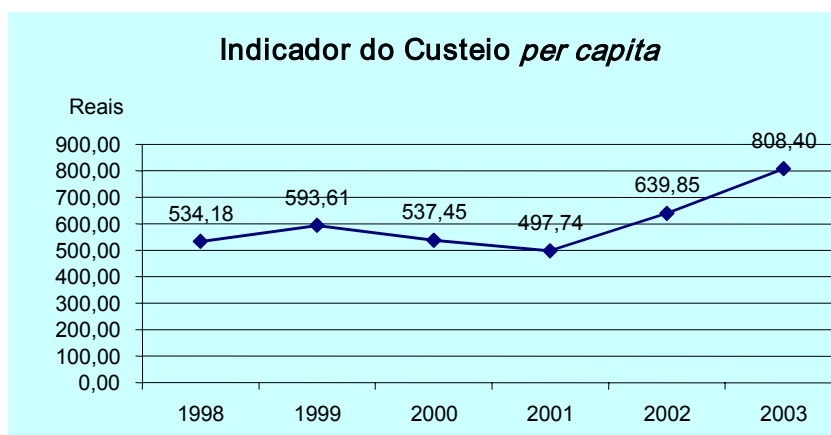


7) Indicador do custeio *per capita* em 2003:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ 20.301.259}}{25.113} = \text{R\$ 808,40/hab}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, o “quantum” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com 808 reais em 2003. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 51% no período de 1998 a 2003.



Como já citado no indicador nº 2, os dados acima não levam em consideração as transferências operacionais (intragovernamentais) para a administração indireta até o ano 2001.

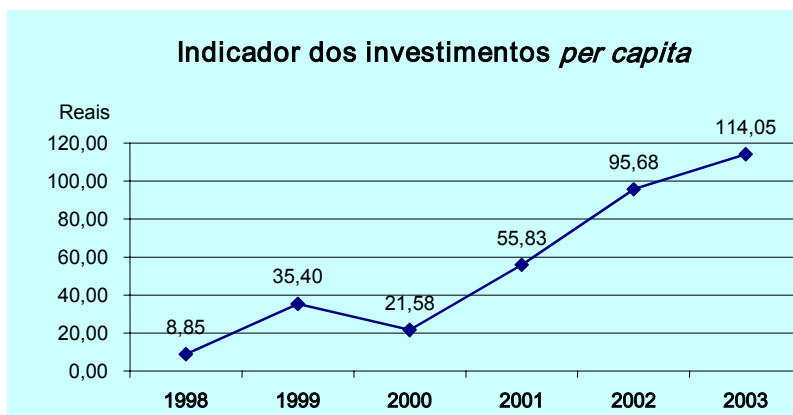
8) Indicador dos investimentos *per capita* em 2003:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ 2.864.192}}{25.113} = \text{R\$ 114,05/hab}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Verifica-se que cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos no exercício de 2003, o equivalente a 114 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento per capita dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

ARRAIAL DO CABO

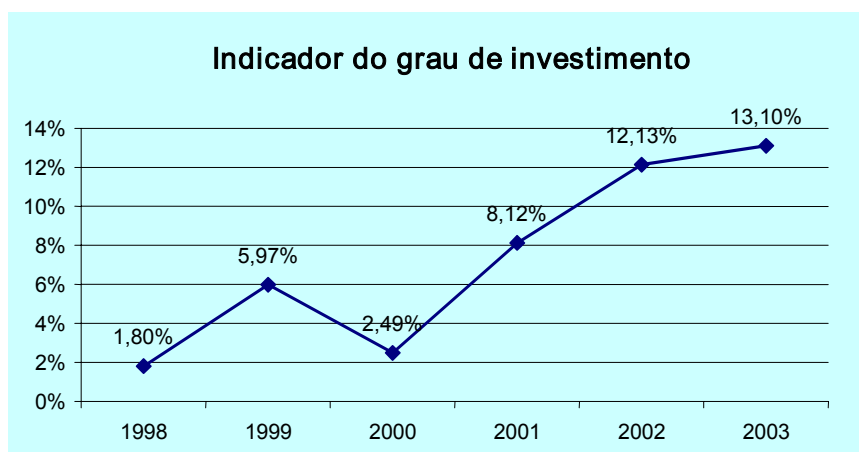


9) Indicador do grau de investimento em 2003:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ 2.864.192}}{\text{R\$ 21.862.868}} = 0,1310$$

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 13% da receita total do município. Este índice não deve indicar um percentual muito elevado, uma vez que, somente com despesas de custeio (indicador nº 2 - comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já compromete-se 93% das receitas correntes.



10) Indicador da liquidez corrente em 2003:

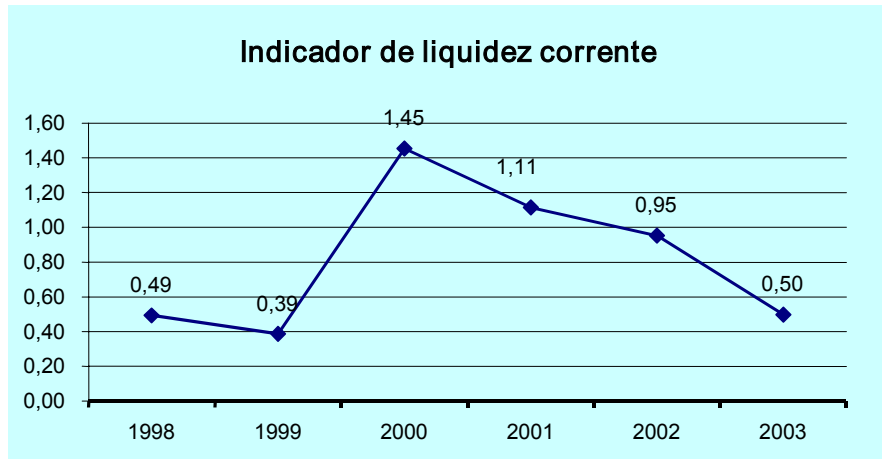
$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ 1.394.736}}{\text{R\$ 2.808.519}} = 0,50$$

Este quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

ARRAIAL DO CABO

O valor acima revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos a curto prazo assumidos pela Prefeitura, dificultando, ou até mesmo impossibilitando, a assunção de novos compromissos.

O gráfico a seguir expressa a liquidez do município nos últimos seis anos, devendo ser considerada uma situação equilibrada aquela em que o índice for maior ou igual a 1.



ARRAIAL DO CABO

VII - CONCLUSÃO

Dentre todos os temas abordados e analisados neste estudo socioeconômico, podemos concluir que a população de Arraial do Cabo cresceu 5,2% desde 2000, alcançando 25.113 pessoas em 2003. O município encontra-se em 36º lugar em crescimento populacional nos últimos 3 anos, representando 0,17% do total do estado, com uma proporção de 100 mulheres para cada 101 homens.

O município tem 68% dos domicílios com acesso à rede geral de abastecimento de água e 63% possuem esgoto sanitário ligado à rede de coleta. O lixo, por sua vez, é coletado em 98% das residências. O indicador habitacional coloca Arraial do Cabo, dentre as noventa e uma municipalidades avaliadas, em 10º lugar em 1991 e em 9º no ano 2000.

Arraial do Cabo tem Índice de Desenvolvimento Humano que o coloca na 14ª posição no estado. Uma das razões é sua taxa de alfabetização de 93% da população, contra uma média de 94% no estado. Na área educacional, o município mostrou crescimento do acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental.

É importante lembrar que, de acordo com a Constituição Federal, *os municípios atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil*, indicando que o foco da atuação municipal é principalmente no ensino fundamental. A rede municipal de Arraial do Cabo teve 18% de aumento no número de estudantes e acréscimo de 17% no quantitativo de professores.

Ressaltam-se os entraves das 1ª, 5ª e 8ª séries. A taxa de aprovação, na rede municipal, foi de 78% na primeira série, atingindo a 51ª colocação no estado. A 5ª série teve um total de 63% aprovados, ocupando o 68º lugar. A 8ª série teve um total de 72% aprovados, ocupando o 79º lugar. A taxa de concluintes no ensino fundamental evoluiu 28% em cinco anos. Subsistem condições educacionais desfavoráveis como 54% de distorção série-idade na 5ª série e 51% na 8ª série da rede local, contra 44% e 40%, respectivamente, na média do estado.

O perfil municipal na educação acentua as desigualdades regionais e afeta, negativa ou positivamente, o Índice de Desenvolvimento Humano do estado, que também abrange as variáveis saúde e renda da população.

Há forte correlação entre anos de estudo e classe de rendimento mensal das pessoas. Em Arraial do Cabo, 61% da população não têm o curso fundamental completo e 65% não têm rendimento ou percebem até 3 salários-mínimos.

O município tem potencial para desenvolvimento nos setores primário, secundário e terciário. Estudo mais recente sobre arranjos produtivos locais – APLs, e concentrações de atividades econômicas está resumido no capítulo IV.

O PIB dos municípios fluminenses só está disponível até o ano de 2002, quando Arraial do Cabo estava em 42º lugar dentre os noventa e dois municípios, com PIB a preços básicos de R\$ 182.475.000,00. O PIB *per capita* no município foi de R\$ 7.381,00, 17ª colocação no estado.

Quanto às finanças municipais, verificamos crescimento nas receitas realizadas de 94% e de 79% nas despesas executadas entre 1998 e 2003.

ARRAIAL DO CABO

Arraial do Cabo demonstrou equilíbrio orçamentário em três dos seis anos em análise. Do total da receita corrente, 93% são comprometidos com despesas de custeio.

No exercício de 2003, o município, apresentou uma autonomia financeira de 16%, constatando-se redução na autonomia municipal, uma vez que a Receita Tributária cresceu apenas 34% no período, contra 66% de aumento das despesas de custeio. Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 42% da receita total. Houve redução de 5% no esforço tributário nos últimos seis anos, apesar do volume de inscrição na dívida ativa

Conclui-se que houve queda na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, tornando-o mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais. Não resta dúvida que toda capacidade de investimento do Município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, Federal e Estadual, em função das transferências de recursos.

Com relação à carga tributária per capita o aumento foi de 33%, já o custeio per capita teve crescimento de 51% no período de 1998 a 2003.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 158,00, a quantia de R\$ 114,00 apurada nos investimentos per capita representaria praticamente que 72% do valor dos tributos pagos pelos cidadãos a eles retornou como investimentos públicos. Arraial do Cabo vem atingindo razoável grau de investimento, evidenciando uma parcela considerável dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.

A situação de liquidez do município mostrou forte declínio em 2003.

Ao finalizarmos o presente trabalho, é importante enfatizar que as questões mais relevantes da administração pública não se esgotam nos temas abordados e nas análises apresentadas. É necessário que as áreas fins e de planejamento fomentem ainda mais a formação de bancos de dados representativos sobre os inúmeros aspectos socioeconômicos e ambientais do Rio de Janeiro.

Não seria suficiente apenas um aumento de oferta de informação. Fazem-se necessários o compartilhamento da mesma nos âmbitos federal, estadual e municipal, a discussão conjunta das alternativas possíveis para o enfrentamento dos desafios que surgem a cada dia, e a formação de parcerias entre os diversos níveis de governo, interagindo em benefício da população.

ARRAIAL DO CABO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) ABREU, Antônio Izaías da Costa. Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória, Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- 2) AFONSO, José Roberto Rodrigues; Araújo, Érika Amorim. A Capacidade de Gasto dos Municípios Brasileiros: Arrecadação Própria e Receita Disponível, Junho 2001 (mimeo).
- 3) ALÉM, Ana Cláudia de; GIAMBIAGI, Fábio. As Finanças Municipais na Década de 90: O Caso da Cidade do Rio de Janeiro – Retrospecto 1993/1996 e Simulações para 1997/2000, Dezembro 1996 (mimeo).
- 4) ALENCAR, Marco Antônio Barbosa de. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2002, TCE/RJ, 2003.
- 5) ARAÚJO, Érika; OLIVEIRA, Paulo André de. Receita Municipal: A Importância das Transferências do FPM e do SUS, Rio de Janeiro: BNDES, Junho 2001 (INFORME-SE, 28).
- 6) _____; e SILVEIRA, Ricardo Figueiró. Carga Tributária Global: Estimativa para 2001, Rio de Janeiro: BNDES, Maio 2002 (INFORME-SE, 40).
- 7) BAIN, K. ; HICKS, N. Building Social Capital and Reaching out to Excluded Groups: The Challenge of Partnerships, World Bank, 1998.
- 8) BREMAEKER, François E.J. de. Os Conselhos Municipais Existentes no Brasil, IBAM/APMC/NAPI/IBAMCO, 2001.
- 9) BRITO, Jorge. Arranjos Produtivos Locais: Perfil das Concentrações Econômicas no Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.
- 10) CAMPAGNONE, Marcos Camargo. Gerente Municipal: Um Profissional da Gestão Local, in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.
- 11) CASTRO, Maria Helena Guimarães. A Educação para o Século XXI: O Desafio da Qualidade e da Equidade, PREAL, 1999.
- 12) Censo Demográfico – 2000 – Características da População e dos Domicílios. – IBGE, Rio de Janeiro, 2000.
- 13) _____. Primeiros resultados da amostra parte 1, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE , Rio de Janeiro, 2000.
- 14) _____. Primeiros Resultados da Amostra, parte 2, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, 2000.

ARRAIAL DO CABO

- 15) COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. Toward a European of solidarity, intensifying the fight against social exclusion and fostering integration, Bruxelas, 1993.
- 16) COSTA FILHO, L.M. da; LOPES PORTO, L.F; MURTA, M.M.; NAZARETH, P.A. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Dezembro/99, TCE/RJ, 1999.
- 17) COVRE, Maria de Lurdes. O Que é Democracia, São Paulo: Brasiliense, 2001.
- 18) ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 1959.
- 19) ENGEL, Wanda. Assistência ou Assistencialismo?, Jornal O Globo, 21/04/03, p.7.
- 20) Estatística de Saúde: Assistência Médico – Sanitária, 2002. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 2002.
- 21) ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro, FIDERJ, Rio de Janeiro, 1978.
- 22) FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS do ESTADO do RIO DE JANEIRO – FIRJAN, Agenda Brasil 2002 – Temas Prioritários, Rio de Janeiro, 2002.
- 23) FOGAÇA, Azuete. Educação, Qualificação e Pobreza. in: Bonemy, H.(org.). Ensino Básico na América Latina: experiências, reformas, caminhos, Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- 24) FÓRUM SÃO PAULO - Século XXI – Cadernos de Educação. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, (SEADE), 1999.
- 25) FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CIDE, 1987.
- 26) _____. Índice de Qualidade dos Municípios – Verde, Rio de Janeiro, CIDE, 2000.
- 27) _____. Índice de Qualidade dos Municípios - Verde II, Rio de Janeiro, CIDE, 2003.
- 28) _____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 1, 2000, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2000.
- 29) _____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 2, 2001, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2001.

ARRAIAL DO CABO

- 30) _____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 3, 2003, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2003.
- 31) _____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 4, 2004, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2004.
- 32) GARCIA, Ronaldo Coutinho. A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: O PPA 2000 - 2003, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Maio, 2000 (Texto para Discussão n.º 726).
- 33) _____. Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Janeiro, 2001 (Texto para Discussão n.º 776).
- 34) INFORMATIVO CEPAM. Conselhos Municipais das Áreas Sociais, 2 ED. VER. ATUAL. AMP., São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas – UPP, V.1, N.3, 2001.
- 35) _____. Consórcio: Uma Forma de Cooperação Intermunicipal, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas – UPP, V.1, N.2, 2001.
- 36) MESQUITA, Ronaldo S. de. Novo Enfoque do Exame das Contas Públicas, in ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro, V.9, N.32, Jul./Set. 2001.
- 37) MOISÉS, HÉLVIO NICOLAU. Município-Rede: Planejamento, Desenvolvimento Político e Sustentabilidade; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.
- 38) MURTA, Marcelo Martinelli. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Fevereiro/2001, TCE/RJ, 2001.
- 39) NADER, José Leite. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 1999, TCE/RJ, 2000.
- 40) _____. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2000, TCE/RJ, 2001.
- 41) NAZARETH, P.A.; LOPES PORTO, L.F.. As Finanças dos Municípios Brasileiros: O Caso do Rio de Janeiro, TCE/RJ, Janeiro 2002.
- 42) _____. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Janeiro/99, TCE/RJ, 1999.

ARRAIAL DO CABO

- 43) NOLASCO, José Maurício de Lima. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2001, TCE/RJ, 2002.
- 44) OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Educação e Desigualdade Agenda XXI, São Paulo, 1999.
- 45) PACHECO, Regina Silvia. Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.
- 46) Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: 2000 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 2002.
- 47) PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS 1999. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, IBGE, 2001.
- 48) POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, Abril/Maio – 1998.
- 49) PREFEITURA MUNICIPAL, Prestações de Contas dos Exercícios de 1997 a 2003, Prefeitura.
- 50) QUINTELLA, Sérgio F. (orientador). Os Royalties de Petróleo e a Economia do Estado do Rio de Janeiro – Efeitos dos Royalties e Participações Especiais na Economia Fluminense, TCE/RJ, 2000.
- 51) _____. Relatório das Contas de Gestão do Governo - Exercício 2003, TCE/RJ, 2004.
- 52) REIS, E.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos. Versão Preliminar, World Bank, 2002.
- 53) SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Diretrizes para o Desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense, Rio de Janeiro, Maio 2002.
- 54) SEN, A. Desigualdade Reexaminada, Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.